

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPHR**

DISSERTAÇÃO

**“REBELIÕES DA SENZALA”: diálogos, memória e
legado de um intelectual brasileiro.**

Gustavo Orsolon de Souza

2013



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - ICHS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPHR**

**“REBELIÕES DA SENZALA”: diálogos, memória e legado de um
intelectual brasileiro.**

GUSTAVO ORSOLON DE SOUZA

Sob a Orientação da Professora Dra.
Adriana Barreto de Souza

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Programa de Pós-Graduação em História - PPHR, Área de Concentração em Estado e Relações de Poder.

Seropédica, RJ
Novembro de 2013

981
S729r
T

Souza, Gustavo Orsolon de, 1983-
"Rebeliões da senzala": diálogos,
memória e legado de um intelectual
brasileiro / Gustavo Orsolon de Souza. -
2013.

132 f.: il.

Orientador: Adriana Barreto de Souza.
Dissertação (mestrado) - Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de
Pós-Graduação em História, 2013.

Bibliografia: f. 119-132.

1. Moura, Clóvis, 1925-2003. Rebeliões
da senzala - Teses. 2. Moura, Clóvis,
1925-2003 - Crítica e interpretação -
Teses. 3. Escravos - Brasil - História -
Teses. I. Souza, Adriana Barreto de, 1971-.
II. Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Curso de Pós-Graduação em
História. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

GUSTAVO ORSOLON DE SOUZA


Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Mestrado em História, área de concentração em Estado e Relações de Poder.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 01/11/2013.

Banca Examinadora:


Prof.^a. Dr.^a. Adriana Barreto de Souza, UFRRJ
Orientador e Presidente


Prof.^a. Dr.^a. Rebeca Gontijo Teixeira, UFRRJ


Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes, UFRJ

DEDICATÓRIA

Ao meu pai, Célio Orsolon (in memoriam).

A minha mãe, Marleize Ferreira.

“O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa.”
(BLOCH, Marc, 2001:75)

AGRADECIMENTOS

Desenvolver um trabalho acadêmico não é uma tarefa fácil. Foram muitas horas de leitura; de escrita; de diálogos em busca de novas ideias, aperfeiçoamento e também amadurecimento, tanto intelectual quanto pessoal. Agora, minha sensação é de alívio e de dever cumprido.

Vejo este espaço como sendo um lugar repleto de sentimentos que me moveu e que me encorajou nesta trajetória. Espero não cometer a indelicadeza de esquecer alguém, mas caso isso ocorra, deixo desde já registrado os meus sinceros agradecimentos a todos que colaboraram e que torceram por mim.

Penso que nada disso teria sido possível sem a proteção e a ajuda espiritual que recebi durante essa trajetória acadêmica. Por isso, agradeço primeiramente a Deus.

Este trabalho também só foi possível graças à competência da minha orientadora Adriana Barreto de Souza, que soube, com seu espírito crítico, me ajudar a conduzir uma aeronave em pleno voo, acreditando no sucesso da viagem. Adriana me ensinou a ser independente e a acreditar nas minhas ideias. Sou eternamente grato a sua generosidade, paciência e inteligência.

Agradeço a CAPES/REUNI pela bolsa de mestrado nos cinco meses finais de curso, que me possibilitou dedicação exclusiva na reta final. Igualmente agradeço ao Programa de Pós Graduação em História da Rural por ter aceitado o meu projeto de pesquisa, dando suporte e estrutura para desenvolvê-lo.

Aproveito para agradecer a todos os professores do mestrado da UFRRJ que contribuíram para o meu desenvolvimento intelectual. Em especial ao professor Alexander Martins Vianna que foi muito atencioso com meu trabalho, dando várias dicas valiosas para a construção do mesmo.

Difícil mesmo é encontrar palavras para agradecer a minha família que esteve do meu lado em todos os momentos. Sou grato por me “suportarem” durante esse tempo (o que não deve ter sido uma tarefa muito fácil), aguentando meus momentos de irritação, desânimo e ausência. A todos o meu muito obrigado.

A amiga e colega de trabalho Paula Lidiane Cardoso, que soube entender os meus momentos de ausência para pesquisa e que sempre torceu pelo meu sucesso. E também a

amiga Karina Kauati, que foi sempre muito gentil e prestativa comigo, aguentando meus comentários.

A todos os colegas de trabalho da Escola Municipal Professora Maria Lopes que também aguentaram meus desabafos e minhas fugas para a “sala de mestrado”, um lugar reservado da escola e apelidado carinhosamente desta forma por eles, para onde sempre ia quando algum tempo vago me restava para dar conta das leituras e atividades. Agradeço em especial a diretoras Ana Lúcia Mathias e Ângela Regina Rodrigues de Almeida.

Agradeço também o apoio recebido da Secretaria de Educação e Cultura do município de Mendes-RJ. Em especial gostaria de deixar registrado a minha gratidão ao secretário Paulo Roberto de Andrade e a subsecretária Débora Alves Moura Loures, que atenderam a todos os meus pedidos de liberação para pesquisa, compreendendo a minha necessidade de desenvolver um trabalho acadêmico.

Agradeço também a todos os funcionários dos arquivos por onde passei: Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM), Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e ao Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ). Em relação ao CEDEM da UNESP, não poderia deixar de fazer um agradecimento especial a Luis Alberto Zimbarg, que com seu vasto conhecimento do arquivo, pode me direcionar e me ajudar na busca pelos documentos. E também a Sandra Santos, que me possibilitou ter acesso a um vídeo produzido pelo arquivo sobre Clóvis Moura.

Agradeço também a gentileza de Talita dos Santos Molina responsável pela organização do Fundo Clóvis Moura no CEDEM, que esteve sempre disposta a me ajudar, presente em uma das visitas que fiz ao arquivo para esclarecer minhas dúvidas quanto ao tratamento dado aos documentos.

Agradeço imensamente a atenção de Soraya Moura, que foi muito receptiva e atenciosa com as minhas questões e dúvidas sobre o seu pai.

Igualmente agradeço a generosidade e atenção de Tânia Daspett e de seu pai Emiliano Daspett, que foram figuras importantes no enriquecimento deste trabalho, me permitindo entender a história da editora Edições Zumbi.

E por fim, mas não menos importante, não poderia deixar aqui de registrar a minha gratidão a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que desde 2004 é a extensão da minha casa. Acho que sou um privilegiado por ter estudado numa das universidades mais bonitas do país e que a mais de cem anos escreve a sua História, formando profissionais de

qualidade nas mais diversas áreas do saber. Seu campus em Seropédica é de uma beleza exuberante e inspiradora, que não canso de admirar.

RESUMO

SOUZA, Gustavo Orsolon de. **“Rebeliões da Senzala”: diálogos, memória e legado de um intelectual brasileiro**. 2013, 143p. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013.

O objetivo central dessa dissertação é realizar um estudo de história intelectual, priorizando a realização de uma análise comparativa das quatro edições do livro *“Rebeliões da Senzala”*, concentrando-nos mais nas duas primeiras. Pretendemos, primeiramente, investir na memória de Clóvis Moura, observando o processo de produção e publicação da primeira edição do livro *“Rebeliões da Senzala”*. Em seguida, o foco recairá nas reedições do livro. Nesse sentido, analisaremos as principais alterações ocorridas na segunda edição; verificaremos como os elementos introdutórios das quatro edições como, capa, “orelha”, prefácio e introdução contribuíram para tornar a obra de Clóvis Moura atual e atraente; e, por fim, mas não menos importante, analisaremos, através de um capítulo do livro, como o autor construiu a imagem do escravo atuante e participativo na sociedade escravista.

Palavras-chave: Clóvis Moura. Memória. *“Rebeliões da Senzala”*.

ABSTRACT

SOUZA, Gustavo Orsolon de. "**Rebeliões da Senzala**": dialogues, memory and legacy of a **Brazilian intellectual**. 2013 143p. Thesis (MA in History). Institute of Humanities and Social Sciences. Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013.

The main purpose of this work is the accomplishment of a study on intellectual history, giving priority to a comparative analysis of the four editions of the book "Rebeliões da Senzala", paying more attention to the first and the second ones, our intent here is, first, focusing on the memorial of Clóvis Moura, observing the process related to the production and publication of the first edition of the book "*Rebeliões da Senzala*". Next, we will focus on the re-editions of the book. On that context, we will analyse the most important changes that took place on the second edition. We will examine how the introductory elements of the four editions such as, cover, edge and introduction gave a contribution to make the work of Clóvis Moura up-to-date and attractive; and last but not less, we will analyse how the author, by means of a chapter of his book, constructed the image of a slave of action who takes part in the society during the slavery era.

Key Words: Clóvis Moura. Memorial. "*Rebeliões da Senzala*".

LISTA DE FOTOGRAFIAS

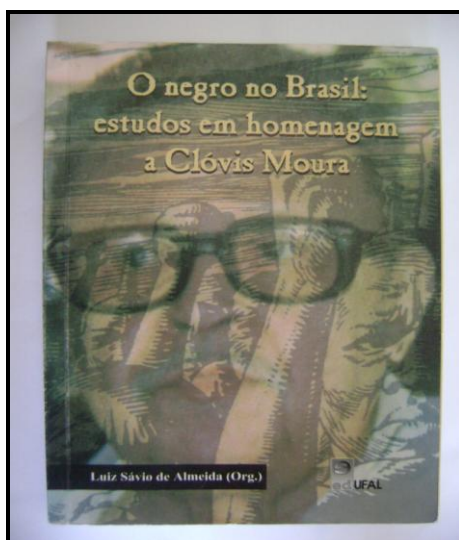
Foto 1 – Capa do livro em homenagem a Clóvis Moura de 2003.....	01
Foto 2 – Casamento de Elvira e Francisco, pais de Clóvis Moura.....	24
Foto 3 – Clóvis Moura e os irmãos (Amarante – PI).....	25
Foto 4 – Iracema e sua mãe, Gemma Mazzucco (Santos-SP).....	29
Foto 5 – Capa do livro “Rebeliões da Senzala” de 1959.....	81
Foto 6 – Capa do livro “10 Dias Que Abalaram o Mundo” de 1958.....	84
Foto 7 – Capa do livro “Rebeliões da Senzala” de 1972.....	85
Foto 8 - Capa do livro “Rebeliões da Senzala” de 1981.....	86
Foto 9 - Capa do livro “Rebeliões da Senzala” de 1988.....	87

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
I- A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DE CLÓVIS MOURA.....	09
I.1- A Institucionalização da Memória de Clóvis Moura.....	11
I.2- Um Esboço Biográfico de Clóvis Moura.....	22
I.3- Nas Correspondências: o círculo de amizade e a construção de um projeto.....	31
II - PRODUÇÃO INTELECTUAL E EDITORAS BRASILEIRAS: DÉCADAS DE 1930 e 1960.....	45
II.1- A “Geração de 1930”.....	48
II.2- A Criação da ELSP, USP e UDF: a produção universitária.....	54
II.3- Perfil Editorial do Brasil.....	63
II.4. Sobre a editora Edições Zumbi.....	70
III- AS VÁRIAS EDIÇÕES DO LIVRO “REBELIÕES DA SENZALA”.....	77
III.1- Cores e Sombras no Livro “ <i>Rebeliões da Senzala</i> ”: suas quatro edições.....	78
III.2- “ <i>Rebeliões da Senzala</i> ”: as reivenções de um obra.....	88
III.3- O Escravo Atuante e Participativo no Livro “ <i>Rebeliões da Senzala</i> ”.....	98
CONCLUSÃO.....	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	119

INTRODUÇÃO.

No ano de 2003, pouco antes de falecer, Clóvis Moura foi homenageado com a publicação do livro “O Negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura”, organizado pelo historiador Luiz Sávio de Almeida e publicado pela editora da Universidade Federal de Alagoas-EDUFAL. O livro tinha dois objetivos: para além da homenagem ao intelectual; pretendia comemorar as quatro décadas de publicação da primeira edição de seu livro inaugural, “*Rebeliões da Senzala*”. Tais objetivos podem ser identificados logo no primeiro contato com o livro. A capa do livro em homenagem a Clóvis Moura traz duas imagens sobrepostas que deixam claro para o leitor a proposta central de Luiz Sávio de Almeida.



(Foto 1 - Capa do livro em homenagem a Clóvis Moura– 2003).

As imagens são, na verdade, a capa da primeira edição do livro “*Rebeliões da Senzala*”, de 1959, e uma fotografia de Clóvis Moura. Não é possível saber a idade exata de Moura na fotografia, mas a opção foi por trazer a imagem de um homem já maduro, por volta de seus sessenta ou setenta anos de idade. A sobreposição das imagens cria um jogo de ilusão

onde, ora a capa do livro “*Rebeliões da Senzala*” se torna mais evidente, ora a fotografia de Moura. Dependendo, portanto, de como o leitor fará a leitura visual.

Não foi possível identificar quem escolheu a capa, se o organizador do livro, Luiz Sávio de Almeida, ou se foi uma decisão da própria editora. Mas independentemente de seu idealizador, esse jogo de ilusão nos permite uma interpretação. As imagens sobrepostas provocam a ideia de união e de ligação entre o criador e a criatura. Ou seja, o livro “*Rebeliões da Senzala*” e seu autor, Clóvis Moura, devem ser pensados juntos. Em outras palavras, não é possível falar de Clóvis sem falar do livro “*Rebeliões da Senzala*”. Vale ressaltar ainda outro recurso utilizado na imagem que ajuda a compor essa ideia de união: as cores. O tom pastel, aplicado em fotos esmaecidas, contribuiu na produção de uma harmonia entre as duas imagens.

Logo nas primeiras páginas, o organizador, Luiz Sávio de Almeida, fez uma breve apresentação onde destacou a contribuição do trabalho de Clóvis Moura:

“A obra de Clóvis Moura é vasta e, sem dúvida, trata-se de uma das maiores contribuições sistemáticas sobre o negro brasileiro, situando-se nas regiões de fronteira entre história, sociologia e política. Basicamente, seu livro chave em termos de historiografia é “*Rebeliões da Senzala*”, primeira grande abordagem de fundamento marxista relativa à escravidão no Brasil...”¹

Ao trazer a obra de Moura como “uma das maiores contribuições” sobre a história do negro brasileiro, e “*Rebeliões da Senzala*” como um livro “chave” para a historiografia, Luiz Sávio de Almeida apresenta seu livro chamando atenção do leitor para o papel referencial de Clóvis Moura, como pioneiro na interpretação marxista sobre os negros no Brasil.

O livro em homenagem a Clóvis Moura é composto por nove artigos escritos por intelectuais, amigos e acadêmicos. Alguns nomes são bastante conhecidos como o de Octavio Ianni, o de Kabengele Munanga, o de Mário Maestri Filho, e o de João José Reis. Apesar de cada artigo propor uma leitura e destacar aspectos particulares da carreira e da obra de Moura, há alguns pontos que perpassam todos eles, constituindo certa matriz discursiva sobre o lugar ocupado por Clóvis Moura na produção intelectual sobre o tema e, mais particularmente, sobre o livro “*Rebeliões da Senzala*”.

¹ ALMEIDA, Luiz Sávio de. Como se Fosse Introdução. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de (org.). *O Negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura*. Maceió-AL: Editora da Universidade Federal de Alagoas-EDUFAL, 2003. p. 01.

Um desses pontos aparece com clareza no texto de Octavio Ianni, onde é nítida a preocupação do autor em evidenciar a originalidade da obra de Clóvis Moura:

“O que distingue a obra de Clóvis Moura é que ele compreende toda uma original e fundamental interpretação do Brasil, na qual predomina a perspectiva dos setores sociais subalternos, das classes populares, dos humilhados e ofendidos; povoando a história do Brasil. Mais do que outras interpretações do Brasil, a de Clóvis Moura está enraizada na longa gesta do escravo e ex-escravo, espelhando a grande maioria dos que trabalham no eito, na mineração, engenho e usina, fazenda e fábrica, campos e construções”.²

Segundo o autor, existe algo de especial na obra de Moura que o “distingue” de outros autores. Essa distinção consiste em uma interpretação sobre o Brasil a partir dos grupos menos favorecidos socialmente.

Já no texto de João José Reis, é dado destaque á temática:

“(…) seu livro *Rebeliões da Senzala*, escrito há mais de quarenta anos, representa um marco nos estudos da resistência escrava no Brasil. Na ocasião em que ele apareceu, as interpretações sobre a escravidão estavam se encaminhando, grosso modo, para uma divisão entre os que seguiam a influente obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, e a chamada “escola paulista”, capitaneada por Florestan Fernandes... Em ambas, a revolta, a resistência escrava de modo geral, tinha pouco ou nenhum papel na constituição do processo histórico”.³

O posicionamento de João José Reis destaca outro ponto, que será retomado várias vezes, e que busca definir um lugar específico para o livro “*Rebeliões da Senzala*”. Ao considerar sua publicação um “marco”, Reis colocou o livro como destaque dentro dos estudos sobre a resistência escrava. Isso porque, no momento em que ele foi publicado, os estudos predominantes sobre a questão negra não apontavam temas como o da resistência e o da revolta escrava. Gilberto Freyre, por exemplo, “apesar da complexidade e inegável riqueza da obra”, estava mais preocupado em apresentar uma convivência harmônica, no espaço da casa grande, entre escravos e senhores.⁴ Já a “escola paulista”, que seguia “teorias marxistas”,

² IANNI, Octavio. A Dialética Escravo e Senhor. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de (org.). *O Negro no Brasil...* Maceió-AL: Editora da Universidade Federal de Alagoas-EDUFAL, 2003. p. 16.

³ REIS, João José. A Conspiração Haussá de 1807 na Bahia. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de (org.). *O Negro no Brasil...* Maceió-AL: Editora da Universidade Federal de Alagoas-EDUFAL, 2003. p. 75.

⁴ RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. Experiência e Narrativa – o “pós-abolição” como problema histórico. In: RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 18.

estava mais preocupada em conhecer as consequências do escravismo no desenvolvimento da economia brasileira.⁵

Além dos famosos acadêmicos que participaram do livro em homenagem a Moura, outros nomes também contribuíram para a composição do livro, como o do historiador Petrônio José Domingues, o do professor Manoel Correia de Andrade, o do historiador e jornalista José Carlos Ruy, o do poeta Aluysio Mendonça Sampaio e o da jovem socióloga Érika Mesquita. Esses nomes também seguiram a mesma linha de reflexão, destacando a originalidade de Clóvis Moura e a contribuição de seus estudos para pensar a questão negra no Brasil. Além disso, os textos ajudaram também a construir essa imagem de um pesquisador ousado, inovador, que rompeu barreiras intelectuais, e que trouxe uma nova perspectiva de análise sobre a temática das relações entre senhor e escravo.

O livro “O Negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura” foi a última homenagem que Clóvis Moura recebeu ainda em vida. Um livro, portanto, que consagrou, legitimou e celebrou o intelectual Moura e sua principal obra, o livro “*Rebeliões da Senzala*”.

* * *

Clóvis Moura e o livro “*Rebeliões da Senzala*” tornou-se nosso objeto de estudo em 2008, ainda na época da graduação. Naquele momento, sabíamos pouco sobre Clóvis Moura, tínhamos apenas como referência o livro “*História de Quilombolas*”, do historiador Flávio dos Santos Gomes. Nesse livro, seguindo uma classificação de João José Reis, Flávio Gomes destacou Clóvis Moura como pioneiro numa abordagem “materialista” sobre a atuação dos escravos rebeldes no livro “*Rebeliões da Senzala*”, de 1959. Essa abordagem “materialista” defendia, por exemplo, que a formação dos quilombos era resultado da luta dos escravos contra a violência sofrida em cativeiro. Esse tipo de interpretação vinha em oposição à interpretação “culturalista”, predominante nas décadas de 1930 e 1940, em que a formação dos quilombos teria sido resultado da necessidade de manter viva a cultura africana.⁶

O debate nos chamou atenção e fez com que buscássemos entender esse pioneirismo de Clóvis Moura. Na monografia, já abordamos o tema. Nosso objetivo já foi refletir sobre a

⁵ SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru-SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração – EDUSC, 2001. p. 25.

⁶ GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas – mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2006. p. 10-15.

originalidade do livro “*Rebeliões da Senzala*”, mas permanecendo apenas no debate historiográfico, sem avançarmos em pesquisas empíricas, o que só seria feito no mestrado.

Há um acervo de Clóvis Moura, localizado no Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da UNESP, em São Paulo, doado pela família no ano de 2004. Mergulhamos nesse arquivo para, a partir dele, investigarmos sua trajetória intelectual até a publicação do livro “*Rebeliões da Senzala*”. As fontes encontradas no CEDEM foram importantes para a elaboração dessa dissertação, mas vale ressaltar que esperávamos uma quantidade mais expressiva de documentos, principalmente em relação à trajetória de vida de Moura e ao livro “*Rebeliões da Senzala*”. Diante da restrição das fontes localizadas, ajustamos nosso objetivo central, ampliando o campo de investigação para além da primeira edição do livro, partindo para a análise também de suas três reedições. Isso porque percebemos - ainda numa primeira leitura - uma mudança significativa entre os textos da primeira e da segunda edição, o que nos despertou certa curiosidade e a percepção de que havia uma história a ser investigada.

A segunda edição do livro “*Rebeliões da Senzala*”, de 1972, é bem diferente da primeira edição, de 1959. A mudança consiste não apenas na reformulação do texto original, como também na inserção de novos capítulos, fruto dos estudos feitos por Clóvis Moura após a primeira edição. Enquanto nesta, Clóvis Moura se concentrou apenas nas revoltas ocorridas no nordeste brasileiro, na segunda edição vemos uma ampliação deste campo de investigação. Moura examinou várias outras revoltas, como a da região de São Paulo no século XIX.

Mas as mudanças não paravam por aí. Na edição de 1959, Clóvis Moura teve apenas um arquivo como referência, onde fez suas pesquisas: o Arquivo Público do Estado da Bahia. Já na segunda edição, há um investimento expressivo do autor em buscar novas fontes primárias. Moura percorreu várias instituições, dentre elas, o Arquivo do Estado de São Paulo; a Prefeitura Municipal de São Paulo e a Biblioteca Nacional.

Decidimos, portanto, explorar essas alterações ocorridas no livro “*Rebeliões da Senzala*” com maior precisão. Nossa hipótese é de que elas eram resultado não apenas do desejo do autor em aumentar sua obra para reeditá-la, mas também de um processo mais amplo, que teve início ainda na redação dos originais do livro. Acreditamos que essas alterações explicitam diálogos estabelecidos por Moura na juventude, quando buscava, ainda de Juazeiro (BA), estabelecer contatos com grandes intelectuais de São Paulo. Nesses diálogos, é possível observar sugestões de pesquisa e de leitura, que poderiam orientar melhor sua reflexão. Parte dessas sugestões, no entanto, não puderam, à época, ser incorporadas por

Moura, pela distância em que se encontrava dos grandes centros de pesquisa brasileiros. Todavia, na segunda edição, quando já morava em São Paulo e frequentava alguns círculos intelectuais, algumas sugestões foram incorporadas. Defendemos, assim, que a segunda edição é praticamente um novo livro, de um intelectual mais maduro e profissional.

Partindo dessa perspectiva, o objetivo central dessa dissertação é realizar um estudo de história intelectual, priorizando a realização de uma análise comparativa das quatro edições do livro “*Rebeliões da Senzala*”, concentrando-nos mais nas duas primeiras. Pretendemos, primeiramente, investir na memória de Clóvis Moura, observando o processo de produção e publicação da primeira edição do livro “*Rebeliões da Senzala*”. Em seguida, o foco recairá nas reedições do livro. Nesse sentido, analisaremos as principais alterações ocorridas na segunda edição; verificaremos como os elementos introdutórios das quatro edições como, capa, “orelha”, prefácio e introdução contribuíram para tornar a obra de Clóvis Moura atual e atraente; e, por fim, mas não menos importante, analisaremos, através de um capítulo do livro, como o autor construiu a imagem do escravo atuante e participativo.

Como se trata de um trabalho de história intelectual⁷, os caminhos apontados pela historiadora Helenice Rodrigues da Silva nos ajudaram a refletir sobre essa questão. A historiadora afirma que não há uma resposta precisa para definir o que é a história intelectual, mas é possível fazer algumas “constatações prévias” sobre ela. Uma dessas “constatações” é o caráter “pluridisciplinar” da história intelectual, que está vinculada não somente à história, como também à filosofia e à sociologia. Nesse sentido, a história intelectual teria não somente o objetivo de entender a sociedade intelectual a partir de seu funcionamento, como também entender as “modalidades específicas de pensar e de agir por parte dos intelectuais”.⁸ Tal reflexão é bastante válida para o nosso trabalho, já que, ao analisarmos o livro “*Rebeliões da Senzala*”, estaremos também buscando entender um pouco da forma de “pensar e de agir” de seu autor e do círculo intelectual no qual se encontrava inscrito. A investigação neste sentido nos ajudará a entender debates, não tão explícitos, estabelecidos na obra.

Outra constatação feita pela historiadora, e que também nos ajudou a pensar nosso objeto de estudo, foi sobre a necessidade de analisar não somente as “articulações internas

⁷ Por muito tempo a história intelectual esteve vinculada a história social. Somente a partir da década de 1960, com o que historiador americano Robert Darnton denominou de “Movimento dos Estudos Americanos”, foi que a história intelectual ganhou certa independência. Cf. DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995. p. 177.

⁸ SILVA, Helenice Rodrigues da. *Fragmentos da História Intelectual Entre Questionamentos e Perspectivas*. Campinas-SP: Papyrus Editora, 2002. p. 12.

(discurso)”, como também as “articulações externas (‘campo’, contextos, conjuntura)”.⁹ Isso significa que estaremos não apenas concentrados no conteúdo da obra, mas preocupados também com o “campo” de produção e com a conjuntura histórica em que ela foi produzida tendo, dessa forma, uma visão mais ampla do livro "*Rebeliões da Senzala*" e das várias releituras de que foi alvo. Releituras estas realizadas pelo próprio autor, e por seus pares. Esse debate nos levou a um conceito chave: o de memória.

No debate que realiza, a interpretação do historiador Michael Pollak se tornou aqui muito apropriada. Ele identifica os elementos que constituem o campo da memória, que podem ser percebidos de duas maneiras: os acontecimentos que são “vividos pessoalmente” e os acontecimentos que são vividos pelo grupo ao qual a pessoa se sente pertencente.¹⁰ A diferenciação se tornou fundamental para nossa análise. Para entender a produção de um livro como "*Rebeliões da Senzala*", celebrado pela historiografia como um livro pioneiro no debate sobre a resistência escrava no Brasil, é necessário refletir sobre os “acontecimentos” vividos pelo autor, levando em conta esse trabalho constante de interpretação e reinterpretação que o circunda, pautado pelos “acontecimentos” vividos pelos grupos nos quais ele circulava.

* * *

Essa dissertação será, portanto, composta por três capítulos. O primeiro deles se subdivide em dois momentos. De início, nos dedicaremos à memória de Clóvis Moura. O objetivo é verificar como as homenagens póstumas, realizadas tanto pelo Movimento Negro, quanto pelo Partido Comunista, consolidaram essa imagem de Clóvis Moura: a do grande intelectual e do ícone dos estudos sobre a questão negra no Brasil. Veremos que essa imagem “institucionalizada” do homenageado ajudou a construir uma memória que foi utilizada como instrumento de ações políticas. Em seguida, nos afastaremos dessa imagem. A intenção é extrair Clóvis Moura desse panteão intelectual, que se construiu ao longo do tempo, nos concentrando em sua trajetória intelectual, observando suas escolhas e seu grande desejo de elaborar um livro sobre a questão negra.

⁹ SILVA, Helenice Rodrigues da, op. cit., p. 12.

¹⁰ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*, vol. 05, n. 10. CPDOC: Rio de Janeiro, 1992. p. 201. Disponível na internet via: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/276>. Acesso em: 27/08/2013.

O segundo capítulo, também dividido em duas partes, é dedicado à produção intelectual e as editoras brasileiras. Na primeira parte, analisaremos os principais textos de intelectuais que se destacaram entre as décadas de 1930 e 1960. A intenção é verificar os principais temas a que esses intelectuais se dedicaram. Tendo em vista que o livro “*Rebeliões da Senzala*” é considerado inovador pela historiografia, nosso intuito é identificar o que o difere dos outros trabalhos então disponíveis. Ainda nesta primeira parte do capítulo, consideraremos a fundação de três centros acadêmicos - a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP); a Universidade de São Paulo (USP); e a Universidade do Distrito Federal (UDF) – já que parte das obras mapeadas foi produzida no interior dessas instituições. Na segunda parte do capítulo, buscaremos analisar o desenvolvimento do mercado editorial do Brasil a partir da década de 1930. A intenção é verificar o perfil das principais editoras e localizar, em meio a esse universo editorial, a editora paulista Edições Zumbi, responsável pela primeira edição do livro “*Rebeliões da Senzala*”. Uma editora ainda não estudada pela historiografia.

O terceiro e último capítulo é específico sobre o livro “*Rebeliões da Senzala*”. Nosso primeiro objetivo é verificar como os elementos introdutórios - como “orelha”, capa, prefácio, e introdução - situam de forma muito precisa os textos das quatro edições do livro, reinventando, a cada passo, a obra. A segunda parte desse capítulo representa um mergulho no livro “*Rebeliões da Senzala*”. Verificaremos como Clóvis Moura construiu essa imagem, que é apontada pela historiografia como original, do escravo atuante e participativo. Optamos por analisar um capítulo específico do livro, o segundo, intitulado “Participação do Escravo nos Movimentos Políticos”. Escolhemos esse capítulo porque ele traz uma discussão bastante interessante. Na verdade, uma discussão que traz a participação dos escravos em movimentos organizados pela elite. Dentre esses, destacam-se: a Inconfidência Mineira de 1789; a Revolução dos Alfaiates de 1798; a Revolução Pernambucana de 1817; o movimento em Minas Gerais de 1820; o movimento da Bahia de 1823; o movimento da Paraíba de 1874; e a Revolução Farroupilha, de 1835.

I- A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DE CLÓVIS MOURA.

“Lembrar do morto é falar sobre ele, relatar seus feitos, discorrer sobre suas alegrias, suas angústias, seus amores, suas aquisições, suas insatisfações, suas frustrações, suas obras inacabadas, enfim, é evocar sua passagem pela vida na terra.” Regina Abreu¹¹

No dia 24 de dezembro de 2003, dois importantes jornais paulistas noticiaram a morte do intelectual Clóvis Moura. Moura tinha falecido no dia 23 de dezembro, aos 78 anos de idade, no Hospital Albert Einstein, em São Paulo. Tratavam-se de duas notas. O jornal *Folha de São Paulo* informava apenas que Clóvis Moura, “autor de vários livros sobre a situação do negro no país”, dentre eles o livro “*Rebeliões da Senzala*”, iria ser cremado no dia 24 de dezembro no Crematório Municipal.¹² Já o *Estadão*, ao veicular a notícia, lembrou ainda de outro trabalho do autor, intitulado “Quilombos: Resistência ao Escravismo”.¹³

Ser cremado foi uma escolha do próprio Moura. Segundo sua filha Soraya, o pai não gostava das cerimônias tradicionais de velório, “com caixão aberto” e o corpo exposto aos olhos de todos. Por ser véspera de Natal, a família não conseguiu avisar a todos os amigos. Portanto, sem qualquer discurso ou outro tipo de homenagem, o velório aconteceu na capela do próprio Hospital, com a presença dos familiares e alguns amigos. Dentre os amigos de Moura, Soraya se recorda da presença de três: João Pedro Stedile (um dos integrantes da direção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST), Kabengele Munanga

¹¹ ABREU, Regina. Entre a Nação e a Alma: quando os mortos são comemorados. In: *Estudos Históricos*, vol. 7, n. 14. Rio de Janeiro, 1994. p. 210.

¹² Morre em São Paulo o Historiador Clóvis Moura. In: *Folha de São Paulo*, 24/12/2003. Disponível na internet via: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2412200323.htm>. Acesso em: 15/10/2012.

¹³ Morre o Historiador Clóvis Moura. In: *Estadão*, 24/12/2003. Disponível na internet via: <http://www.estadao.com.br/arquivo/arteelazer/2003/not20031224p3439.htm>. Acesso em: 15/10/2012.

(antropólogo, professor da USP e militante intelectual do Movimento Negro desde 1980) e José Carlos Ruy (jornalista e membro do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil).¹⁴

Clóvis Moura ainda havia pedido que suas cinzas fossem jogadas no Rio Parnaíba, no Piauí, onde tinha nascido. O pedido foi atendido e, segundo Soraya, ocorreu lá, uma pequena cerimônia de despedida.¹⁵ O rio Parnaíba já foi muito cantado por poetas e romancistas, tendo sido fonte de inspiração para o próprio Moura que, em 1962, no seu livro de poesias “Argila da Memória” canta as belezas do rio e as lembranças de sua infância.

Em abril de 2005, um ano e quatro meses após sua morte, ocorreu um primeiro investimento na memória de Clóvis Moura: foi criado pelo Movimento Negro o *Grupo de Pesquisa Clóvis Moura*, um projeto de levantamento estatístico de comunidades quilombolas no estado do Paraná. Em 2006, o Movimento Negro realizou outra homenagem, produzindo por meio da Fundação Cultural Palmares um CD ROM sobre a vida e obra de Clóvis Moura. Por fim, no ano 2009, o Centro de Documentação e Memória da UNESP realizou um grande evento, intitulado Consciência Negra – Clóvis Moura: a sua militância e intelectualidade.

Esses são os três primeiros e mais importantes eventos memorialistas de Clóvis Moura. Como destacou a historiadora Rebeca Gontijo, as homenagens póstumas proporcionam a “institucionalização” do nome do homenageado.¹⁶ Com Clóvis Moura, não foi diferente. A “institucionalização” de seu nome ocorrerá através da construção de uma memória que será utilizada como instrumento de ações políticas.

Tal investimento criou a imagem de um grande intelectual, que revolucionou a historiografia: um ícone nos estudos sobre a questão negra no Brasil. Lugar que, indiscutivelmente, lhe pertence. Todavia, é importante não perder de vista o homem, e a trajetória que o levou a ocupar esse lugar mesmo estando fora da academia. Um Clóvis Moura que se construiu ao longo do tempo, interagindo no contexto familiar, intelectual e político, constituiu a sua forma de pensar e de agir como qualquer outro homem. Como já lembrou a historiadora Adriana Barreto de Souza, todo indivíduo está inserido numa “rede social específica”, que é “tecida” durante sua vida. Essa rede inclui além de seu relacionamento no

¹⁴ Entrevista concedida a essa pesquisa por Soraya Moura em 10/04/2012.

¹⁵ Idem.

¹⁶ GONTIJO, Rebeca. *O Velho Vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador*. Tese de Doutorado em História Social. Niterói – RJ: Universidade Federal Fluminense – UFF, 2006. p. 55.

contexto familiar e no círculo de amizades da juventude, também no meio político e até mesmo profissional.¹⁷

É esse homem comum, que nasceu no interior do nordeste, longe dos centros acadêmicos, que optou pela identidade “negra” e por se dedicar ao estudo da história dos negros no Brasil, que construiu sua trajetória, que conquistou sua rede de contatos e amizades, que pretendemos compreender neste capítulo.

Assim, o capítulo será dividido em duas partes. Na primeira, tentaremos mostrar como essa memória foi “institucionalizada”, criando uma imagem específica sobre Clóvis Moura. Na segunda parte, nos distanciaremos dessa memória “institucionalizada” para narrar parte dessa trajetória intelectual de Clóvis Moura. Vale ressaltar, que essa narração não será feita destacando apenas os acontecimentos importantes de sua vida. Levaremos em consideração a interpretação da historiadora Helenice Rodrigues da Silva, que afirma que para conhecer a trajetória de um indivíduo, é preciso verificar as “relações que ele estabelece entre seus pares”, “as visões de mundo”, “os esquemas de pensamento de um determinado meio intelectual, responsável pela configuração de uma trajetória de uma obra”.¹⁸ Além disso, a intenção aqui não é escrever uma biografia de Moura, mas apenas pensar, através de um esboço biográfico, elaborado em parte por meio de suas correspondências passivas, como Moura se constrói como intelectual e como ele chega ao seu primeiro livro, “*Rebeliões da Senzala*”.

I.1- A Institucionalização da Memória de Clóvis Moura.

Lembrar um morto é uma prática comum na história e vários foram os escritores que receberam homenagens após a morte. Rebeca Gontijo, em sua tese de doutorado, reflete sobre as homenagens feitas ao escritor Capistrano de Abreu.¹⁹ Segundo ela, três meses após sua

¹⁷ SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008. p. 34.

¹⁸ SILVA, Helenice Rodrigues da. *Fragments da História Intelectual – Entre Questionamentos e Perspectivas*. Campinas: Papyrus Editora, 2002. p. 23.

¹⁹ Além de Capistrano de Abreu, estudado por Rebeca Gontijo, outros escritores foram cultuados e homenageados após sua morte como, por exemplo, Clarice Lispector e Euclides da Cunha. Sobre Clarice Lispector, Regina Abreu afirma que quinze anos após sua morte, o Centro Cultural Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, criou um evento que tinha o objetivo de manter viva a memória da escritora. Tal evento consistia em apresentar peças de teatro, filmes e palestras sobre Clarice. Já Euclides da Cunha, na cidade natal de São José do Rio Pardo, três anos após a sua morte, em 15 de agosto de 1912, algumas pessoas saíram às ruas de preto e foram

morte, uma primeira manifestação de culto póstumo foi organizada por “amigos e discípulos”, na antiga casa do escritor, no Rio de Janeiro. Tal manifestação era uma das maneiras, segundo Gontijo, de institucionalizar o nome de Capistrano de Abreu.²⁰

Por institucionalização, Gontijo entende “parte de um conjunto de realizações, que, de diferentes modos, contribuíram para consolidar” o nome de Capistrano de Abreu “como uma figura importante entre os estudiosos do Brasil”. No caso de Capistrano, essas realizações consistiram na criação, no mesmo ano de sua morte, da “Sociedade Capistrano de Abreu; a inclusão de seu nome no rol dos grandes historiadores nacionais, elaborada durante o Estado Novo; e a comemoração de seu primeiro centenário de nascimento, em 1953”, em que várias instituições participaram do empreendimento como, por exemplo, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a Biblioteca Nacional, a Universidade de São Paulo, entre outras. Um fato importante é que tais realizações, em geral, estão vinculadas a grupos com os quais ele se “relacionou”, que “a partir de algum momento ele passou a representar” ou a grupos “mais amplos”, de difícil definição, “para quem uma obra e um autor podem ultrapassar seu valor literário e intelectual e alcançar o status de símbolo, seja da nação, da intelectualidade brasileira ou dos estudiosos da história, em particular”.²¹

Clóvis Moura também recebeu homenagens, mas elas seguiram outro padrão: não foram muitas, e não ocorreram imediatamente após sua morte. Mas, ainda assim, acreditamos que elas também nos indicam uma forma de institucionalização de seu nome. Neste caso, essas homenagens foram capitaneadas pelo Movimento Negro e pelo Partido Comunista de forma a instrumentalizar essa memória para ações políticas.

Como já lembrou Michel Pollak, a memória é uma “operação coletiva”, que tem o objetivo de “salvaguardar” as informações passadas levando em conta o reforço de “sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos

em direção à cabana, onde o autor escreveu o livro “Os Sertões”. Desde então, a cidade começou a criar um espaço de memória para Euclides da Cunha. A cabana e ao redor foram conservados e, desde 1925 criou-se um feriado municipal, no dia 15 de agosto, data da morte do escritor. Cf. ABREU, Regina. Entre a Nação e a Alma: quando os mortos são comemorados. In: *Estudos Históricos*, vol. 7, n. 14. Rio de Janeiro, 1994. p. 205. Disponível na internet via <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/1984>. Acesso em: 21/11/2012. Ver também: ABREU, Regina. *O Enigma de os Sertões*. Rio de Janeiro: Funarte/Rocco, 1998. p. 312-319.

²⁰ GONTIJO, Rebeca, op. cit., p. 55.

²¹ Idem. p. 55-87.

diferentes”. Portanto, tanto o Movimento Negro quanto o Partido Comunista, ao investirem na memória de Clóvis Moura estão definindo os seus respectivos lugares.²²

A primeira homenagem a Clóvis Moura ocorreu apenas um ano e quatro meses após sua morte, em abril de 2005. Neste ano, o Movimento Negro criou, em parceria com o governo do estado do Paraná, um grupo de pesquisa com o objetivo de mapear as comunidades quilombolas da região, batizando-o *Grupo de Pesquisa Clóvis Moura*. O grupo manteve suas atividades de 2005 até 2010 e, em seu site, ainda preservado, é possível entender um pouco dessa iniciativa.²³

O trabalho desenvolvido pelo *Grupo de Pesquisa Clóvis Moura* objetivou coletar e sistematizar os dados estatísticos das comunidades negras existentes na região que, até o ano de 2010, não eram conhecidos. Os dados apresentados pelo *Grupo de Trabalho* ajudariam o governo a inserir tais comunidades em políticas públicas.²⁴ Vale ressaltar que, desde novembro de 2003, já vigorava um decreto que garantia as terras das comunidades quilombolas. O Decreto de nº 4.887, “regulamenta o procedimento para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos”.²⁵

A ideia de criar o *Grupo de Trabalho Clóvis Moura* teria surgido em 2004, através de um debate ocorrido no I Encontro de Educadores Negros do Paraná. Tal evento discutiu um tema delicado: o estado do Paraná vinha sendo, por muito tempo, apresentado como um estado de brancos, ou seja, havia poucos estudos sobre etnias africanas e também sobre sua contribuição para a formação histórica do estado.²⁶

O *Grupo de Trabalho* tinha, assim, três objetivos: levantar dados acerca da educação das comunidades negras; de suas “necessidades básicas” – já que, em grande parte, essas comunidades estavam instaladas em áreas onde o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) era baixo – e, por último, verificar se as comunidades possuíam características tradicionais²⁷,

²² POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 03. CPDOC: Rio de Janeiro, 1989. p. 09. Disponível na internet via: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh>. Acesso em: 14/03/2013.

²³ Sobre o Grupo de Pesquisa Clóvis Moura. Cf. Disponível na internet via: <http://www.kuilombos.pr.gov.br/>. Acesso em 25/10/2012.

²⁴ Idem.

²⁵ Cf.: Disponível na Internet via: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acesso em: 17/04/2013.

²⁶ Sobre o Grupo de Pesquisa Clóvis Moura, op.cit.

²⁷ O Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. De acordo com o artigo nº 3, entende-se por Comunidades Tradicionais, “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de

que pudessem ser auto-reconhecidas como Comunidades Remanescentes de Quilombolas. Ou seja, se as comunidades se enquadravam nos parâmetros definidos pelo Programa Brasil Quilombola, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).²⁸

Vemos, então, que a memória de Moura é operacionalizada em um projeto político, dirigido pelo Movimento Negro com o apoio do governo do estado do Paraná. Para além disso, temos que observar que esse *Grupo de Trabalho*, ao adotar o nome de Clóvis Moura, está reconhecendo sua obra como referência importante para pensar a questão do negro e da desigualdade no Brasil. Um papel legitimado pelo próprio Moura, quando por ocasião das comemorações dos 40 anos do livro “*Rebeliões da Senzala*”, em depoimento, afirmou que via nos movimentos negros – plural sempre utilizado pelo autor – as mesmas “inquietações” que ele próprio teve nos anos de 1950. Suas principais lideranças – afirmava Moura – usavam seu livro como “ferramenta de politização” e de “recuperação da consciência negra”.²⁹

No ano seguinte, em 2006, outra homenagem foi realizada pelo Movimento Negro, que produziu um CD ROM intitulado “Clóvis Moura – Fragmentos de Vida e Obra”.³⁰ Este CD foi produzido pela Fundação Cultural Palmares junto ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Social. Vale ressaltar que a Fundação Palmares foi uma instituição criada em 1988, pelo governo federal, através de uma iniciativa do Movimento Negro, com o objetivo de “promover e preservar a cultura afro-brasileira”. Em seu “planejamento estratégico”, a Fundação reconhece como prioridade: “o combate ao racismo”; “a promoção da igualdade”; “a garantia a cidadania individual e coletiva da população negra”; e “o respeito as diversidades culturais da população brasileira”.³¹

Verificamos que algumas dessas prioridades, defendidas pela instituição, estão presentes no CD de Clóvis Moura. Ubiratan Castro de Araújo, intelectual e historiador, à época presidente da Fundação Palmares, afirmou na apresentação do CD, que preservar a

organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela geração”. Cf.: Disponível na internet via: <http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais-1>. Acesso em: 17/04/2013.

²⁸ A SEPPIR foi criada em março de 2003, através de uma iniciativa do Movimento Negro. Dentre os objetivos da Secretaria, destacam-se: a “coordenação e articulação de políticas de promoção da igualdade racial”; “coordenação e avaliação de políticas públicas da proteção da igualdade e dos direitos da população negra”. Disponível na internet via: <http://www.seppir.gov.br/publicacoes/pquilombola>. Acesso em 09/04/2013.

²⁹ MOURA, Clóvis. Um Breve Depoimento. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de. (org.). *O Negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura*. Maceió: EDUFAL, 2003. p. 11.

³⁰ FUNDAÇÃO PALMARES. *Clóvis Moura: fragmentos de vida e obra* (CD-ROM). Brasília: Ministério da Cultura; 2006.

³¹ Sobre a Fundação Cultural Palmares. Cf. Disponível na internet via: <http://www.palmares.gov.br/quem-e-quem/>. Acesso em 19/02/2013.

memória de Clóvis Moura é “manter vivo um ideal de Brasil sem racismo”.³² O texto é uma peça memorialista, estabelecendo de imediato uma associação da imagem de Moura com a luta contra o racismo. Ainda segundo Araújo, o CD deveria ser entendido como meio de conservação da obra de Moura, e uma forma de divulgar suas ideias como “exemplo de dedicação à cultura dos negros brasileiros”. Portanto, o CD contribui de forma significativa para a institucionalização da memória de Clóvis Moura, operacionalizando uma ação política e, no caso, levantando de forma explícita a bandeira contra o racismo a partir da preservação e divulgação das ideias de Clóvis Moura.

A memória elaborada no CD ROM mostra Moura como um intelectual importante, marcado por um trabalho rico, que merecia ser lembrado. Portanto, a Fundação Palmares não deixou de destacar a cronologia de vida e também fotografias pessoais, itens importantes para construir uma memória, e gerar uma proximidade maior com o público leitor.

Na cronologia, que vai do nascimento até a morte de Moura, a Fundação apresentou eventos importantes de sua vida, de forma a compor a memória do homenageado. Dentre os eventos mais destacados, observamos a preocupação, primeiramente, em apresentar Moura como jornalista. Na cronologia, foi dado destaque especial a sua atuação, ainda bem jovem, em jornais da época, sendo citado o nome de cada jornal onde Moura trabalhou, localizando cuidadosamente o período: jornal *Jacuba* (1949); jornal *O Momento* (1950); jornal *Última Hora* (1952 -1958), jornal *Correio Paulistano* (1960). Em seguida, a cronologia reforça sua carreira como escritor e intelectual voltado para causa negra, identificando cada um dos títulos publicados por Moura e sua participação em eventos acadêmicos. Dentre os eventos, são destacadas algumas conferências e experiências como professor. Em relação às conferências, há o cuidado de explicitar aquelas com temas ligados ao negro, ocorridas em universidades do Brasil e em universidades internacionais, com o destaque maior para as realizadas nos Estados Unidos. Dessa forma, Moura está sendo apresentado com um intelectual internacional.

O Moura professor apresentado na cronologia é claramente um esforço de explicitar sua inserção acadêmica. Nela são marcadas sua participação em bancas de defesa de mestrado e doutorado, como especialista na questão negra. Todos os três trabalhos acadêmicos, citados na cronologia, têm como temática o negro. Como examinador de mestrado, participou da banca de Miriam Nicolau Ferrari – “A Imprensa Negra em São Paulo” (USP-1981); e da

³² FUNDAÇÃO PALMARES. *Clóvis Moura: fragmentos de vida e obra* (CD-ROM), op.cit.

banca de Célia Maria Marinho de Azevedo – “O Negro Livre no Imaginário das Elites (racismo, imigrantismo e abolicionismo)” (UNICAMP-1985). Como examinador de doutorado, participou da banca de Maria de Lourdes Bandeira Lamônica Freire – “Vila Bela, Território Branco Espaço Negro: um estudo da identidade étnica” (USP-1986).

A cronologia também não deixa de apontar Moura como comunista. Sua inserção no Partido Comunista, na década de 1940, é evidenciada. Vemos, assim, mais uma característica apresentada em torno da memória de Moura: a do político. Além de jornalista, escritor, intelectual e professor, Moura também é reconhecido pelo Movimento Negro como político.

Já os eventos da vida pessoal de Clóvis Moura não foram tão evidenciados na cronologia como os da vida profissional. Dentre os eventos destacados, estão o seu primeiro casamento com Iracema, em 1954; o nascimento de sua filha Soraya, em 1958; e seu segundo casamento com Griselda Steiger Moura, em 1982. Os poucos eventos da vida pessoal apontados na cronologia, nos fazem refletir que a preocupação da seção cronologia do CD-ROM produzido pela Fundação Palmares não foi mostrar aspectos da vida privada de Moura, mas mostrar um homem maduro e já reconhecido. Em outras palavras, um grande intelectual.

Essa mesma imagem construída na cronologia também se traduz, em parte, nas fotografias. Vale aqui lembrar uma afirmação de Jacques Le Goff, que diz que as fotografias são um elemento importante na construção da memória, pois permitem uma “precisão” e a produção de uma “verdade visual”.³³ As fotos foram cedidas por Griselda, segunda esposa de Moura, e por Soraya, sua filha. Predominam, assim, fotos de Moura em seu contexto familiar.

Das dezessete fotos presentes no CD, nove são de Moura em família: com os irmãos, os pais, a esposa do primeiro e do segundo casamento, a filha e a neta. Vemos que diferentemente da cronologia, em que a maior parte dos eventos se referia à vida profissional de Moura, nas fotografias o maior número está relacionado à vida pessoal do homenageado. Mas nem por isso, desconstrói a memória do grande intelectual, criada na cronologia.

Oito fotos restantes retratam Clóvis Moura em contexto profissional e intelectual, reforçando claramente a imagem criada pela cronologia. Duas delas são de quando Moura trabalhou como jornalista, nos jornais *Última Hora* (1958) e *Correio Paulistano* (1965). A imagem do jornalista da seção cronologia ganha, assim, forma visual na seção fotografias. Mas as coincidências não param por aí. Quatro fotos ainda retratam Moura com amigos: uma num almoço oferecido ao pintor Aldemir Martins (s/d), famoso artista plástico cearense; uma

³³ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5 ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2003. p. 460.

com o Antropólogo e Professor da New Platz State University of New York, Zelbert L. Moore (2000), que desenvolveu pesquisa sobre negros na América Latina; uma com o amigo, escritor e militante comunista, Jorge Amado (1986); e uma com o amigo militante comunista de Juazeiro (BA), Saul Rosas (1987). Mais uma vez, vemos que a imagem do intelectual, do acadêmico reconhecido internacionalmente e do comunista, apresentada na cronologia, ganha também forma visual com essas fotografias.

Mas ainda restam duas fotos: uma em que Moura aparece ao lado da princesa do carnaval de São Paulo (1965); e outra, Moura recebendo o título de cidadão da cidade de Salvador (1995). Percebemos aqui, duas características novas apresentadas em torno da memória de Clóvis Moura: a do homem popular, que apreciava o carnaval; e do cidadão, que sabia de seus direitos e deveres, e que foi reconhecido pelos soteropolitanos.

As fotografias estão, então, criando um jogo de interpretação em torno da memória de Clóvis Moura, gerando o que Le Goff chamou de “verdade visual”.³⁴ De um lado, o homem em sua face privada: o filho, o pai, o marido e o avô. Do outro: o político, o jornalista, o acadêmico, o intelectual, o cidadão. Essa opção pelas fotografias funciona como um elemento a mais na composição desta “memória institucionalizada” de Clóvis Moura.

Essa memória se completa com a seção poesias e com a seção depoimentos criadas ainda no CD-ROM. Na seção poesias, encontram-se sete poemas escritos por Clóvis Moura, em cinco livros publicados ao longo de sua vida. Vale ressaltar que em nenhum desses poemas o negro foi retratado. Os temas abordados pelo poeta foram variados como, por exemplo, a vida, a fraternidade e o amor. Nesse sentido, percebemos que a preocupação maior da Fundação Palmares foi apresentar, com esses poemas, apenas mais uma característica de Clóvis Moura, a de poeta. Tal característica ajuda a compor a imagem do intelectual, que além de especialista na temática negra, também circulava pelo campo da poesia.

Já na seção depoimentos, encontram-se três artigos escritos em homenagem a Clóvis Moura. Para uma análise mais cuidadosa, dividimos esses artigos em dois blocos: um acadêmico e outro pessoal. No bloco acadêmico, inserimos os artigos de autoria dos professores Mário Maestri e Kabengele Munanga. Já no bloco pessoal, inserimos o depoimento do amigo e escritor Aluysio de Mendonça Sampaio.³⁵ O critério que utilizamos para agrupar os artigos não está relacionado à profissão dos autores, mas à forma como eles

³⁴ LE GOFF, Jacques, op. cit., p. 460.

³⁵ FUNDAÇÃO PALMARES. *Clóvis Moura: fragmentos de vida e obra* (CD-ROM), op.cit.

construíram seus textos. No caso dos dois primeiros artigos, é possível identificar não só uma linguagem mais formal, mas também um conteúdo mais analítico. Por outro lado, no artigo de Sampaio, predomina uma linguagem mais pessoal e a narrativa de reminiscências.

Os depoimentos são curtos, e veremos que eles também têm em comum a preocupação em criar uma imagem de Moura como um grande intelectual, uma referência nos estudos sobre o negro. Há, no entanto, elementos novos: a do intelectual “revolucionário” e “humanista”, que rompeu com uma tradição interpretativa.

Mário Maestri é doutor em História pela Université Catholique de Louvain, na Bélgica. Aqui no Brasil, atua como professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (RS). É um especialista em escravidão, abordando o tema tanto de forma mais geral, no Brasil, quanto em uma região mais específica – o Rio Grande do Sul. Daí, seu interesse pelas pesquisas de Clóvis Moura.

No depoimento para o CD, Mário Maestri redige um texto intitulado: “Uma Visão Revolucionária Precoce sobre o Brasil”, que já é um indicativo claro de que o historiador quer mostrar Clóvis Moura com um intelectual diferente de seu tempo, que trouxe uma interpretação nova, “revolucionária” sobre a escravidão no Brasil.³⁶

O emblema maior dessa “visão revolucionária”, segundo Maestri, é o livro “*Rebeliões da Senzala*”, originalmente publicado em 1959, e que - ainda segundo Maestri - produziu uma “ruptura epistemológica”, rompendo com a historiografia tradicional. Essa “ruptura”, de acordo com o historiador, se deve a fato de Moura destacar, em sua interpretação, que os escravos foram responsáveis por “impulsionar” o sistema econômico do período colonial, anulando, quase por completo, o trabalho livre.

É ainda Mário Maestri que lança mão da imagem de Clóvis Moura como o grande “antípoda político e ideológico” de Gilberto Freyre. Mas acreditamos que não foi Maestri o primeiro a associar a imagem de Moura como sendo o antípoda de Freyre. Em uma carta do comunista e escritor Nelson Werneck Sodré, há um trecho, por exemplo, em que ele se refere à recepção do livro “*Rebeliões da Senzala*” e utiliza o termo “antípoda”. Nesse trecho, Sodré afirma que o livro de Moura é bom, e sugere que o amigo não se preocupe com o “silêncio” da crítica. Esse “silêncio, propositado ou não”, e no caso de Moura, “propositado”, se refere, segundo Sodré, ao fato “da imprensa interessada no antípoda”. O termo “antípoda” não é

³⁶ MAESTRI, Mário. Uma Visão Revolucionária Precoce sobre o Brasil. In: FUNDAÇÃO PALMARES. *Clóvis Moura: fragmentos de vida e obra* (CD-ROM). Brasília: Ministério da Cultura; 2006.

explicitado por Sodré e, além disso, em nenhum momento da carta aparece o nome de Gilberto Freyre, mas tudo indica que Sodré estivesse se referindo a ele.³⁷ Portanto, o termo “antípoda”, utilizado por Maestri, é possivelmente uma apropriação de algumas leituras já feitas sobre Moura, e não uma interpretação própria.³⁸

Além de utilizar essa imagem de um autor “revolucionário” e de “antípoda” de Gilberto Freyre, Maestri também recorre a uma outra imagem sempre associada a Clóvis Moura, a de intelectual “marginalizado”. Essa marginalização – para Maestri – está diretamente relacionada ao tipo de interpretação adotada por Moura, que – ainda segundo o historiador – não teria agradado, nos anos de 1960, ao Partido Comunista e à academia.³⁹ Não fica bem clara, no artigo de Maestri, as razões dessa não aceitação do trabalho de Moura pelo Partido Comunista e pela academia. Essa perspectiva do intelectual marginalizado é reiterada pelo trabalho da socióloga Érika Mesquita. De acordo com a socióloga, o livro “*Rebeliões da Senzala*” foi “pouco acolhido” tanto por intelectuais que estavam dentro do Partido, como aqueles que estavam fora. Uma das hipóteses sugeridas por Mesquita é que Moura nunca aceitou todas as teorias defendidas pelo Partido, e que lançava mão do marxismo “apenas como instrumento para diagnosticar e taquigrafar as realidades contraditórias das diversas fases históricas do país, só que levando em consideração a questão racial”. Sua posição “radical” que, segundo Mesquita, estaria relacionada as “suas interpretações, consideradas verdadeiras aberrações por seus companheiros de partido”, levou Moura a ser “isolado” e “desqualificado dentro do próprio partido. Mesquita ainda acrescenta que o diferencial de Clóvis Moura não foi em agradar a academia, “mas contribuir com uma interpretação no mínimo autêntica da realidade brasileira” através de “uma postura crítica e, desde logo, uma proposta radical de mudança da sociedade”.⁴⁰

O outro professor que deu seu depoimento no CD de Clóvis Moura foi Kabengele Munanga. Nascido no Zaire, atual República Democrática do Congo, Munanga é graduado em Antropologia Cultural pela Université Officielle Du Congo à Lubumbashi. O seu doutorado foi realizado no Brasil, na Universidade de São Paulo. Assim como Mário Maestri, Munanga também atua em temas ligados ao negro e à escravidão.

³⁷ Carta de Nelson Werneck Sodré, 17/04/1962. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).

³⁸ MAESTRI, Mário, op.cit.

³⁹ Idem.

⁴⁰ MESQUITA, Érika. *Clóvis Moura: uma visão crítica da história social brasileira*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campinas – SP: Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, 2002. p. 176-179.

Em seu depoimento, intitulado “Professor Clóvis Moura: autor de uma obra complexa e ininterrupta sobre a história e os problemas do negro brasileiro”, o título também é um indicativo claro da imagem que se quer criar de Clóvis Moura. Munanga constrói a memória de um professor, de um acadêmico, que - apesar de nunca ter estado formalmente vinculado ao meio acadêmico - possuía uma vasta produção intelectual, reconhecida e respeitada pela academia.⁴¹

Essa imagem de acadêmico apresentada por Munanga torna-se mais evidente quando ele afirma que Clóvis Moura foi quem tratou a questão negra através de diversos “ângulos”, atribuindo ao negro um lugar de destaque nos “acontecimentos históricos”. Em outras palavras, Munanga afirma - tanto quanto Maestri - que Clóvis Moura “rompe” com a “historiografia oficial”, devolvendo ao negro sua “verdadeira história”.⁴²

Já no bloco de depoimentos mais pessoais, destaca-se o do amigo e padrinho de casamento Aluysio de Mendonça Sampaio. Empregando um tom mais familiar, o depoimento nos remete a um outro Clóvis Moura. Como o título nos indica, o depoimento é sobre: “Clóvis Moura, o Homem”. Neste texto, Moura aparece como um “humanista”, “no sentido amplo do vocábulo”. Isso significa, segundo Sampaio, que em Clóvis Moura “tal qualificação não se restringia ao sentido substancial de sua obra. Seu humanismo era substrato de sua própria obra, de sua vivência cotidiana”.⁴³

Essa imagem do “humanista” se completa a partir do princípio de que Moura era possuidor de uma “personalidade complexa”, que o fez ser um grande homem, um grande intelectual.⁴⁴ A complexidade de sua personalidade é definida a partir de pares de adjetivos que, de início, parecem antagônicos como: “tímido e corajoso”; “indômito e boêmio”. Sampaio com esses adjetivos quis apresentar a memória de um homem comum, que gostava da noite, que lutou por seus objetivos, e que não se deixou ser domado por ninguém.⁴⁵

Três anos após a homenagem da Fundação Palmares, em 2009, uma nova homenagem a Clóvis Moura foi realizada, agora, pelo Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, onde estão

⁴¹ MUNANGA, Kabengele. Professor Clóvis Moura: autor de uma obra complexa e ininterrupta sobre a história e os problemas do negro brasileiro. In: FUNDAÇÃO PALMARES. *Clóvis Moura: fragmentos de vida e obra* (CD-ROM). Brasília: Ministério da Cultura; 2006.

⁴² MUNANGA, Kabengele, op. cit.

⁴³ SAMPAIO, Aluysio de Mendonça. Clóvis Moura, o Homem. In: FUNDAÇÃO PALMARES. *Clóvis Moura: fragmentos de vida e obra* (CD-ROM). Brasília: Ministério da Cultura; 2006.

⁴⁴ Idem.

⁴⁵ Idem.

preservados, desde 2004, os documentos pessoais de Moura. O CEDEM é uma instituição que foi criada em 1987, e guarda documentos relacionados ao Partido Comunista e a Movimentos Sociais.⁴⁶

O CEDEM realizou um debate, intitulado “Consciência Negra – Clóvis Moura: a sua militância e intelectualidade”, tendo como debatedores a historiadora e filha de Moura, Soraya Moura, e o antropólogo e professor da USP, João Baptista Borges Pereira⁴⁷. Tal evento nos faz recorrer à interpretação de Regina Abreu, que afirma que lugares como museus, arquivos, festas, monumentos, assim como, rituais e cultos aos mortos são uma forma de criar uma “memória coletiva” e também de “resgate dos laços de continuidade”.⁴⁸

Não resta dúvida de que, nesta homenagem a Clóvis Moura, Soraya e João Baptista Borges Pereira, criaram uma “memória coletiva” em torno do homenageado. Dentre os temas mais discutidos, destacam-se: os cinquenta anos de publicação da primeira edição do livro “*Rebeliões da Senzala*”; a carreira intelectual de Moura; e a amizade de João Baptista com Moura, sendo este o tema mais debatido pelo amigo.

Percebemos que o debate teve um tom bastante informal, até porque os convidados da mesa eram pessoas muito próximas a Moura, ou seja, a filha e um amigo. Nesse ponto, vale lembrar aqui uma reflexão feita por Rebeca Gontijo, lançando mão dos escritos de Fernando Catroga⁴⁹ sobre o tema da comemoração. Toda comemoração - segundo Catroga - é uma forma de se criar um “valor simbólico daquilo que é comemorado”, permitindo criar “elos entre os vivos”. Desse modo, mais do que aprender sobre o homenageado, “o que as comemorações promovem são as memórias e projetos que o presente procura impor a si mesmo”. Ou seja, segundo Gontijo, “a comemoração diz mais sobre aqueles que comemoram do que sobre o que é comemorado”.⁵⁰

Partindo dessa reflexão, este evento não deixa de ser mais uma contribuição na consolidação e na “institucionalização” do nome de Clóvis Moura como um intelectual importante para a historiografia brasileira. O CEDEM, e o evento que ele criou, atribuíam a

⁴⁶ Sobre o Centro de Documentação e Memória da UNESP. Cf. Disponível na internet via: <http://www1.cedem.unesp.br/>. Acesso em: 13/05/2013.

⁴⁷ CEDEM. *Consciência Negra – Clóvis Moura: a sua militância e intelectualidade* (DVD). São Paulo: UNESP, 2009.

⁴⁸ ABREU, Regina. *A Fabricação do Imortal – Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: LAPA/Rocco, 1996. p. 203.

⁴⁹ Cf. CATROGA, Fernando. “Ritualizações da história”. In: CATROGA, Fernando, TORRALBA, Luís Reis e MENDES, José Amado. *História da história em Portugal, séculos XIX e XX*. S.l., Temas & Debates, [1998], vol. 2.

⁵⁰ GONTIJO, Rebeca, op. cit., p. 56.

Moura um “valor simbólico” nesse espaço entre o acadêmico e o político. E, ao fazerem isso, divulgavam a própria instituição, que detém a guarda da documentação do homenageado.

Na institucionalização do nome de Clóvis Moura, portanto, predominam a atuação do Movimento Negro e do Partido Comunista, grupos com os quais Moura se “relacionou” durante sua vida. A institucionalização acontece através da celebração e da divulgação da memória do homenageado. Tais homenagens constroem a memória de um intelectual dedicado aos estudos sobre o negro no Brasil, que deve ser reconhecido pela sociedade, e pela academia, como um grande intelectual e como um autor revolucionário, que funda uma nova interpretação para a história dos negros no Brasil.

Agora, a intenção é nos distanciarmos dessa “memória institucionalizada”, para tentarmos uma aproximação do homem “real”. Como já lembrou Adriana Barreto de Souza, ao estudar a construção de uma imagem “monumento” do Duque de Caxias, muitas vezes, por questões políticas, a memória de certos personagens históricos são de tal forma reelaboradas que lhes retiram todo “vestígio humano”.⁵¹ Partindo dessa ideia, nosso objetivo agora é, em diálogo com essa “memória institucionalizada”, examinar e refletir sobre a “existência social”, de Clóvis Moura.

I.2- Um Esboço Biográfico de Clóvis Moura.

Uma dificuldade com a qual nos deparamos para construir essa parte do capítulo é a falta de estudos biográficos sobre Clóvis Moura. Diferentemente de Rebeca Gontijo, que construiu, em um dos capítulos da sua tese de doutorado, a memória e biografia de Capistrano de Abreu através das diversas biografias escritas sobre ele, observando suas “convergências” e “divergências”; nosso objeto de estudo, Clóvis Moura, ainda não teve sua(s) biografia(s) escrita(s), o que nos impede uma análise mais detalhada sobre ele.⁵²

Uma dúvida que também nos incomodou foi se seguiríamos, ou não, uma cronologia, ou seja, se contaríamos sua história desde seu nascimento. Nosso receio em optar por esse modelo era o de gerar uma falsa impressão de que a vida Clóvis Moura ocorreu de forma linear e coerente. Pierre Bordieu já nos alertou sobre como o senso comum tende a ver a vida

⁵¹ SOUZA, Adriana Barreto de, op. cit., p. 34.

⁵² GONTIJO, Rebeca, op. cit. p. 109-165.

como linear.⁵³ Mas nosso objetivo aqui não é escrever a biografia de Moura, pretendemos recuperar alguns dados biográficos com um objetivo bem preciso: conhecer o jovem Clóvis Moura.

Clóvis Steiger de Assis Moura nasceu em Amarante, no Estado do Piauí, em 10 de junho de 1925, sendo o segundo filho de Francisco de Assis Moura e Elvira Steiger Moura.⁵⁴

Elvira era neta do suíço Ferdinand Von Steiger, um aristocrata, tenente da guarnição do rei da Prússia, que veio para o Brasil no século XIX. Os motivos de sua vinda não são conhecidos, mas ao chegar em terras brasileiras, fixou moradia em Ilhéus (BA). Logo após a sua chegada, comprou a Fazenda Vitória e casou-se com Amélia de Sá Bittencourt e Câmara, filha de Egydio Luiz de Sá Bittencourt e Câmara, proprietário da Fazenda Boa Esperança. Depois de casado, Ferdinand Von Steiger ganhou o título de barão.⁵⁵

Segundo Soraya, Elvira - que assinava Elvira Steiger de Magalhães Castro, quando solteira - nasceu e foi criada na Fazenda Vitória. A mesma teria conhecido seu futuro marido, Francisco de Assis Moura numa viagem que fez ao Rio de Janeiro para estudar. Soraya não soube informar o que sua avó Elvira foi estudar no Rio de Janeiro, mas acredita que tenha sido o que hoje chamamos de ensino médio. Após o casamento, Elvira passou a assinar o nome de casada, Elvira Steiger Moura.⁵⁶

⁵³ BORDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & Abusos da História Oral*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998. p. 183.

⁵⁴ OLIVEIRA, Fábio Nogueira de. *Clóvis Moura e a Sociologia da Práxis Negra*. Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais. Niterói – RJ: Universidade Federal Fluminense - UFF, 2009. p. 27.

⁵⁵ Entrevista concedida a essa pesquisa por Soraya Moura em 10/04/2012.

⁵⁶ Idem.



(Foto 2- Casamento de Elvira e Francisco, pais de Clóvis Moura. Foto cedida por Soraya Moura, em 15/10/2012).

Sobre a origem do pai de Moura, temos poucas informações, tendo apenas como fonte o depoimento de Vivaldo da Costa Lima, em entrevista a Fábio Oliveira. Francisco de Assis Moura era negro e filho do maranhense Abdon Moura.⁵⁷ Francisco formou-se no curso de Farmácia na Bahia, mas acabou indo trabalhar como fiscal do imposto de renda.⁵⁸ Soraya nos confirmou esta informação, e acrescentou que o nome da mãe de seu avô era Teresa. Abdon foi proprietário de uma propriedade rural chamada fazenda Boa Vista, e homem muito influente em Amarante (PI). Com a quebra da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929, Abdon Moura foi à falência.⁵⁹

Elvira e Francisco tiveram mais dois filhos além de Clóvis Moura, Carlos Assis Moura, apelidado de Carlitos, e Maria do Rosário Moura Cunha, apelidada de Merita, sendo Carlos o mais velho e Merita a mais nova.

⁵⁷ OLIVEIRA, Fábio Nogueira de, op. cit., p. 29.

⁵⁸ Entrevista concedida a essa pesquisa por Soraya Moura em 10/04/2012.

⁵⁹ Idem.



(Foto 3 - Da esquerda para a direita: Carlos, Clóvis Moura, Maria do Rosário (Amarante – PI). Foto cedida por Soraya Moura, em 15/10/2012).

A família teria permanecido em Amarante (PI) até o ano de 1935, quando se transferiram para Natal, no estado do Rio Grande do Norte. Um dos motivos da transferência da família estaria ligado à decadência econômica da região de Amarante (PI), que teve a borracha como o principal elemento da economia da cidade entre os anos 1910 até 1920.⁶⁰

De 1935 até o ano 1941, a família Moura viveu em Natal. Na nova cidade, com dez anos de idade, o pequeno Clóvis e seu irmão foram estudar no Colégio Diocesano Santo Antônio, que, desde 1929, era dirigido pelos irmãos Maristas, responsáveis por manter o ensino católico na instituição e preparar a elite política e intelectual local.⁶¹

⁶⁰ OLIVEIRA, Fábio Nogueira de, op. cit., p. 29-30.

⁶¹ Idem. p. 32-33.

Nesta instituição, Clóvis participou da criação do “Grêmio Cívico Literário 12 de Outubro” e do jornal *O Potiguar*, onde teria publicado um artigo intitulado “Libertas que sera tamem”, onde destacou o “sentimento nacionalista” da Inconfidência Mineira.⁶² Infelizmente não temos informações sobre a data exata da criação do Grêmio, nem mesmo conseguimos descobrir o motivo que levou Moura e seus companheiros a adotarem a data 12 de outubro para ser o nome do grêmio.

Mas de acordo com Érika Mesquita, o “Grêmio Cívico Literário 12 de Outubro” foi criado sem a aprovação dos irmãos Maristas, e funcionava semanalmente com reuniões para discussões sobre literatura e política, chegando em torno de quarenta o número de participantes. Ao que parece, o grêmio encerrou suas atividades quando o jovem Clóvis e sua família faziam sua segunda mudança, agora, para Salvador, no estado da Bahia.⁶³

A transferência ocorreu no ano de 1941, no mesmo ano do falecimento de Carlos, irmão mais velho de Moura, vítima de tuberculose. É em Salvador que Clóvis, aos 16 anos de idade, começa a estreitar seus laços de amizade com Vivaldo Costa Lima, Aluísio Sepúlveda, Rui Soledad e Otto Soledad. Juntos, os amigos se reuniam semanalmente, próximo a Igreja do Bonfim, para discutir assuntos relacionados à política e a literatura.⁶⁴

O tempo que residiu em Salvador parece ter sido curto, apenas um ano. Segundo Oliveira, que encontrou no CEDEM um caderno onde Clóvis Moura reunia artigos sobre política, literatura e poesia, publicados em diversos jornais, haveria, no termo de abertura do caderno, o nome da cidade, Juazeiro (BA), e a data, 1942. Não foi possível confirmarmos esta data nas cartas que iremos explorar neste trabalho, pois as mesmas, embora enviadas de Juazeiro (BA), são todas elas posteriores a 1946, e não trazem nenhuma informação sobre quando Clóvis Moura mudou-se para Juazeiro (BA).

Ainda nessa época, por volta dos seus vinte e quatro anos de idade, Clóvis foi convidado, por “colegas comunistas”, a criar em Juazeiro a seção local da Associação Brasileira de Escritores – ABDE.⁶⁵ Vale lembrar que a ABDE foi fundada em 1942, em São Paulo. Porém, é em 1945, que a Associação ganhou uma projeção maior, com realização do I Congresso Brasileiro de Escritores, que teve entre os vários temas, discutir “o papel do

⁶² OLIVEIRA, Fábio Nogueira de, op. cit., p. 36.

⁶³ MESQUITA, Érika. *Clóvis Moura: uma visão crítica da história social brasileira*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campinas – SP: Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, 2002. p. 176.

⁶⁴ OLIVEIRA, Fábio Nogueira de, op.cit., p. 38.

⁶⁵ Idem. p. 66.

escritor no mundo contemporâneo, especialmente na defesa dos princípios democráticos”.⁶⁶ A criação da ABDE, em São Paulo, nos faz perceber que Clóvis Moura já era um nome conhecido entre os intelectuais paulistas.

No CEDEM, foi possível localizar sete cartas enviadas a Clóvis Moura sobre a criação da filial em Juazeiro. Cinco delas eram assinadas pelo jornalista Darwin Brandão, e duas pelo funcionário público Expedito de A.N.. Essas cartas já foram analisadas por Fábio Oliveira e, assim como ele, não conseguimos verificar se Casa da Cultura, nome da referida filial da ABDE, chegou a ser realmente instalada na cidade baiana.

Independentemente do fato de a filial da ABDE ter sido ou não criada, vale destacar que tal convite já é um indicativo de que o jovem Moura possuía alguma inserção em círculos intelectuais. Ainda é preciso lembrar que, nessa mesma época, por volta do ano de 1949, Clóvis Moura não havia publicado nem um livro, e tinha apenas 24 anos de idade.

Ainda nessa mesma época, quando ainda residia em Juazeiro (BA), Clóvis criou o jornal *O Jacuba*, e se filiou ao Partido Comunista. Érika Mesquita, outra socióloga interessada na trajetória de Moura, acredita que sua filiação ao partido se deu por volta de 1945. Dois anos depois, em 1947, Moura, com apenas 22 anos de idade, já teria se candidatado a deputado estadual pelo Partido Comunista, tendo sua candidatura cassada pelo Tribunal Eleitoral.⁶⁷ De acordo com Soraya, seu pai contou que o Tribunal cassou todos os candidatos comunistas naquela época.⁶⁸ Essa informação pode ser confirmada através do trabalho do historiador Renato Arruda de Rezende. Segundo ele, quando o presidente Eurico Gaspar Dutra assumiu o governo, em 1946, logo se mostrou contra o Partido Comunista Brasileiro, que tinha ideias contrárias ao seu governo. Ainda no primeiro ano de governo, Dutra criou uma nova Constituição. Em um dos artigos, ficava estabelecido o impedimento de qualquer partido contrário ao regime democrático. Assim, em 1947, foi cancelado pelo Superior Tribunal Eleitoral o registro do PCB, tendo este ficado na ilegalidade durante dois anos.⁶⁹

Fábio Oliveira faz uma ressalva ao trabalho de Mesquita, chamando atenção para uma controvérsia em relação à candidatura política do jovem Moura na década de 1940. Tendo como fonte a entrevista que fez com o amigo de Clóvis Moura, o jornalista José Carlos

⁶⁶ MELO, Ana Amélia de M. Cavalcante. Associação Brasileira de Escritores: dinâmicas de disputa. In: *Varia História*, vol. 27, n. 46. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

⁶⁷ MESQUITA, Érika, op. cit., p. 176.

⁶⁸ Entrevista concedida a essa pesquisa por Soraya Moura em 10/04/2012.

⁶⁹ REZENDE, Renato Arruda de. *1947, O Ano Em Que O Brasil Foi Mais Realista Que O Rei: o fechamento do PCB e o rompimento das relações Brasil-União Soviética*. Dissertação de Mestrado em História. Mato Grosso do Sul-MS: Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), 2006. p. 79-81.

Ruy, Oliveira afirma que, nos anos de 1940, Clóvis Moura se candidatou a deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro.⁷⁰

Mas, para além da controvérsia sobre o partido, a cassação é ponto pacífico entre os autores e, ao que parece, esse teria sido o motivo para a transferência de Moura, em 1949, de Juazeiro (BA) para a cidade de São Paulo. Na nova cidade, Clóvis Moura começou a atuar na Frente Cultural do Partido Comunista. Vale lembrar que o Partido Comunista, nesta época, já estava consolidado, levando em consideração a forma modesta como foi criado em 1922, no Rio de Janeiro, uma iniciativa do Grupo Comunista do Rio de Janeiro, um dos vários grupos de esquerda que existia no Brasil naquele momento.⁷¹ Além de atuar no Partido Comunista, Clóvis Moura também exerceu a função de jornalista nos *Diários Associados*, uma empresa voltada para o gerenciamento de veículos de comunicação, como revistas, jornais, rádio e televisão. A instituição foi criada em 1924 por Assis Chateaubriand, que já era nesta época um influente jornalista e político.⁷²

Logo após a vinda de Clóvis Moura para a capital paulista, sua família também veio. Em São Paulo, aos 25 anos de idade, Moura começou uma nova vida. Ligado ao Partido Comunista, Moura se firmou como jornalista, trabalhando em diversos jornais e revistas: *Última Hora* (1952-1958), *Revista Fundamentos* (1952-1955), *Revista Flama* (1952).⁷³

Cinco anos após ter chegado a São Paulo, e com a vida já organizada, Moura casou-se com Iracema. A moça era funcionária pública, e exercia a função de escriturária. Era também muito influente e politizada. Embora não filiada, frequentava o Partido Comunista Brasileiro e a revista *Fundamentos*. Soraya afirmou que sua mãe dizia pertencer a “turma dos inocentes úteis”, pois ajudava na divulgação dos eventos e na distribuição de jornais do Partido. Iracema não cursou a universidade, e se casou tarde para os padrões sociais da época, aos 34 anos de idade. Era, inclusive, mais velha que Moura, que, à época, tinha vinte e nove anos.⁷⁴

⁷⁰ OLIVEIRA, Fábio Nogueira de, op. cit., p. 67.

⁷¹ PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileira (1922-1964)*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984. p. 85-88.

⁷² Sobre os Diários Associados: Cf. Disponível na internet via: <http://www.diariosassociados.com.br/>. Acesso em 09/09/2012.

⁷³ OLIVEIRA, Fábio Nogueira de, op. cit., p. 68.

⁷⁴ Entrevista concedida a essa pesquisa por Soraya Moura em 10/04/2012.



(Foto 4 – Da esquerda para a direita: Iracema e sua mãe, Gemma Mazzucco. Santos-SP, por volta de 1968. Foto cedida por Soraya Moura, em 15/10/2012).

O casamento aconteceu apenas no civil, tendo uma festa de comemoração na casa dos pais da noiva. Deste casamento tiveram, em 1958, Soraya, filha única, que hoje é historiadora. Por volta de 1982, após vinte e oito anos de casamento, Moura separou-se de Iracema e, em 1982, conheceu Griselda⁷⁵, sua segunda esposa, que adotou o nome do marido, tornando-se Griselda Steiger Moura.⁷⁶

Já nas décadas de 1960 e 1970, Clóvis Moura se destacou na carreira jornalística, trabalhando nos jornais *Correio Paulista* e *Folha de São Carlos*. Neste último, se destacou por suas crônicas, assinadas com o pseudônimo de “Sparkenbroke”.⁷⁷ Não conseguimos ter acesso às crônicas escritas por Clóvis Moura, ou melhor, por “Sparkenbroke”, mas acreditamos que tematizavam a ambiência política da época, sob a ditadura militar.

A carreira de Moura na década de 1970 esteve marcada, segundo Oliveira, por sua participação em eventos internacionais sobre a questão negra. Aqui no Brasil, ajudou a fundar o Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas – IBEA, participando, a partir de então, mais ativamente do movimento negro.⁷⁸

Ao que tudo indica, apesar de seu engajamento, foi somente neste período que Clóvis Moura se filiou ao Movimento Negro. Em depoimento, sua filha, Soraya, afirmou que seu pai sempre fora um simpatizante do Movimento Negro, mas que só se inseriu, de fato, no

⁷⁵ Tentamos contato com Griselda para conhecermos o seu perfil - assim como fizemos com Iracema, através do relato de Soraya Moura - e também para saber a data exata de seu casamento com Clóvis Moura. Mas nossos emails não foram respondidos.

⁷⁶ Entrevista concedida a essa pesquisa por Soraya Moura em 10/04/2012.

⁷⁷ OLIVEIRA, Fábio Nogueira de, op. cit., p. 98.

⁷⁸ Idem. p. 98-99.

movimento por volta do ano de 1973.⁷⁹ O Movimento Negro começou a ganhar forma - segundo o historiador Edson França - no início do século XX, quando os negros, mesmo enfrentando dificuldades, começaram a fundar seus próprios jornais, que visavam cuidar dos interesses do “homem de cor”, “disseminar conhecimento” e “estimular a instrução”. Dentre esses jornais, destacam-se: *O Alfinete*, de 1918; *O Clarim da Alvorada*, de 1924; e *A Voz da Raça*, de 1932.⁸⁰

A Voz da Raça foi o principal veículo de comunicação da primeira e mais bem sucedida organização negra fundada no início do século XX, que foi a Frente Negra Brasileira (FNB), criada em São Paulo, em 1931, tendo sobrevivido até 1934. Já no Rio de Janeiro, o destaque é O Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado em 1944, e que teve existência longa, só desaparecendo com o golpe militar de 1964. Durante a ditadura, vários movimentos sociais foram sufocados e, apenas em 1978, com a proibição formal de quatro atletas negros de participarem do Clube de Regatas do Tietê, é que movimento negro ganhou forças novamente, com a criação do Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNU).⁸¹

Não foi possível saber as razões que levaram Moura a se filiar ao Movimento Negro. Uma hipótese é que a filiação tenha ocorrido no interior de um movimento mais amplo de resistência à ditadura militar.

Já a década de 1980 marca a carreira de Clóvis Moura de forma muito particular: o intelectual passa a ser reconhecido formalmente pela academia. Segundo Oliveira, foi nesse período que Moura recebeu pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo o título de Doutor Notório Saber⁸², o que permitiu a Moura participar de bancas de mestrado e doutorado em várias universidades, atuando mais sistematicamente na USP e na UNICAMP.⁸³

⁷⁹ Entrevista concedida a essa pesquisa por Soraya Moura em 10/04/2012.

⁸⁰ RUY, José Carlos; FRANÇA, Edson; VIEIRA, Manoel Julião. *Um Olhar Negro Sobre o Brasil: 18 anos de UNEGRO*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2007. p. 19-22.

⁸¹ RUY, José Carlos; FRANÇA, Edson; VIEIRA, Manoel Julião, op. cit., p. 28-39.

⁸² Segundo o professor de Direito da Universidade Federal do Ceará Hugo de Brito Machado, o título de “notório saber” tem sido uma prática muito utilizada pelas universidades do país para qualificar a pessoa que não fez curso de especialização, como doutorado, mas possui conhecimentos “equivalentes”. É, portanto, um título de reconhecimento à pessoa que produziu fora do ensino formal. Cf.: MACHADO, Hugo de Brito. Notório Saber. Disponível na Internet via: http://www.oab.org.br/editora/revista/revista_06/e-books/notorio_saber.pdf. Acesso em: 05/01/2013.

⁸³ OLIVEIRA, Fábio Nogueira de, op. cit., p. 128.

Sobre a formação acadêmica de Clóvis Moura, verificamos que existem algumas controvérsias. Em artigo, Érika Mesquita informa que Clóvis Moura se matriculou no curso de Direito em 1944, mas acabou não o concluindo.⁸⁴ Essa informação pode ter sentido se recuperarmos dois versos do poema “Definição”, do livro “Argila da Memória, de 1962, em que Moura diz: “eu possuía o mistério/(nada de advocacia)”.⁸⁵ No currículo de Moura, cedido por Griselda Steiger a Fábio Oliveira, as informações constantes são as seguintes:

“Graduação pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – Salvador – BA; Pós-Graduação com o Título de Notório Saber, pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – São Paulo – SP; Curso de Parapsicologia – Centro Latino-Americano de Parapsicologia.”⁸⁶

Desse modo, o mistério permanece. O currículo não menciona o curso realizado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, nem mesmo a data de sua formatura. Na entrevista que fizemos com Soraya, filha de Moura, ela afirmou que seu pai nunca frequentou uma universidade. Disse ainda que “Moura se considerava um autodidata e tinha muito orgulho disso”.⁸⁷

I.3- Nas Correspondências: o círculo de amizade e a construção de um projeto.

Em entrevista concedida em *O Jornal* de Alagoas, no ano de 1995, Clóvis Moura afirmou que seu interesse pela cultura negra se devia ao fato de ser descendente de africanos. Isso o teria motivado a pesquisar o tema escravidão: “porque, se eu não me localizo dentro do contexto da sociedade e etnicamente, eu sou aquilo o que Sartre chamava um ser-não situado, uma pessoa que boia dentro de um contexto sem saber onde se ancora.”⁸⁸

Ainda nessa entrevista para *O Jornal*, Moura afirma que sua ascendência europeia – Steiger – não poderia estar em primeiro plano, já que suas características físicas e mentais não tinham qualquer ligação com essa ascendência branca:

⁸⁴ MESQUITA, Érika. Clóvis Moura (1925-2003). In. *Revista Afro-Ásia*, n. 31. Bahia: UFBA, 2004. p. 339-340. Disponível na internet via: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/31_5_clovis.PDF. Acesso em: 15/01/2013.

⁸⁵ MOURA, Clóvis. *Argila da Memória*. 2. ed. Piauí: Editora Corisco, 1982. p. 32-34.

⁸⁶ Apud. OLIVEIRA, Fábio Nogueira de, op.cit., p. 136.

⁸⁷ Entrevista concedida a essa pesquisa por Soraya Moura em 10/04/2012.

⁸⁸ VALENÇA, Silvana. Clóvis Moura – O Preconceito Racial e o Branqueamento Brasileiro. In: *O Jornal*, 18/02/1995. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 42. Pasta: 1. Grupo Produção Intelectual: Série: recortes de jornal. Subsérie: reportagens.

“(…) Na Bahia, como minha família era de classe média, ninguém me situava como negro, e sim como branco (...) Hoje chego à conclusão de que todos nós, que temos ascendência africana, devemos assumir nossa negritude. Seria inviável assumir minha ascendência alemã, todo mundo acharia graça porque eu não tenho absolutamente nada que lembre a terra do meu bisavô. Do ponto de vista da língua, da cor, do comportamento, das estruturas mentais, eu guardo tudo o que os africanos trouxeram. Eu sou um afro-brasileiro.”⁸⁹

Clóvis Moura, portanto, era negro por opção. Ele poderia, sem dúvida, ter assumido a ascendência alemã. Mas a elimina até mesmo de seu nome público. Outro dado que não pode passar despercebido é o modo como define sua origem social: era de classe média. Não temos informações que nos permitam precisar sua origem social. Mas vale lembrar que ele vem de uma família não muito pobre.

Ainda circulando pelo campo da memória, vale destacar que no meio familiar, o interesse de Clóvis Moura pela questão negra costuma ser associado a sua relação com o irmão, Carlitos. Apoiado em entrevista concedida por Soraya Moura, Fábio Oliveira relata a diferença física entre Moura e Carlitos - e daí advém o interesse pela questão negra. Moura, ainda criança, havia percebido a diferença de cor entre eles. Carlitos era “loiro, de olhos azuis, mais próximo dos Steiger”.⁹⁰ O tema retorna na entrevista que Soraya nos concedeu. Ela confirmou, então, que um dos motivos que possivelmente levou seu pai a estudar a cultura negra teria sido em decorrência dessa percepção da cor entre ele e seu irmão. Moura, então, teria buscado conhecer melhor suas raízes. Outro motivo levantado por Soraya era o fato de Moura ter residido alguns anos na Bahia, região que vivenciou intensamente o sistema escravista.⁹¹

Tudo isso, no entanto, não deixa de ser especulação. O fato é que por volta dos vinte e três anos de idade, Clóvis Moura, então jornalista na Bahia, se lançou na tarefa de escrever um livro sobre as rebeliões escravas no Brasil. Esse livro possui uma história, só tendo sido publicado sete anos depois de pronto, em 1959. Nosso interesse aqui, portanto, é explorar o pequeno acervo de correspondências passivas de Clóvis Moura a fim de entender o seu interesse pela questão negra, verificar os primeiros passos na construção do livro “*Rebeliões*

⁸⁹ VALENÇA, Silvana. Clóvis Moura – O Preconceito Racial e o Branqueamento Brasileiro. In: *O Jornal*, 18/02/1995. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 42. Pasta: 1. Grupo Produção Intelectual: Série: recortes de jornal. Subsérie: reportagens.

⁹⁰ OLIVEIRA, Fábio Nogueira de, op. cit., p. 38.

⁹¹ Entrevista concedida a essa pesquisa por Soraya Moura em 10/04/2012.

da *Senzala*” e conhecer parte das relações sociais construídas pelo intelectual logo no início de sua carreira. Como já afirmou Giselle Martins Venâncio:

“A correspondência pessoal de um indivíduo é portanto um espaço defindor e definido pela sua sociabilidade. É através delas que as pessoas, mesmo distantes fisicamente, podem trocar ideias e afetos, construir projetos mútuos ou discutir planos opostos, estabelecer pactos ou polêmicas e organizar ações. Esses documentos permitem, em síntese, esboçar a rede de relações sociais de seus titulares.”⁹²

Ao longo da década de 1940, enquanto escrevia “*Rebeliões na Senzala*”, Moura dialogou com alguns intelectuais. Através de uma incursão feita nas correspondências de Moura, depositadas no CEDEM da UNESP, verificamos que apesar de poucas, pelo menos as que se referem ao livro “*Rebeliões da Senzala*”, seu primeiro livro, elas mostram uma mobilização do jovem em travar contato com intelectuais e professores de prestígio. As cartas encontradas em seu arquivo pessoal são assinadas por nomes como Emílio Willems, Donald Pierson, Arthur Ramos, Ralph Leon Beals, Caio Prado Jr, Darwin Brandão, Edison Carneiro, Nelson Werneck Sodré e Ênio Silveira.

As cartas, portanto, que iremos trabalhar nesta seção são referentes ao período de 1946 até 1969 e, totalizam o número de 16 cartas, que podem ser conferidas no quadro abaixo:

QUADRO I:
CORRESPONDÊNCIA PASSIVA DE MOURA POR ORDEM CRONOLÓGICA

NOME	DATA	NUMERO DE CARTAS
Emílio Willems	26/04/1946	2
	05/12/1946	
Donald Pierson	27/10/1947	2
	19/05/1948	
Arthur Ramos	15/03/1946	1
Ralph L. Beals	04/11/1946	1
Caio Prado Jr.	08/03/1949	1

⁹² VENÂNCIO, Giselle Martins. Presentes de Papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna. In: *Revista Estudos Históricos*. vol. 2, n. 28. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. p. 32. Disponível na internet via: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2146/1285>. Acesso em: 16/02/2013.

Darwin Brandão	08/05/1949	2
	25/08/1949	
Edison Carneiro	17/07/1951	1
Nelson Werneck Sodré	28/08/1963	5
	20/02/1964	
	26/12/1965	
	09/08/1966	
	04/01/1969	
Ênio Silveira	11/07/1967	1

Sobre a análise das cartas, precisamos fazer quatro considerações: a primeira é que nos limitaremos, nesta seção, somente as cartas que se referem a primeira e segunda edição do livro “*Rebeliões da Senzala*”. A segunda é que a maioria dessas cartas é endereçada à Juazeiro (BA), onde Moura residiu entre os anos de 1942 até 1949. A terceira consideração é que algumas dessas cartas não conseguimos localizar no CEDEM, portanto, faremos o uso das mesmas através o trabalho de Oliveira. Por fim, vale destacar que, assim como Oliveira, não conseguimos descobrir como Clóvis Moura chegou aos intelectuais com os quais correspondeu, alguns deles já bastante renomados.⁹³

Para essa última questão, ou seja, para a construção de sua rede de contatos, temos apenas duas hipóteses: a primeira é que, filiado ao Partido Comunista em meados da década 1940, Clóvis Moura conseguiu ter acesso a alguns nomes importantes da intelectualidade da época. É fácil notar que alguns desses nomes já estavam ligados diretamente ao Partido como, por exemplo, Caio Prado Jr, Edison Carneiro e Nelson Werneck Sodré. Outros eram simpatizantes, como Darwin Brandão e Arthur Ramos. Uma outra hipótese que não podemos deixar de descartar é que, trabalhando como jornalista em Juazeiro (BA), Moura pode ter tido o acesso a esses intelectuais facilitado.

Mas, antes de prosseguir, vale tentar mapear quem teriam sido essas pessoas com quem Moura dialogou, e o que elas faziam ou já teriam feito no momento em que se correspondiam com ele. Um fato que se torna evidente através de uma leitura sistematizada das cartas é que os correspondentes respondiam a pedidos de ajuda. De Juazeiro, na Bahia,

⁹³ OLIVEIRA, Fábio Nogueira de, op. cit., p. 45.

Clóvis Moura escrevia para esses homens, solicitando livros, documentos, indicação bibliográfica e, posteriormente, até mesmo ajuda para publicar o livro “*Rebeliões da Senzala*”.

Moura não deixou explicitada essa ajuda na edição de 1959, pois seu formato era pequeno, e a edição não possuía sequer agradecimentos. As pistas que conseguimos recolher estão em algumas cartas como, por exemplo, as de Emílio Willems, Donald Pierson, Caio Prado Jr, Darwin Brandão e Edison Carneiro. Essas cartas já foram utilizadas pelo sociólogo Fábio Oliveira e, algumas delas, conseguimos localizar no CEDEM da UNESP. Com isso, faremos aqui, uma nova incursão sobre esse material para pensar como alguns intelectuais se posicionaram diante das demandas e do interesse de Moura.

A primeira carta que iremos analisar é de Emílio Willems, um sociólogo alemão que chegou a São Paulo na década de 1930 para lecionar na Escola Livre de Sociologia e Política. No início da década de 1940, foi lecionar na Universidade de São Paulo. Willems se destacou também como antropólogo, por conta das inúmeras pesquisas de campo que realizou pelo Brasil. O seu mais famoso livro foi “*Aculturação dos Alemães no Brasil*”, publicado em 1946, ou seja, no mesmo ano que se correspondeu com o jovem Clóvis Moura.⁹⁴

Na carta do dia 30 de julho de 1946, escrita de próprio punho por Emílio Willems, fica explicitado, logo no início, sua vontade em contribuir com as pesquisas de Moura:

“Agradeço-lhe a sua carta de 16 cr. e o ‘desabafo’ que já vai muitas vezes, embora com outras palavras. Compreendo muito bem sua situação e gostaria de contribuir, dentro de minhas modestas possibilidades, para que suas pesquisas continuem com eficiência cada vez maior.”⁹⁵

Vemos que Clóvis Moura, aos vinte e um anos de idade, morando em Juazeiro (BA), buscava o diálogo com um professor da USP. O fato merece destaque: mesmo afastado dos grandes centros, Moura buscava contatos com pessoas influentes para tentar suprir parte de suas dificuldades para escrever um livro como, por exemplo, acesso a bibliotecas e livros recém-lançados. Ainda na mesma carta, é possível acompanhar as sugestões de leitura de Emílio Willems para Moura:

⁹⁴ PEREIRA, João Baptista Borges. Emílio Willems e Egon Schaden na História da Antropologia. In: *Revista Estudos Avançados*, vol. 8, n. 22. São Paulo: USP, 1994. Disponível na internet via: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141994000300029&script=sci_arttext. Acesso em: 13/02/2013.

⁹⁵ Carta de Emílio Willems, 26/04/1946. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).

“Indicar-lhe-ia a obra fundamental de Ralph L. Beals, O Homem (Livraria Martins), mas este livro está esgotado. Já conhece Teoria e Pesquisa em Sociologia, de Donald Pierson? Este volume saiu na Cia. Melhoramentos de São Paulo e se encontra ainda à venda. Suponho que conheça a revista Sociologia. Tomo a liberdade de enviar-lhe o último número acompanhado de uma pequena coleção de separatas minhas.”⁹⁶

Em outra carta, datada de 05 de dezembro do mesmo ano, também escrita de próprio punho por Willems, em papel timbrado da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, aparecem mais uma vez mencionadas as dificuldades de Moura em conseguir material para a sua pesquisa. Além disso, o jovem Moura explicita seu desejo de fazer um intercâmbio com os participantes do Grêmio estudantil da Escola de Sociologia e Política, em São Paulo:

“Conversei com o presidente do grêmio da Escola de Sociologia sobre o desejo de trocar ideias com pessoas interessadas com problemas sociológicos. Ele acha impróprio o momento (fim do ano letivo), mas vai tratar desse assunto no começo do próximo ano letivo.”⁹⁷

Donald Pierson, sociólogo norte-americano, nas cartas que troca com Moura, deixa claro a simpatia e interesse por seu trabalho. Vale ressaltar que, quando Pierson se correspondeu com Moura, já era um intelectual bastante conhecido. Formado pela Universidade de Chicago na década de 1930, Pierson veio para o Brasil lecionar na Escola Livre de Sociologia e Política, onde conheceu Emílio Willems.⁹⁸ Pierson, antes de escrever para Moura, havia publicado um importante livro sobre a questão negra intitulado “Branços e Pretos na Bahia”, de 1945.

Na carta de 27 de outubro de 1947, datilografada e em papel timbrado com o nome da Escola Livre de Sociologia e Política, instituição criada em São Paulo em 1933, onde lecionou às disciplinas de Sociologia e Antropologia, Pierson, assim como ocorreu nas cartas Willems, se mostra solidário com as dificuldades na pesquisa de Moura:

“Simpatizo consigo a respeito da situação de “indiferença, incompreensão e hostilidade” de que o amigo fala, uma vez que essa situação varia apenas de grau de lugar para lugar, tendo eu também sofrido bastante pela mesma

⁹⁶ Carta de Emílio Willems, 26/04/1946. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).

⁹⁷ Carta de Emílio Willems, 05/12/1946. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).

⁹⁸ OLIVEIRA, Fábio Nogueira de, op. cit., p. 51.

razão; e isso numa época em que poderiam ser de utilidade primordial os inquéritos sociais, si fossem de fato compreendidos os seus verdadeiros fins e possibilidades”.⁹⁹

Nesta carta, Pierson ainda afirma, mesmo sem muitos detalhes, seu interesse por Juazeiro (BA), um lugar que considera importante para a “pesquisa social”, e que um dia pretendia conhecer. Pierson tinha curiosidade em saber mais sobre a “comunidade”, a “sociedade” e a “cultura” daquela região.¹⁰⁰

Em outra carta, de 19 de maio de 1948, também datilografada e em papel timbrado, mais uma vez percebemos que Pierson se solidariza com as dificuldades de Moura, principalmente no que diz respeito ao difícil acesso a bibliografia na área das ciências sociais. Para tentar minimizar o problema, o sociólogo norte-americano sugere alguns contatos com pessoas que considera influentes, em sua maioria sociólogos, e que poderiam ajudá-lo:

“Simpatizo também com suas dificuldades em obter leituras nas ciências sociais. Em pacote separado, envio um exemplar de mais um “survey” nosso, publicado esta vez na “Revista do Museu Paulista”. Adicionei o seu nome à lista de destinatários para receberem publicações da “Biblioteca de Ciências Sociais”, que presumivelmente poderei distribuir no Brasil, a bibliotecas públicas e a pessoas especialmente interessadas no assunto (...). Quanto às pessoas com quem poderia se corresponder, sugiro as seguintes: Professor Oracy Nogueira, Dr. Octavio da Costa Eduardo, Fernando Altenfelder Silva, Juarez Lopes, Carlos Borges Teixeira, todos com endereço igual ao meu; Joaquim Costa Pinto, caixa postal 349 Salvador, Bahia; Professor Luis de A. Costa Pinto, Rua Oliveira Lima, 67 – Ap. 101 Grajaú, Rio de Janeiro, DF.”¹⁰¹

Vemos, então, que a partir de Pierson, Moura consegue, com certa facilidade, ter acesso a importantes intelectuais, alguns deles já reconhecidos pela academia, como é o caso do professor Oracy Nogueira. Para além disso, é possível verificar também que a rede de contatos sugerida por Pierson ultrapassava os limites da cidade de São Paulo, chegando à Bahia e ao Rio de Janeiro. Todavia não conseguimos localizar, no período analisado, nem uma carta endereçada a Moura por esses intelectuais sugeridos por Pierson.

Também não conseguimos localizar no CEDEM algumas cartas que foram utilizadas por Oliveira, dentre elas a dos antropólogos Arthur Ramos e Ralph Leon Beals, isso porque o

⁹⁹ Carta de Donald Pierson, 27/10/1947. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ Carta de Donald Pierson, 19/05/1948. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).

arquivo passou por algumas mudanças. Acreditamos que tais cartas foram colocadas em outro lugar ou, quem sabe, receberam uma nova organização, impedindo nosso acesso às mesmas. Portanto, lançaremos mão aqui dos trechos analisados por Oliveira.

Arthur Ramos, além de ser um médico psiquiatra formado, tinha grande interesse sobre a questão negra no Brasil. Tal interesse resultou em vários estudos sobre o tema, tendo publicado, antes de se corresponder com Moura, títulos como: “O Negro Brasileiro: etnografia religiosa e psicanálise”, em 1934, “As Culturas Negras no Novo Mundo”, em 1937, e “O Negro Brasileiro”, em 1940. A interpretação de Ramos é classificada por alguns estudiosos como “culturalista”, pois refletia os quilombos como sendo resultado de uma reação para preservar a cultura africana.¹⁰²

Na carta datada de 15 de março de 1946, Arthur Ramos teria afirmado que a presença negra na região do São Francisco pode ter sido bem maior do que muitos pensam. Além disso, o antropólogo sugere a Moura que estude o tema. A carta parece ter sido única, e não muito extensa, pois como afirmou Oliveira, o contato foi “breve”.¹⁰³

Já o antropólogo norte-americano Ralph Beals, na época em que enviou a carta para Moura, ainda não tinha completado o seu doutorado na Universidade da Califórnia, o que só ocorreu em 1950.

Beals se destacou por estudar assuntos ligados as “culturas latino-americanas”. Na carta endereçada a Juazeiro, em 04 de novembro de 1946, Beals responde a um interesse de Moura em criar um intercâmbio cultural com a Sociedade Inter-Americana de Antropologia e Geografia, informando que a Sociedade não dispunha de recursos para realizar esse intercâmbio.¹⁰⁴

Outro que se correspondeu com Moura foi o paulista Caio Prado Jr, um historiador e intelectual que marcou a historiografia brasileira a partir da década de 1930.¹⁰⁵ Caio Prado Jr, em março de 1949, responde a um dos vários pedidos de ajuda bibliográfica de Clóvis Moura,

¹⁰² GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas...* São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 11.

¹⁰³ OLIVEIRA, Fábio Nogueira de, op. cit., p. 48.

¹⁰⁴ Idem. p. 53.

¹⁰⁵ Caio Prado formou-se em direito e geografia, mas foi como historiador que se destacou. Militante comunista. Caio Prado publicou seu primeiro livro em 1933 com o título de “Evolução Política do Brasil”, depois vieram outros títulos também importantes em sua carreira, tais como, “Formação do Brasil Contemporâneo” de 1942 e “História Econômica do Brasil”, de 1945.¹⁰⁵ Além de já estar consolidado como escritor, no momento em que escreve para Moura, Caio Prado Jr era também editor da *Brasiliense*, uma importante editora de esquerda de São Paulo. Cf. REIS, José Carlos. Anos de 1960: Caio Prado Jr e a “Revolução Brasileira”. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 19, n. 37. São Paulo: USP, 1999. Disponível na internet via: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881999000100012&script=sci_arttext. Acesso em: 20/04/2012. p./ sem numeração.

afirmando que salvo dois livros que poderia enviar – “Quilombo dos Palmares”, de Edison Carneiro, e “História Econômica”, de sua própria autoria - não sabia mais como poderia contribuir. Tratando Moura por “amigo”, incentivava-o em seu desejo de construir uma obra “original” sobre as revoltas escravas, orientando-o a fazer “pesquisas demoradas em arquivos” e visitas a “grandes bibliotecas do país”.¹⁰⁶

Outra pessoa a quem Moura recorreu foi Darwin Brandão, em maio de 1949. Brandão foi um jornalista baiano que, em 1948, havia fundado - junto com outros jornalistas e intelectuais, como Heron de Alencar, Vasconcelos Maia e Cláudio Tavares – a *Revista Cadernos da Bahia*, uma revista comprometida com temas afro-baianos.¹⁰⁷

Na carta, Brandão afirma já ter tomado algumas “providências” em relação ao assunto da pesquisa de Moura, escrevendo uma carta para Edison Carneiro que, segundo Brandão, “é um sujeito muito bom e por certo terá o prazer em trocar opiniões com você”.¹⁰⁸

Pouco a pouco, o rapaz de vinte e quatro anos, construía em torno de si uma rede solidária, se correspondendo com importantes intelectuais da época. Em outra carta, de agosto de 1949, Brandão afirma que em breve enviará algumas “revistas e suplementos” para Moura. Além disso, afirma que enviará também o jornal *Quilombo*, dirigido na época por Abdias do Nascimento, que tratava de assuntos relacionados a negros, e que acredita ser de grande interesse para Moura.¹⁰⁹

Encontramos ainda uma carta do sociólogo Edison Carneiro de 17 de setembro de 1951. Nessa época, Carneiro era formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Bahia, mas desde 1933, já revelava pretensões de liderança, se firmando como escritor e jornalista. Seu interesse maior sempre foram os temas voltados para a cultura afro-brasileira e o folclore nacional.¹¹⁰ Antes de enviar a carta para Moura, já havia publicado alguns títulos importantes em sua carreira como, por exemplo, “Negros Bantos”, em 1937, “O Quilombo dos Palmares”, em 1947, “Antologia do Negro Brasileiro”, em 1950.

¹⁰⁶ Carta de Caio Prado Júnior, 08/03/1949. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).

¹⁰⁷ OLIVEIRA, Fábio Nogueira de, op. cit., p. 39-43.

¹⁰⁸ Carta de Darwin Brandão, 08/05/1949. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 1. Grupo 1: Correspondências. Série 1: família e amigos/Subsérie 2: amigos. Cartas recebidas: 1946-1977 (exceto: 1947, 1951, 1952, 1953, 1954, 1959, 1961, 1967).

¹⁰⁹ Carta de Darwin Brandão, 25/08/1949. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 1. Grupo 1: Correspondências. Série 1: família e amigos/Subsérie 2: amigos. Cartas recebidas: 1946-1977 (exceto: 1947, 1951, 1952, 1953, 1954, 1959, 1961, 1967).

¹¹⁰ ROSSI, Luiz Gustavo Freitas. *O Intelectual “Feiticeiro”: Edison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Campinas – SP: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2011. p. 24 e 142.

Dentre as cartas enviadas a Moura, há uma escrita em papel timbrado, com o logotipo da Confederação Nacional da Indústria, onde Carneiro trabalhou de 1949 a 1955 como funcionário público. Nela, Carneiro considera a pesquisa de Moura “extremamente importante” e lhe faz algumas sugestões de leitura:

“Não sei se você estudará todos os tipos de revolta na Bahia ou somente as insurreições malês. Usou entre outros, o livro *Velho do Tombo*, as *Atas da Câmara da Bahia*, as *Memórias Históricas de Accioly*? As indicações não são muitas, mas ilustram bem o panorama geral.”¹¹¹

Observamos nessas cartas que o interesse de Clóvis Moura era por estudar a questão negra na Bahia, onde morava naquele momento. Embora residindo no interior, sem acesso a arquivos e livros, procura construir um trabalho sério com base em bibliografia de importantes intelectuais da época.

Clóvis Moura, antes mesmo de publicar a primeira edição de “*Rebeliões da Senzala*”, já tinha noção de que a proposta de seu trabalho precisaria de pesquisas em outros arquivos. E, curiosamente, logo após sua publicação, é possível perceber, através de algumas correspondências trocadas com Nelson Werneck Sodré, que Moura já começava a trabalhar na reformulação do texto para uma possível reedição. A reformulação, ainda segundo as correspondências com Werneck Sodré, teria começado por volta do ano de 1963. Ou seja, apenas quatro anos após a publicação do livro.

Neste período, Moura já estava residindo com sua família em São Paulo, inserido no Partido Comunista e trabalhando como jornalista. E, nessa conjuntura, seu contato com Nelson Werneck Sodré, um também militante comunista, parece ter sido intelectualmente muito importante para Moura.

O carioca Nelson Werneck Sodré já era, na época da carta, um militante e intelectual bastante conhecido. Sodré ingressou na carreira militar ainda na década de 1920, no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Foi um dos fundadores do Instituto de Estudos Brasileiros (ISEB), instituição vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, criado em 1955 com o objetivo de estudar e divulgar as ciências sociais.¹¹² Além disso, Sodré era, no momento em que se corresponde com Moura, autor de vários livros, dentre eles: “*História da Literatura Brasileira*”

¹¹¹ Carta de Edison Carneiro, 17/07/1951. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).

¹¹² Sobre o Instituto de Estudos Brasileiros (ISEB): Cf. Disponível na internet via: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>. Acesso em; 20/04/2012.

(1938), “O Panorama do Segundo Império”, (1939) e “O Que se Deve Ler para Conhecer o Brasil” (1945).

Em agosto de 1963, em uma de suas cartas, Sodré anima Clóvis Moura a reeditar o livro. Para ele, somente seria preciso fazer uma revisão no texto original, sem se preocupar com a perfeição. O tema, por si só, segundo Sodré, ainda estava “virgem”, portanto, ainda novo:

“Quanto ao 'Rebeliões da Senzala', que você está refundindo – e faz bem – sou de opinião de que o sucesso da reedição é certo. Se a sua responsabilidade exige que refunda o texto antigo, não deve, entretanto, extremar-se a ponto de ficar à espera da perfeição absoluta – a que jamais alguém atinge – para voltar aos leitores. O tema das rebeliões - das lutas de classes, em suma – está virgem, praticamente, entre nós.”¹¹³

Em fevereiro de 1964, Sodré envia uma nova carta para Clóvis Moura, dizendo estar aguardando o novo texto do livro “*Rebeliões da Senzala*”, e que não seria difícil à reedição. Nesta carta, aparece o nome de Ênio Silveira, editor da Civilização Brasileira, assim como também é explicitado por Sodré o crescimento da editora:

“Estou esperando que você complete o novo texto do “Rebeliões”. Logo que o tenha acabado, avise-me: não haverá dificuldade para editar o livro (...). O Ênio afastou-se do Rio e, quando eu me afastei, ele não havia ainda regressado. E só ele decide e informa com segurança, na Civilização, que está crescendo muito, mas com uma estrutura em disparidade com esse crescimento...”¹¹⁴

Em dezembro de 1965, uma nova carta de Sodré anima novamente o amigo Clóvis Moura a terminar o novo texto do livro “*Rebeliões da Senzala*”, afirmando mais uma vez que a publicação não seria difícil.¹¹⁵ Em agosto de 1966, mais uma carta vem reforçar a esperança da reedição, visto que, nesse momento, Sodré estava dirigindo uma coleção na Civilização Brasileira e queria ver Moura fazendo parte dela:

¹¹³ Carta de Nelson Werneck Sodré, 28/08/1963. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).

¹¹⁴ Carta de Nelson Werneck Sodré, 20/02/1964. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).

¹¹⁵ Carta de Nelson Werneck Sodré, 26/12/1965. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).

“Estou aguardando com natural interesse o novo texto do “Rebeliões da Senzala” – peço que não se comprometa com nenhum editor, até que saiba. Explico: estou dirigindo uma coleção da editora Civilização Brasileira, composta de livros sobre o Brasil, considero que o seu, obrigatoriamente, deve pertencer a essa coleção. Penso que posso afirmar a você que a reedição do seu livro é assunto garantido na Civilização Brasileira, hoje, a editora de maior distribuição em todo o país.”¹¹⁶

O contexto do golpe militar de 1964 certamente devia fundamentar a avaliação de Sodré sobre o futuro sucesso da nova edição do livro. Segundo o historiador João José Reis, tal contexto político contribuiu para levar muitos estudiosos de esquerda a pensar com mais cuidado a questão da rebelião na história do Brasil, tanto para refletir sobre “a vitória da reação”, quanto para “aprender com a História”.¹¹⁷

Em 1967, Moura entregou finalmente a nova versão do texto de “*Rebeliões da Senzala*”. Só que, em resposta, através de uma carta timbrada com a marca da Editora Civilização Brasileira, o editor Ênio Silveira acabou com as esperanças de reedição do livro. Apesar de militante de esquerda, tendo iniciado sua formação na Escola Livre de Sociologia e Política na década de 1940, curso que acabou não concluindo, o editor paulista desiste de publicar o livro.¹¹⁸

Em carta datada de janeiro de 1967, Ênio afirma:

“(…) lastimo ter que dar resposta negativa à sua consulta. Nosso programa editorial está completamente delineado até agosto de 1968, e não será possível introduzir-lhe modificações ou acréscimos, a não ser quando se trate de um título de sensacional interesse a grande público certo, como seriam – as memórias de Juscelino Kubitschek.”¹¹⁹

O fato é que Clóvis Moura parece ter ficado bastante decepcionado com o amigo Nelson Werneck Sodré. Depois da recusa de Ênio Silveira, em outra carta, Sodré responde a uma carta enviada por Clóvis Moura em 25 de outubro de 1968. Logo no início, Nelson

¹¹⁶ Carta de Nelson Werneck Sodré, 09/08/1966. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).

¹¹⁷ REIS, João José. Um Balanço dos Estudos Sobre as Revoltas Escravas da Bahia. In: REIS, João José (org.). *Escravidão e Invenção da Liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. p. 116.

¹¹⁸ VIEIRA, Luiz Renato. Ênio Silveira e a Civilização Brasileira: notas para uma sociologia do mercado editorial no Brasil. In: *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, vol. 20, n. 2. Brasília: UNB, 1996. Disponível na internet via: http://www.brapci.ufpr.br/journal_edicao_artigos.php?dd0=8&dd1=1996&dd2=jul./dez.%201996&dd3=v.%2020&dd4=n.%202. Acesso em: 15/02/2013.

¹¹⁹ Carta de Ênio Silveira, 11/07/1967. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).

Werneck se desculpa pela demora da resposta, mas disse não ter recebido uma carta anterior a essa, que se refere à publicação do livro:

“Estive fora do Rio entre 20/10 e 12/12/68; ao regressar, encontrei sua carta de 25/10/68; só hoje, posso respondê-la por motivos óbvios. Não recebi a carta a que você se refere, e que trataria da publicação do “Rebeliões” pela Civilização. Jamais deixo carta sem resposta, embora, às vezes, e sempre por motivos de força maior, atrase a resposta. Você sabe que considero o seu livro excelente; já proclamei isso de público; não deixaria de me interessar pela reedição.”¹²⁰

Esses motivos “óbvios” e de “força maior” da demora da resposta da carta possivelmente estão relacionados com o contexto político vivido no Brasil: de endurecimento do regime instituído em março de 1964. Numa carta enviada para Moura, em agosto de 1966, Sodré já afirmava que o atraso em responder as cartas devia-se às censuras que suas correspondências vinham sofrendo.¹²¹ Vale ressaltar que o tipo de censura não foi mencionado por Sodré na carta. Mas podemos perceber que o período que Clóvis Moura dialoga com Nelson Werneck Sodré é um momento muito delicado na política brasileira. Vale destacar que Sodré, logo após o golpe de 1964, chegou a ser preso por alguns dias. Mas isso não o impediu de continuar com sua atuação política e intelectual. Mesmo depois do Ato Institucional nº 5, de dezembro de 1968, Sodré continuou escrevendo livros e artigos, embora sob pseudônimo. Nesses textos, procurava sempre temas ligados à luta pela democracia e à luta contra a ditadura militar.¹²²

Maria Hermínia Tavares de Almeida, doutora em Ciência Política pela USP, e Luiz Weis cientista social também pela USP, discutem que a força militar não distinguia o público do privado, ou seja, o autoritarismo se fazia valer também em instituições privadas, onde havia importantes focos de resistência ao novo regime. Podemos, então, a partir dessa afirmação, pensar as editoras de esquerda.¹²³

Ainda na carta de janeiro de 1969, Sodré responde se justificando:

¹²⁰ Carta de Nelson Werneck Sodré, 04/01/1969. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).

¹²¹ Carta de Nelson Werneck Sodré, 09/08/1966. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).

¹²² CUNHA, Paulo Ribeiro da. Ortodoxia e Coerência de um General (Bom) de Briga (da). In: *Revista TOPOI*, v. 11, n. 20. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. p. 154. Disponível na internet via: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi20.htm. Acesso em: 08/05/2012.

¹²³ ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-Zero e Pau-de-Arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 327.

“(…) Mas o fato é que tendo, em período muito curto dirigido uma coleção para a editora Civilização, dela me afastei logo, supõe-se que tinha eu influência na Civilização; é falso: minha influência ali é nula, embora seja editado da casa e mantenha com Ênio relações cordiais. A verdade é que não influo nada nem na editora nem em sua revista.”¹²⁴

Acreditamos que com o endurecimento do regime, Nelson Werneck Sodré foi afastado da editora, e que a recusa de Ênio Silveira a publicação do livro de Moura tenha sido uma questão mais de caráter político do que comercial. Ênio, certamente, era também uma vítima do sistema de repressão. Como afirmou a historiadora Andréa Galucio, a editora Civilização Brasileira e seu editor Ênio Silveira, tinham grande interesse por autores de esquerda, mas neste momento específico, sofriam com constantes perseguições da polícia política, sendo uma das editoras mais “visadas” devido às publicações de oposição ao regime militar.¹²⁵

O fato é que Clóvis Moura ficou por mais alguns anos aguardando a reedição do livro. Somente em 1972 é que o livro “*Rebeliões da Senzala*” ganhou uma nova edição, agora, pela Editora Conquista, do Rio de Janeiro.

¹²⁴ Carta de Nelson Werneck Sodré, 04/01/1969. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).

¹²⁵ GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. *Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias intelectuais, empresários e militância política*. Tese de doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense – UFF, 2009, p. 132-147.

II- PRODUÇÃO INTELECTUAL E EDITORAS BRASILEIRAS: DÉCADAS DE 1930 e 1960.

“Instrumento herético, o livro foi, no Brasil, visto sempre com extrema desconfiança, só natural nas mãos dos religiosos e até aceito apenas como peculiar ao seu ofício, e a nenhum outro. As bibliotecas existiam nos mosteiros e colégios, não nas casas de particulares.”
Nelson Werneck Sodré¹²⁶

A década de 1930 foi um período marcante na história do Brasil. Para explicar a particularidade da década, a historiografia volta à década de 1920, quando alguns movimentos de caráter cultural, político e econômico, ocorridos simultaneamente, influenciaram a forma de pensar e agir da sociedade brasileira.

Em texto mais recente, as historiadoras Marieta de Moraes Ferreira e Surama Conde Sá Pinto destacaram alguns desses movimentos. Segundo elas, o ano de 1922, por exemplo, é chave para compreender os eventos de então: a “Semana de Arte Moderna”, a fundação do “Partido Comunista Brasileiro”, o “movimento tenentista”, a “comemoração do centenário da independência” do Brasil, foram apenas alguns desses “indicadores” que movimentaram de forma significativa a vida cultural e política da Primeira República.¹²⁷ Já no que diz respeito à economia, as historiadoras chamaram atenção para a oscilação dos preços. Num primeiro momento, a baixa do café, devido à crise internacional e à alta da inflação. Já num segundo

¹²⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977. p. 14.

¹²⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes; Pinto, Surama Conde Sá. A Crise dos Anos de 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano; o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008. p. 389.

momento, que se estende até pelo menos o ano de 1929, os resultados são mais positivos, advindos da diversificação da agricultura e do desenvolvimento da indústria.¹²⁸

Mas foi no ano de 1929 que ocorreram dois movimentos importantes, um nacional e o outro internacional, que marcaram a década seguinte: a sucessão para a presidência do Brasil e a quebra da bolsa de valores de Nova York.

O então presidente, Washington Luís, rompeu com o pacto de sucessão que existia entre São Paulo e Minas Gerais, indicando Júlio Prestes, candidato também paulista, para sucedê-lo. Do outro lado, os mineiros e os gaúchos apoiavam a candidatura de Getúlio Vargas.¹²⁹ A disputa para a presidência ocorreu em um período muito tenso. Com a quebra da bolsa de valores de Nova York, no mesmo ano, a economia do Brasil foi atingida drasticamente com a queda dos preços, principalmente do café, e a falência de fábricas no Rio de Janeiro.¹³⁰

A vitória de Júlio Prestes não agradou a Aliança Liberal, que apoiava Getúlio Vargas. Com a morte - por “razões passionais” - do candidato à vice de Vargas, João Pessoa, o movimento contra Washington Luís e Júlio Prestes ganhou ainda mais força. Jovens de lideranças gaúchas e mineiras, conhecidos como “geração de 1907” – referência que, segundo as historiadoras, estava relacionada ao “término de sua formação universitária” - se organizaram para participar da “luta armada”, que estourou em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, espalhando-se rapidamente para as outras regiões do país. Washington Luís foi afastado da presidência pelos generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e Leite de Castro, e também pelo almirante Isaías Noronha. Criou-se um governo provisório, que não conseguiu manter-se por muito tempo, pois as forças revolucionárias e populares defendiam o poder a Getúlio Vargas. Então, em 1930, a oposição conseguiu retirar de vez Washington Luís, entregando a presidência a Getúlio Vargas, “dando início a uma nova fase da história brasileira”.¹³¹

João Marcelo Ramos Pires, cientista político, tem uma proposta interpretativa para o período muito parecida com a de Marieta Ferreira e Surama Conde. Segundo ele, as décadas de 1920 e 1930 foram marcadas por três grandes acontecimentos: o primeiro foi a crise do liberalismo após o término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918); o segundo foi a crise da

¹²⁸ FERREIRA, Marieta de Moraes; Pinto, Surama Conde Sá, op. cit., p. 389.

¹²⁹ Idem. p. 404.

¹³⁰ Idem. Ibidem.

¹³¹ Idem. p. 406-407.

bolsa de valores de Nova York, em 1929; e o terceiro, o fim do pacto oligárquico durante a Primeira República (1889-1930). A diferença é que ele está mais interessado nos impactos dessas mudanças na história intelectual. Para João Pires, esses acontecimentos foram significativos porque, segundo ele, permitiram criar um “chão histórico e social” propício para a construção de ensaios de interpretação sobre o Brasil.

De acordo com o autor, foi neste contexto, que foram elaborados “alguns dos mais influentes ensaios”: “Casa Grande & Senzala” (1933), de Gilberto Freyre; “Evolução Política do Brasil” (1933) e “Formação do Brasil Contemporâneo” (1942), de Caio Prado Júnior; e “Raízes do Brasil” (1936), de Sérgio Buarque de Holanda.¹³²

Nosso objetivo neste capítulo é, seguindo essa orientação, mapear alguns dos principais intelectuais que produziram entre as décadas de 1930 e 1960. O intuito não é fazer uma análise detalhada sobre cada intelectual que marcou o período, mas verificar quais foram e a que tema se dedicaram. A historiografia aponta o livro "*Rebeliões da Senzala*" como um livro inovador, que renova as abordagens das rebeliões escravas, trazendo um novo olhar sobre o tema. Como vimos no capítulo I, Clóvis Moura começou a escrever o livro "*Rebeliões da Senzala*" no final dos anos 1940. Portanto, a produção intelectual de 1930 e 1940 certamente influenciou sua escrita. Já as décadas de 1950 e 1960 se fazem importantes porque - como também já destacamos - foi no final do ano de 1959 que o livro "*Rebeliões da Senzala*" ganhou seu primeiro formato editorial. Dessa forma, entender o contexto intelectual da época nos ajudará a compreender o que difere o livro de Moura dos outros trabalhos sobre o tema, contemporâneos ou anteriores a "*Rebeliões da Senzala*".

Ainda neste primeiro momento do capítulo, nos dedicaremos a outro evento que particulariza essa época: a criação de um centro acadêmico e de duas universidades. Essas instituições foram criadas na década de 1930, tornando-se importantes centros de produção intelectual. Portanto, parte das obras que pretendemos mapear neste capítulo foi produzida dentro desses centros universitários.

Num segundo momento do capítulo, verificaremos o desenvolvimento do mercado editorial, no mesmo período. A proposta é mapear um outro fenômeno da época: o florescimento das editoras no Brasil. Tentaremos acompanhar como e quando as editoras se estabeleceram no país, destacando seu perfil de publicação. Esse nosso interesse pelo perfil do

¹³² PIRES, João Marcelo Ramos. *Entre a Província e a Nação: centralização, descentralização e a obra de Sérgio Buarque de Holanda na década de 1930*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Rio de Janeiro – RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2005. p. 02.

mercado editorial da época é parte de um esforço que busca compreender o campo de possibilidades de Clóvis Moura ao se empenhar, ainda bem jovem, na publicação de seu primeiro livro. Além disso, é também nossa intenção localizar, nesse mesmo campo, as Edições Zumbi, uma pequena editora paulista de esquerda, ainda não estudada pela historiografia e que foi a primeira a publicar o livro “*Rebeliões da Senzala*”, em 1959.

II.1- A “Geração de 1930”.

Para entendermos o contexto intelectual no Brasil a partir da década de 1930, nos apropriaremos da interpretação do historiador Fernando Novais, no livro “*Aproximações – estudos de história e historiografia*”.¹³³ Segundo Novais, a historiografia brasileira foi marcada por três grandes momentos. O primeiro deles foi constituído a partir de 1838, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). O segundo se situaria nos anos de 1930, com a expressiva produção da “geração de 30”, que teve, entre seus maiores representantes, Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda. Por fim, Novais destaca a historiografia universitária, que começou a ser constituída a partir dos meados da década de 1930, com a criação das universidades brasileiras.¹³⁴ Como nosso enfoque aqui são essas duas últimas fases, não entraremos na discussão sobre a historiografia do IHGB.

A “geração de 30”, como ficaram conhecidos os intelectuais do período que nos interessa, esteve bastante preocupada em elaborar trabalhos que explorassem a realidade brasileira. Na visão de Antonio Candido, os três autores que se destacaram nesse período trouxeram a “denúncia do preconceito de raça, a valorização do elemento de cor, a crítica dos fundamentos ‘patriarcais’ e agrários, o discernimento das condições econômicas, a desmistificação da retórica liberal”.¹³⁵

Para Fernando Novais, apesar de serem identificados como uma geração, cada um desses intérpretes buscou um caminho próprio de abordagem, produzindo análises muito distintas sobre o Brasil. Enquanto Gilberto Freyre buscou um campo específico para

¹³³ NOVAIS, Fernando Antônio. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2005.

¹³⁴ Idem. p. 316.

¹³⁵ Prefácio de Antonio Candido. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995. p. 11.

desenvolver seu trabalho - a sociologia -, Caio Prado Júnior sempre manteve a História como referência para seus estudos. Já Sérgio Buarque de Holanda, aproximou-se da “crítica literária e cultural”, para chegar a um mesmo campo, o da História.¹³⁶

Resumindo o objetivo de sua própria obra, Gilberto Freyre afirmou que fez um “ensaio de sociologia genética e de história social, pretendendo fixar e às vezes interpretar alguns aspectos mais significativos da formação da família brasileira”. Freyre afirmou ainda que sua maior influência foi o antropólogo Franz Boas, que o “revelou o negro e o mulato no seu justo valor”. Segundo Freyre, foi Boas que o ensinou a diferenciar raça e cultura, conceitos que nortearam sua interpretação.¹³⁷

Publicado em 1933, *Casa Grande & Senzala* marcou época. Para Manoel Correia de Andrade, que foi professor de geografia econômica da UFPE e um dos colaboradores do livro em homenagem a Clóvis Moura, “*Casa Grande & Senzala*” “provocou um verdadeiro impacto nos meios culturais do país”. Isso porque Freyre destacou as contribuições negra e indígena na formação da sociedade brasileira, colocando-as no “mesmo nível” da contribuição branca.¹³⁸

Segundo o sociólogo João Francisco de Oliveira Simões, embora Gilberto Freyre não tenha utilizado o termo, “inaugura o paradigma da democracia racial no Brasil”. Isso significa que a sociedade, de acordo com Freyre, foi liderada nos setores político e econômico pelos senhores de engenho, ou seja, pela “família patriarcal”. A relação entre a “família patriarcal” e os outros grupos sociais, dentre eles o dos escravos, teria sido harmônica. Daí a ideia de uma “democracia racial”.¹³⁹

Até mesmo Jacob Gorender, um importante crítico da “democracia racial”, reconhece a importância de Freyre no contexto intelectual da década de 1920, que teve Oliveira Vianna como seu maior representante:

“Coube ao sociólogo pernambucano a realização de uma reversão ideológica diante da questão negra no Brasil. Ainda nas décadas de 20 e 30, Oliveira Vianna fazia prevalecer antiga linha de admissão explícita e pseudocientífica

¹³⁶ NOVAIS, Fernando Antônio, op. cit., p. 293.

¹³⁷ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da família patriarcal*. 51ª ed. São Paulo: Editora Global, 2006. p. 32 e 50.

¹³⁸ ANDRADE, Manoel Correia. Gilberto Freyre e o Impacto dos Anos 30. In: *Revista da USP*, n. 38. São Paulo: USP, 1998. p. 42. Disponível na internet via: <http://www.usp.br/revistausp/38/SUMARIO-38.htm>. Acesso em 24/07/2013.

¹³⁹ SIMÕES, João Francisco de Oliveira. *Casa Grande & Senzala e Radiografia de la Pampa: ensaios de interpretação nacional na América Latina*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2007. p. 121-122.

da inferioridade da raça negra e da solução deste “problema” nacional por via do progressivo *branqueamento* geral da população”.¹⁴⁰

Tal comparação feita entre Vianna e Freyre nos mostra a originalidade da obra “Casa Grande & Senzala” na década de 1930. Ainda destacando a contribuição de Freyre, Gorender acrescentou que:

“Gilberto Freyre argumentou contra a teoria racista e fez notáveis descobertas sobre as raízes africanas da cultura brasileira, mérito a respeito do qual a crítica de esquerda tem sido omissa. Mas isto veio conjugado a duas teses fundamentais: a do caráter *patriarcal* excepcionalmente benigno da escravidão luso-brasileira e a tese da vigência da *democracia racial* em nossa sociedade”.¹⁴¹

O que Gorender nos mostra é que “Casa Grande & Senzala” rompe com antigas interpretações ao valorizar em sua abordagem as “raízes africanas” na “cultura brasileira”, tema que não era abordado na década de 1920. Todavia, Gorender faz uma ressalva. Embora tenha sido um livro importante e inovador para a década de 1930, ele não agradou a todos, principalmente à “crítica de esquerda”. Isso se deve, segundo Gorender, as duas teses defendidas por Freyre: o “*caráter patriarcal*” e a “*democracia racial*”. Em outro trecho, Gorender justifica sua afirmação: “as duas teses foram incorporadas à ideologia da classe dominante, tanto mais porque, após a derrocada do nazismo, se tornava constrangedor ostentar o racismo de Oliveira Vianna e de seus predecessores”.¹⁴²

O fato é que, mesmo não tendo sido aceito por todos, o livro “Casa Grande & Senzala” se tornou uma referência. Freyre se tornou um autor conhecido tanto no Brasil quanto no exterior, já que o livro “Casa Grande & Senzala” ganhou o mundo, sendo traduzido para diversas línguas.¹⁴³

Outro autor que marcou a década de 1930 foi Caio Prado Jr. Seu livro de estreia foi “Evolução Política do Brasil”, de 1933. Neste livro, Caio Prado deixou claro, logo no prefácio, que seu objetivo era fazer somente uma “síntese da evolução política do Brasil, e não traçar sua história completa”. Justificando sua opção, o autor afirmou que por fazer uma síntese, alguns “defeitos” poderiam ser percebidos pelos leitores. Isso porque, como o próprio

¹⁴⁰ GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo: Editora Ática/Secretaria Estadual de Cultura, 1990. p. 13.

¹⁴¹ Idem. *Ibidem*.

¹⁴² Idem. *Ibidem*.

¹⁴³ Idem. *Ibidem*.

autor reconhece, ele quis “apenas dar a resultante média dos inúmeros fatos que compõem a nossa história”, obrigando-o, desta forma, a excluir “tudo quanto não fosse absolutamente necessário para a compreensão geral do assunto”.¹⁴⁴ Além disso, o autor afirmou ainda que dois motivos o impediram de fazer uma história completa do Brasil: a falta de um “material que está em grande parte ainda por constituir-se” e a limitação de sua obra, pelo grande número de páginas, a um número muito restrito leitores. Sobre o primeiro motivo, Caio Prado colocou a responsabilidade nos “historiadores”. Segundo ele, a preocupação dos “historiadores” esteve sempre voltada “unicamente com a superfície dos acontecimentos”. Portanto, era preciso esperar “um tempo considerável” para que esses mesmos historiadores mudassem o foco, valorizando mais o “íntimo” de nossa história. Só assim se poderia chegar a uma “história completa” do Brasil. O segundo motivo se deve ao fato de que, “uma história completa”, além de extensa, só iria “interessar um reduzido número de leitores”. Para Caio Prado, somente aqueles interessados em história teriam alguma curiosidade por sua obra.¹⁴⁵

Resumindo seu objetivo central em “Evolução Política do Brasil”, Caio Prado afirmou:

“Quis mostrar, num livro ao alcance de todo mundo, que também na nossa história os heróis e os grandes feitos não são heróis e grandes senão na medida em que acordam com os interesses das classes dirigentes, em cujo benefício se faz a história oficial...”¹⁴⁶

Caio Prado está claramente propondo uma reflexão de desconstrução interpretativa, ou seja, rompendo com um tipo de visão da história do Brasil assentada nos grandes “heróis” e nos “grandes feitos”. Para desenvolver sua proposta, o autor dividiu o livro em três blocos: “A Colônia”, “A Revolução” e “O Império”. No primeiro bloco, o autor desenvolveu temas como a economia, a sociedade e a política da colônia. No segundo bloco, o contexto do período imperial ganhou destaque. O autor o inicia com a chegada de D. João VI ao Brasil, desdobrando-se em temas como a organização do Estado Nacional, a Constituinte de 1823, o Primeiro Reinado, a Menoridade, o Período Regencial, e as revoltas ocorridas ao longo desses anos como, por exemplo, a Cabanagem e a Balaiada. Já no terceiro e último bloco, Caio Prado concentrou-se na análise do segundo reinado e no fim do período imperial no Brasil.

¹⁴⁴ PRADO JR, Caio. *Evolução Política do Brasil: colônia e império*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007. p. 07.

¹⁴⁵ Idem. p. 07-08.

¹⁴⁶ Idem. p. 08.

Já na década de 1940, mais precisamente no ano de 1942, foi publicado outro livro de grande sucesso do autor: “Formação do Brasil Contemporâneo”. Logo na introdução do livro, Caio Prado afirmou que fez:

“em primeiro lugar um balanço geral da colônia em princípios do século passado, ou antes, naquele período que cavalga os dois séculos que precedem imediatamente o atual; teremos então uma síntese do Brasil que saía, já formado e constituído, dos três séculos de evolução colonial; e tal será o objeto deste primeiro volume. As transformações e vicissitudes seguintes, que nos trouxeram até o estado atual, virão depois. Se esta primeira parte, que ora enceto, parecer muito longa para uma simples introdução, isto será porque a outra depende dela, e encontrará aí seus principais elementos de interpretação.”¹⁴⁷

Para dar conta deste recorte, aparentemente extenso, Caio Prado dividiu o livro em três grandes blocos: “povoamento”; “vida material”; e “vida social”. No primeiro bloco, o autor destacou o povoamento do interior do Brasil no período colonial. Já no segundo bloco, o destaque maior foi para o setor econômico. Nesse sentido, Caio Prado desenvolveu temas como agricultura de subsistência, mineração, pecuária, produtos extrativistas, comércio e transporte. E, no terceiro e último bloco, o destaque foi para a organização, administração social, assim como, para a vida política.

Analisando essa estrutura do livro “Formação do Brasil Contemporâneo”, o cientista político Bernardo Ricupero afirmou que o “retrato” fornecido pelo autor sobre a colônia “não é um amontoado de eventos e características combinadas aleatoriamente, mas de uma certa sociedade que, mesmo problemáticamente, começa a se formar”.¹⁴⁸

Fazendo um balanço dos livros “Evolução Política do Brasil” e “Formação do Brasil Contemporâneo”, Fernando Novais considerou-os de “índole inteiramente diversa, mas ambos de grande penetração”. Enquanto o primeiro foi um “ensaio de interpretação geral da história do Brasil”, o segundo foi “uma pesquisa em profundidade, um corte num “momento significativo” de nossa história, o fim do século XVIII e início do século XIX”.¹⁴⁹

No ano de 1936, a produção intelectual brasileira foi brindada com o clássico “Raízes do Brasil”, de Sérgio Buarque de Holanda. Livro que, segundo Maria Odila Dias,

¹⁴⁷ PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007. p. 13.

¹⁴⁸ RICUPERO, Bernardo. *Sete Lições Sobre as Interpretações do Brasil*. São Paulo: Editora Alameda, 2007. p. 147.

¹⁴⁹ NOVAIS, Fernando Antônio, op. cit., p. 284.

procurou através de uma “atitude historicista” entender e “confrontar o conceito de uma identidade nacional”.¹⁵⁰ Em outras palavras, Maria Odila Dias afirmou que:

“Através de um estilo que disciplinava negações, desfilava o historiador os obstáculos que se opunham à consolidação de uma identidade nacional entre nós. De um lado, a hipertrofia do Estado e do poder das elites dirigentes, divorciados da realidade brasileira, a ela avessos, envergonhados ou indiferentes. Do outro, uma sociedade dividida em pluralismos raciais e sociais, que não chegavam a viver plenamente a expressão ou as tensões de suas contradições. Eram sintomas da existência de um profundo abismo entre sociedade e Estado, fenômeno a seu ver bem característico da sociedade brasileira.”¹⁵¹

O que a historiadora quis dizer foi que o autor de “Raízes do Brasil” acabou inaugurando um “estilo ensaístico de expressão literária” na interpretação do “processo de nossas formações sociais”. Ou seja, com um novo estilo interpretativo, o autor “renegou” alguns “determinismos” tradicionais, apostando que “o clima tropical, as diferentes raças, a paisagem tropical, a mestiçagem teriam sido fatores coadjuvantes”. Para Sérgio Buarque de Holanda, o elemento decisivo na formação da sociedade brasileira foi a influência da “cultura portuguesa”.¹⁵²

Antonio Candido considerou um livro “curto”, “discreto”, e com “poucas citações”. Mas, ao mesmo tempo, um livro de qualidade, um “clássico de nascença”. Ainda destacando a originalidade, Candido afirmou que Sérgio Buarque de Holanda trouxe para o primeiro plano “os informantes coloniais de mentalidade econômica mais sólida e prática”.¹⁵³ Antonio Candido ainda finaliza acrescentado que Sérgio Buarque de Holanda:

“(…) analisa os fundamentos do nosso destino histórico, as “raízes”, aludidas pela metáfora do título, mostrando a sua manifestação nos aspectos mais diversos, a que somos levados pela maneira ambulante da composição, que não recusa as deixas para uma digressão ou um parêntese, apesar de a concatenação geral ser tão rigorosa. Trabalho e aventura; método e capricho; rural e urbano; burocracia e caudilhismo; norma impessoal e impulso afetivo – são pares que o autor destaca no modo de ser ou na estrutura social e política, para analisar e compreender o Brasil e os brasileiros”.¹⁵⁴

¹⁵⁰ Texto introdutório de Maria Odila Leite da Silva Dias. In: SANTIAGO, Silvano (org.). *Intérpretes do Brasil*, vol. III. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar. 2002. p. 905 e 907.

¹⁵¹ Idem. p. 906.

¹⁵² Idem. p. 905 e 907.

¹⁵³ CANDIDO, Antonio. O Significado de Raízes do Brasil. In: Holanda, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995. p. 10-11.

¹⁵⁴ Idem. p. 13.

Tais pares de palavras, destacados por Antonio Candido, estão presentes ao longo dos sete capítulos que compõem “Raízes do Brasil”: “Fronteiras da Europa”; “Trabalho & Aventura”; “Herança Rural”; “O Semeador e o Ladrilhador”; “O Homem Cordial”; “Novos Tempos”; “Nossa Revolução”. Neles o autor desenvolveu temas como a colonização portuguesa, a “vida rural na formação da sociedade brasileira”, os impactos nos “velhos padrões” com a vinda da família real; a “dissolução da sociedade agrária” e a “emergência das camadas oprimidas da população”.¹⁵⁵

Abordagens tão diferentes, nos permitiria pensar o que os une sob o termo "geração", geração de 30. Mas, como destacou João Marcelo Ramos, embora com métodos e recortes diferentes, todos três se preocuparam em analisar a formação da sociedade brasileira, buscando refletir sobre a “identidade nacional”. Trouxeram para primeiro plano questões relacionadas à nação.¹⁵⁶ Para os sociólogos André Botelho e Milton Lahuerta, essa geração pode ainda ser considerada a percussora no processo de formação das ciências sociais no Brasil.¹⁵⁷ Este é tema sobre o qual nos debruçaremos no próximo ponto.

II.2- A Criação da ELSP, USP e UDF: a produção universitária.

Quando o livro “*Rebeliões da Senzala*” foi escrito, no final da década de 1940, além do contexto marcado pela “geração de 30”, começava a desdobrar-se a produção universitária. A Universidade de São Paulo, por exemplo, constituiu-se, principalmente na década de 1950, em um importante centro de produção intelectual com os estudos elaborados pela conhecida “escola paulista de sociologia”, liderada por Florestan Fernandes. De acordo com os historiadores João José Reis e Flávio Gomes, tais estudos tinham o objetivo de combater a ideia defendida na década de 1930 por Gilberto Freyre, a de que no Brasil as “relações escravistas” eram “harmoniosas”.¹⁵⁸

¹⁵⁵ CANDIDO, Antonio. O Significado de Raízes do Brasil..., op. cit., p. 13-19.

¹⁵⁶ PIRES, João Marcelo Ramos, op. cit., p. 18.

¹⁵⁷ BOTELHO, André; LAHUERTA, Milton. Interpretações do Brasil, Pensamento Social e Cultura Política: tópicos de uma necessária agenda de investigação. In: *Perspectivas Revista de Ciências Sociais*, vol. 28. São Paulo: UNESP, 2005. p. 07. Disponível na internet via: <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/29/20>. Acesso em: 15/08/2013.

¹⁵⁸ REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. Uma História da Liberdade. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade Por Um Fio*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1996. p. 13.

Mas, para entendermos como surgiu essa escola de pensamento e como seus representantes abordavam a temática da escravidão, precisamos retornar mais uma vez para ao início dos anos de 1930, quando os cursos de ciências sociais começaram a ser formalizados em espaços acadêmicos.

A grande referência, nesse caso, é o ano de 1933, quando é inaugurada a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP). A Escola foi fundada em São Paulo por um grupo de intelectuais, dentre eles, Roberto Simonsen, Mário de Andrade, Raul Briquet e Antonio de Almeida Prado, que tinham o objetivo de formar um centro de produção intelectual no Brasil. A meta principal era transformar a Escola em referência nos estudos sociológicos e, para tanto, convidaram professores norte-americanos para compor o quadro docente. Dentre estes, Horace Davis e Samuel H. Lowrie.¹⁵⁹

A Escola não possuía um prédio próprio, funcionando somente durante o turno da noite, em salas cedidas pela Escola de Comércio Álvares Penteado pelo menos até por volta de 1950. Além disso, possuía poucos recursos financeiros, alguns professores sequer recebiam salários. Os problemas financeiros foram mais sentidos por volta do ano de 1935, quando Horace Davis se afastou da Escola, e Lowrie teve que assumir sozinho a direção da instituição. Em 1939, Lowrie fez um convite formal para o professor e sociólogo Donald Pierson, que nesta época estava concluindo seu doutorado na Universidade de Chicago, para substituí-lo na Escola. Pierson aceitou o convite de Lowrie, e sua permanência na Escola durou até o ano de 1954. Pierson é considerado, por vários estudiosos, o responsável pela criação de uma “identidade” para a Escola, instituindo métodos e técnicas de pesquisa inspirados nos da Universidade de Chicago.¹⁶⁰

Como destacou o sociólogo e professor da USP, Luiz Carlos Jackson, a Escola teve como prioridade em sua agenda os “estudos de comunidade”, pois seriam através destes que se conseguiria ter um panorama dos problemas da sociedade brasileira. Além disso, os estudos tinham um caráter propositivo: pretendiam apontar soluções para graves questões sociais, a serem resolvidas pelo poder público.¹⁶¹

¹⁵⁹ DEL VECCHIO, Ângelo. Preâmbulo: as influências presentes nos anos de formação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. In: KANTOR, Iris; MACIEL, Débora A.; SIMÕES, Júlio de Assis. (org.). *A Escola Livre de Sociologia e Política – Anos de Formação 1933-1953 – Depoimentos*. 2. ed. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2009. p. 11 e 15.

¹⁶⁰ Idem. p. 22-39.

¹⁶¹ JACKSON, Luiz Carlos. *Gerações Pioneiras na Sociologia Paulista (1934-1969)*. In: *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 19, n. 1. São Paulo: USP, 2007. p. 122. Disponível na internet via: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12537/14314>. Acesso em: 22/01/2013.

A atuação de Pierson na Escola foi ativa. Segundo o sociólogo Júlio Assis Simões, o professor Pierson profissionalizou a sociologia, trazendo bolsas de pesquisa e financiamentos para criar uma biblioteca, um incentivo a mais para que os jovens estudantes pudessem acreditar em uma carreira na sociologia, que nesta época não era ainda uma profissão.¹⁶² Nesses mesmos anos, enquanto dirigia a Escola de Sociologia nos anos 1940, Donald Pierson trocava correspondências com Moura. Como vimos no capítulo I, nessas cartas, Pierson se mostrava solidário com as dificuldades de Moura em ter acesso a uma bibliografia dentro das ciências sociais.

Um ano após a criação da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), mais precisamente em 25 janeiro de 1934, foi criada a Universidade de São Paulo (USP) através do Decreto Estadual nº 6.283.¹⁶³ Nesse momento, o governo paulista era administrado por Armando de Sales de Oliveira. A situação econômica de São Paulo, com sua intensa industrialização, era bastante favorável à reforma do ensino e à criação da universidade.¹⁶⁴

Enquanto na ELSP se destacaram os professores norte-americanos, na USP, o destaque dentro da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, foi para os professores franceses, dentre eles, Paul Arbousse Bastide e Roger Bastide.¹⁶⁵

Segundo Maria Arminda do Nascimento Arruda, socióloga e professora da USP, os sociólogos formados na USP logo após a sua criação, se destacaram pelo rigor metodológico em seus trabalhos, ancorado em vasta bibliografia e em pesquisa empírica.¹⁶⁶

Mas antes de avançarmos na produção da “escola paulista”, é importante entender como estava organizada a estrutura acadêmica do Rio de Janeiro, que, à época, era distrito federal. Na cidade do Rio de Janeiro, a história da criação das universidades foi um pouco diferente. O então prefeito Pedro Ernesto Batista, preocupado em “obter maior autonomia política” para a cidade, promoveu algumas mudanças nos setores de saúde e educação. Com o

¹⁶²SIMÕES, Júlio de Assis. Um Ponto de Vista sobre a Trajetória da escola de Sociologia e Política. In: KANTOR, Iris; MACIEL, Débora A.; SIMÕES, Júlio de Assis. (org.). *A Escola Livre de Sociologia e Política – Anos de Formação 1933-1953 – Depoimentos*. 2. ed. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2009. p. 40.

¹⁶³ CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. *A Universidade da Comunhão Paulista (o projeto de criação da Universidade de São Paulo)*. São Paulo: Editora Cortez/Editora Autores Associados, 1982. p. 121.

¹⁶⁴ JACKSON, Luiz Carlos, op. cit., p. 117.

¹⁶⁵ NOGUEIRA, Oracy. A Sociologia no Brasil. In: FERRI, Mário Guimarães; MOTOYAMA, Shozo. *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1979-980. p. 194-194.

¹⁶⁶ ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. In: MICELI, Sérgio. *História das Ciências Sociais no Brasil*, v. 2. São Paulo: Editora Sumaré, 1995. p. 118.

apoio do Diretor Geral de Instrução do Rio de Janeiro, Anísio Teixeira, e do Ministério da Educação, no dia 04 de abril de 1935 foi criada a Universidade do Distrito Federal (UDF).¹⁶⁷

Segundo Marieta de Moraes Ferreira, que fez um trabalho cuidadoso sobre a UDF, o projeto da universidade recém-criada objetivava “estimular a formação de um intelectual capaz de atuar com competência numa sociedade técnico-científica e democrática” para integrar “os objetivos da universidade à vida pública e cultural do Rio de Janeiro e ao seu sistema de ensino básico”.¹⁶⁸

A historiadora ainda destacou alguns nomes importantes dentro do curso de História que, nesta época, integrava a Escola de Direito e Economia. Dentre esses nomes estão duas grandes referências da “geração de 1930”: Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. Ambos assumiram como professores a primeira turma do curso de História.¹⁶⁹

Gilberto Freyre foi responsável por ocupar a cadeira de “Antropologia Social e Cultural da América Latina”, ministrando para o curso de História a disciplina “Antropologia Social e Cultura e Sociologia”. Ou seja, quando seu livro “Sobrados e Mocambos” (1936) foi publicado, já era professor na UDF.¹⁷⁰

Já Sérgio Buarque de Holanda começou um pouco depois de Freyre, em 1936, como assistente do historiador francês Henri Hauser na disciplina de “História Moderna”. Seu livro “Raízes do Brasil”, publicado no mesmo ano que ingressou na UDF, também foi lembrado por Marieta Ferreira como um trabalho importante. Resumindo o livro de Sérgio Buarque, a historiadora afirmou que o autor analisou o “passado colonial brasileiro” destacando “os problemas trazidos pela herança portuguesa”. Para superar esta herança, o autor sugere acabar com o “domínio do mundo rural e conquistar o progresso do desenvolvimento urbano”.¹⁷¹

Aqui podemos retomar a afirmação dos sociólogos Botelho e Lahuerta, que defenderam a “geração de 1930” como percussora no processo de criação das ciências sociais no Brasil. A apresentação feita por Marieta Ferreira não deixa dúvida sobre a contribuição dos intelectuais dessa geração, tendo sido dois deles integrantes do corpo docente da Universidade do Distrito Federal.

¹⁶⁷ FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como Ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. p. 21.

¹⁶⁸ Idem. p. 22.

¹⁶⁹ Idem. p. 23.

¹⁷⁰ Idem. p. 23, 30 e 135.

¹⁷¹ Idem. p. 23, 30 e 31.

Mas outros nomes importantes marcaram também presença nos primeiros anos da UDF, tais como o médico Arthur Ramos - responsável pela cadeira de “Psicologia Social” e autor do livro “O Negro Brasileiro” (1934) - e Afonso Arinos de Melo Franco, responsável pela cadeira de “História da Civilização no Brasil” e autor do livro “Introdução à Realidade Brasileira” (1933). Arthur Ramos, já na condição de professor da UDF, também era um dos interlocutores do jovem Clóvis Moura. Na década de 1940, como vimos no capítulo I, Ramos chegou mesmo a sugerir que Moura se dedicasse a estudar a presença do negro na região do São Francisco, tema ainda não explorado pela intelectualidade.

A UDF não teve vida longa. Em 1937, interesses políticos falaram mais alto e impediram a permanência da universidade. Alguns intelectuais católicos, dentre eles, Alceu Amoroso Lima, reivindicavam que a educação do país não poderia ficar nas mãos de socialistas como o diretor do Departamento Municipal de Educação, professor Anísio Teixeira.¹⁷²

Em 1935, por ocasião da Revolta Comunista no Rio de Janeiro, Anísio Teixeira foi demitido e o prefeito Pedro Ernesto preso, ambos acusados de envolvimento no levante. Dois anos depois, em 05 de julho de 1937, o então ministro da Educação Gustavo Capanema criaria a segunda universidade do Rio de Janeiro, denominada a Universidade do Brasil (UB). A maioria dos cursos da UDF foram transferidos para a nova universidade. Vale lembrar que o curso de História passou a fazer parte da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), ganhando uma nova matriz curricular ao se juntar com o curso de Geografia. O novo curso, História e Geografia, da Faculdade Nacional de Filosofia, tinha o objetivo de formar professores para o nível secundário de ensino e não tinha, segundo Marieta Ferreira, preocupação alguma com o desenvolvimento da pesquisa. Neste novo modelo, se destacaram os professores franceses. A junção dos cursos de História e Geografia permaneceu até o ano de 1955 quando ocorreu a separação.¹⁷³

Voltemos, agora, para São Paulo e para a famosa “escola paulista”, que teve o sociólogo Florestan Fernandes como seu maior expoente.

Florestan Fernandes, teve o seu mestrado defendido em 1947 na Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), com o título “A Organização Social dos Tupinambá”, e seu doutorado defendido na USP, em 1951, com o título “A Função Social da Guerra na

¹⁷² FERREIRA, Marieta de Moraes, op. cit., p. 32.

¹⁷³ Idem. p. 32, 36 e 49.

Sociedade Tupinambá”.¹⁷⁴ Como afirmou o antropólogo Roque de Barros Laraia, no prefácio do livro “A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá”, de 2006, Florestan Fernandes, um conhecido sociólogo e pesquisador de “orientação marxista”, iniciou sua carreira com temas mais próximos da antropologia. Na dissertação de mestrado, buscou reconstruir a organização do grupo indígena tupinambá. E, na tese de doutorado, Fernandes deu continuidade a essa pesquisa, só que concentrando o foco de sua análise na guerra dos tupinambás verificando, por exemplo, o material bélico utilizado e as táticas de guerra.¹⁷⁵

Após concluir seu doutorado na USP, em 1951, Florestan Fernandes foi convidado pelo professor Roger Bastide para trabalhar em uma pesquisa que tinha como tema as relações sociais em São Paulo, pesquisa esta que fazia parte de um projeto maior, encomendado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).¹⁷⁶ O projeto pretendia apresentar a situação interna do Brasil como “exemplo de convivência harmoniosa para o resto do mundo”.¹⁷⁷

Em 1954, com a volta de Bastide para a França, Florestan Fernandes assumiu a cadeira de “Sociologia I”, tendo como auxiliares, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, dois nomes importantes na consolidação da “escola paulista”.¹⁷⁸

Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni ingressaram na USP, no curso de ciências sociais, no final da década de 1940. Suas pesquisas de mestrado tiveram o mesmo tema, que foi o das relações inter-raciais no Sul do país, um projeto ligado à UNESCO. O maior resultado dessas pesquisas foi a publicação do livro “Cor e Mobilidade Social em Florianópolis”, em 1960, alguns meses depois da publicação do livro de Clóvis Moura, “*Rebeliões da Senzala*”.

Logo na introdução do livro, os autores afirmaram que o objetivo do estudo foi analisar as relações entre negros e brancos em comunidades do sul, mais precisamente nas cidades de Pelotas, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba. O interesse por tais comunidades estaria relacionado à falta de estudos sobre as relações sociais nessa região, isso porque a

¹⁷⁴ ARRRUDA, Maria Arminda do Nascimento, op. cit., p. 146.

¹⁷⁵ Prefácio de Roque de Barros Laraia. In: FERNANDES, Florestan. *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*. 3. Ed. São Paulo: Editora Globo, 2006. p. 11-12.

¹⁷⁶ A UNESCO foi criada em 1945, logo após o holocausto e, segundo o sociólogo e cientista político Marcos Chor Maio, a instituição procurava nos países subdesenvolvidos, uma sociedade onde não houvesse “tensões étnico-raciais”, que servissem de exemplo para o mundo. Cf. MAIO, Marcos Chor. O Projeto UNESCO: ciências sociais é o “credo racial brasileiro”. In: *Revista USP*. São Paulo, n. 46, 2000. p. 117. Disponível na internet via: <http://www.usp.br/revistausp/46/09-marcoschor.pdf>. Acesso em: 22/01/2013.

¹⁷⁷ RICUPERO, Bernardo, op. cit., p. 185.

¹⁷⁸ Idem. p. 186.

mesma não teve tradição na “produção de produtos tropicais tipo colonial”; o sistema escravista foi menos intenso em relação às demais regiões; e a colonização estrangeira contribuiu para um tipo de relação de “convivência racial” diferente em relação às demais regiões.¹⁷⁹

Portanto, o trabalho ficou ancorado em três análises: “verificar os padrões de comportamento inter-racial vigentes no período escravocrata”; “analisar os padrões de comportamento inter-racial vigentes no presente em Florianópolis”, para apurar “como eles operam no mecanismo de peneiramento, de integração e ascensão sócio-econômico do mulato e do negro”; e, por fim, mas não menos importante, “verificar se os padrões de relações inter-raciais do presente guardam ligações com a ordem tradicional de acomodação racial”.¹⁸⁰ A tese central do livro é a de que a “população de cor” em Florianópolis ainda está à margem da sociedade, tanto no universo econômico quanto no universo político. Mesmo com o desenvolvimento econômico ocorrido em 1945, em decorrência da industrialização, a “população de cor” continuou sendo marginalizada, ou seja, poucos conseguiram se inserir no mercado de trabalho.¹⁸¹

No curso de doutoramento, Fernando Henrique Cardoso defendeu sua tese em 1961, com o título “Formação e Desintegração da Sociedade de Castas: o negro na ordem escravocrata do Rio Grande do Sul”. A tese, transformada em livro, foi publicada em 1962 com o título de “Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional”.¹⁸² No mesmo ano de 1961, Octávio Ianni também defendeu sua tese de doutoramento intitulada “O Negro na Sociedade de Castas”, que também seria publicada em 1962, com o título de “As Metamorfoses do Escravo”.¹⁸³

No livro “Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional”, de Fernando Henrique Cardoso, o objetivo principal do autor foi entender a formação da sociedade escrava e a situação social do negro na região do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, Cardoso buscou

¹⁷⁹ CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis – Aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1960. p. XXVI.

¹⁸⁰ Idem. p. XXX.

¹⁸¹ Idem. p. XXIX e XXX.

¹⁸² BENTES, Ana Paula da Rocha Lima. *Da Internacionalização do Mercado ao Globalismo: a trajetória de Fernando Henrique Cardoso*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2006. p. 14-16.

¹⁸³ OLIVEIRA, Douglas Felício Silva de. *A Sociologia da Sociologia de Octávio Ianni: as razões da crítica e a crítica da razão no pensamento social*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campinas – SP: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2011. p. 25.

analisar os “processos de constituição e desagregação da sociedade escravocrata rio-grandense, vistos a partir da situação social que o negro nela assumia”.¹⁸⁴ Muitos anos depois, a interpretação de Cardoso recebeu algumas críticas. O historiador Jacob Gorender foi um desses críticos. Afirmou, por exemplo, que o sociólogo “ultrapassou os limites” ao refletir sobre a “coisificação” do escravo. Isso significa que, para Cardoso, o escravo foi uma espécie de mercadoria e que não reagia contra a sua condição de “coisa”.¹⁸⁵

Outra crítica à interpretação de Cardoso, bem mais recente, do ano de 1990, também pode ser vista no trabalho do historiador Sidney Chalhoub. Segundo Chalhoub, a “coisificação” do escravo, que foi uma interpretação sugerida no século XIX, no trabalho de Perdígão Malheiro, com o objetivo de “convencer os setores mais conservadores” da sociedade da necessidade de abolir o trabalho escravo, se tornou no trabalho de Cardoso, em plena década de 1960, uma “verdade absoluta”.¹⁸⁶

Na opinião de Chalhoub, Fernando Henrique Cardoso observou os escravos como “incapazes” de uma ação autônoma, ou seja, os escravos não teriam tido condições de “produzir valores e normas próprias que orientassem sua conduta social”.¹⁸⁷

No livro “As Metamorfoses do Escravo”, de Octávio Ianni, o objetivo do autor foi bem parecido com o de Cardoso: entender a formação da sociedade escravista da região de Curitiba e Paraná, a partir do contexto econômico e social. Além disso, o autor fez uma análise da transformação do escravo, o que chamou de “metamorfose”, objetivando entender como ficou a situação do ex-escravo após ter passado pelo último estágio de “metamorfose”, transformando-se em negro ou mulato.¹⁸⁸

Utilizando uma entrevista de Florestan Fernandes, a historiadora Maria Arruda selecionou um trecho em que o autor se mostrou pouco à vontade com a ideia de ter criado uma “escola” de pensamento. Segundo Fernandes, o que houve foi um trabalho de equipe, mas cada participante teve seu caminho próprio. Fernandes ainda teria afirmado que, num primeiro momento, teve a colaboração de Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni mas que, depois, já num segundo momento, teve a colaboração de outros estudiosos como,

¹⁸⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977. p. 22-23.

¹⁸⁵ GORENDER, Jacob, op. cit., p. 19.

¹⁸⁶ CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 38.

¹⁸⁷ Idem. p. 36-39.

¹⁸⁸ IANNI, Octávio. *As Metamorfoses do Escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo: Editora Difusão Europeia do Livro, 1962. p. 10-13.

Marialice Mencarini Foracchi, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Luis Pereira, Leôncio Rodrigues Neto.¹⁸⁹

A “escola paulista” se manteve ativa até 1964, quando, com o golpe militar, começaram as perseguições a intelectuais por todo o Brasil. A universidade, então, se tornou polo de oposição ao governo. Em 1969, sem maiores explicações, ocorreu a aposentadoria compulsória de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni.¹⁹⁰

Como vimos em João José Reis e Flávio Gomes, a “escola paulista” se empenhou em romper com a ideia de Gilberto Freyre, de que as relações entre senhores e escravos teriam sido harmoniosas.¹⁹¹ Isso nos faz refletir que quase trinta anos após a publicação do livro “Casa Grande & Senzala”, a “geração de 30” predominava nas discussões acadêmicas dos anos de 1950. E, ainda hoje, segue sendo pauta de vários estudos acadêmicos.

Mas isso não significa que o período não tenha sido brindado com estudos sobre a resistência negra. Flávio Gomes nos lembra de uma corrente que seguia preocupada em entender a resistência, tendo seus estudos publicados entre as décadas de 1930 e 1940.

Esse debate sobre resistência escrava teve como ponto de partida o trabalho de Nina Rodrigues, intitulado “Os Africanos no Brasil”, de 1932. Posteriormente a Nina Rodrigues, vieram outros que seguiram sua linha de pensamento como Arthur Ramos, com o livro “As Culturas Negras no Novo Mundo”, de 1937; e Edison Carneiro, com o clássico “O Quilombo dos Palmares”, de 1947. Esses trabalhos seguiram uma corrente interpretativa que Flávio Gomes, apropriando-se da classificação de João José Reis, chamou de “culturalista”. Isso significa que as interpretações que “desdobraram-se” a partir de Nina Rodrigues, defendiam a ideia de que a formação dos quilombos era resultado de um processo “contra-aculturativo”, ou seja, os refugiados se aquilombavam com o desejo de manter viva a cultura africana.¹⁹²

A “escola paulista” também não seguiu a corrente “culturalista”. A escola teve como principal recorte a temática das relações raciais, incentivado e patrocinado pela UNESCO, e não se preocupou em abordar questões como rebeldia e resistência dos negros e escravos. A preocupação da “escola paulista” estava mais centrada na questão econômica e social da “população de cor”. Como afirmou o historiador norte-americano Stuart B. Schwartz, os

¹⁸⁹ ARRRUDA, Maria Arminda do Nascimento, op. cit., p. 194.

¹⁹⁰ Idem. p. 208-210.

¹⁹¹ REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade por Um Fio...* op. cit., p. 13.

¹⁹² GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas...* op. cit., p. 10.

estudos gerados pela “escola paulista”, embora “bem documentados”, se restringiram a pensar a escravidão a partir de suas consequências econômicas e sociais.¹⁹³

A partir desse panorama da história intelectual brasileira de início do século XX, é possível entender o lugar dado pela historiografia ao livro de estreia de Clóvis Moura. Este teria se lançado no estudo da resistência escrava, um tema que não integrava a agenda de pesquisa da “geração de 30”, e, ao mesmo tempo, abandonado a linha culturalista de abordagem dos antropólogos da mesma geração.

II.3- Perfil Editorial do Brasil.

Para construirmos um perfil, ainda que geral das principais editoras brasileiras nos anos de 1930 até 1950 é necessário conhecer um pouco da história editorial do período. Por ser ainda um campo pouco estudado entre os historiadores, para tal reflexão, dialogaremos com pesquisadores brasileiros que estudaram o tema, porém, em outras áreas, que não a História. Uma referência importante é o bibliotecário inglês Laurence Hallewell, com o seu clássico trabalho “O Livro no Brasil – sua história”,¹⁹⁴ resultado de sua tese de doutorado, defendida em 1975, na Universidade de Essex na Inglaterra.¹⁹⁵

Não queremos fazer aqui uma análise exaustiva da história e do perfil das editoras que se destacaram no Brasil, sabemos que foram muitas e Laurence Hallewell utiliza mais de seiscentas páginas para dar conta da história editorial do país. Faremos apenas uma análise das principais editoras que se destacaram a partir de 1930, na tentativa de localizar a editora Edições Zumbi, responsável pela primeira edição do livro “*Rebeliões da Senzala*”, e que por ter sido uma editora pequena ainda não foi estudada.

O avanço e consolidação das editoras no país ocorreu nas primeiras décadas do século XX. Podemos relacionar esse momento propício para à instalação das editoras com o momento de transformação ocorrido na economia brasileira. Paul Singer nos propõe pensar que o período que vai de 1885 até 1930 é bastante representativo porque é partir de 1885 que

¹⁹³ SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru-SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2001. p. 25.

¹⁹⁴ HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil – sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz: EDUSP, 1985.

¹⁹⁵ RAMOS, Paula Viviane. *Artistas Ilustradores: a editora Globo e a constituição de uma visualidade moderna pela ilustração*. Tese de doutorado em Artes Visuais. Porto Alegre – RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRS, 2007. p. 53.

o Brasil começa a viver, de fato, a sua “segunda Revolução Industrial”, onde é possível observar um significativo aumento das inovações técnicas como, por exemplo, a utilização da energia elétrica e o motor de combustão.¹⁹⁶

O nome de maior destaque no mercado editorial nas primeiras décadas do século XX foi o de Monteiro Lobato. Segundo Laurence Hallewell, Monteiro Lobato após vender sua fazenda de café em Taubaté, mudou-se para São Paulo e, com parte do dinheiro da venda da fazenda, investiu na publicação do seu livro “Saci Pererê: resultado de um inquérito”. Impresso na gráfica do *O Estado de São Paulo*, em 1918, o livro reunia relatos de pessoas sobre a história de Saci Pererê. Segundo Hallewell, esse livro foi muito bem aceito, tendo suas duas primeiras edições esgotadas rapidamente.¹⁹⁷

Em 1918 também foi publicado “Urupês”, um outro grande sucesso do escritor, que conta a história do povo do interior de São Paulo, com ênfase nos costumes e tradições. No mesmo ano, Lobato se tornou dono da editora da Revista do Brasil, criada por vários intelectuais de *O Estado de São Paulo*.¹⁹⁸

A aquisição da Revista do Brasil foi um marco na carreira de Lobato como editor. O historiador Fábio Franzini diz que a primeira atitude de Lobato foi tornar a Revista um produto lucrativo, que atingisse o maior número possível de leitores.¹⁹⁹ Um ano depois, a Revista do Brasil ganhou um sócio de renome, Octalles Marcondes Ferreira, se tornando a editora Monteiro Lobato & CIA.²⁰⁰

Hallewell afirmou que, em 1919, a editora se destacou por suas publicações, com cerca de quinze livros e mais de sessenta mil exemplares vendidos, inclusive títulos do próprio Monteiro Lobato, como “Cidades Mortas” e “Idéias de Jeca Tatu”.²⁰¹

A Monteiro Lobato & CIA teve suas atividades mantidas até 1925, quando uma grave crise obrigou Lobato e Marcondes Ferreira a fecharem as portas da editora. Baseando-se em Hallewell, Ana Sofia Mariz afirma que um dos motivos para o fechamento da editora

¹⁹⁶ SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica do desenvolvimento. In: FAUSTO, Boris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. Economia e Cultura*. São Paulo: DIFEL, t. III, vol. 4, 1984. p. 211.

¹⁹⁷ HALLEWELL, Laurence, op. cit., p. 237-241.

¹⁹⁸ FRANZINI, Fábio. *À Sombra das Palmeiras: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Tese de doutorado em História. São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, 2006. p. 62.

¹⁹⁹ Idem. p. 62-63.

²⁰⁰ MARIZ, Ana Sofia. *Editora Civilização Brasileira: o design gráfico de um projeto editorial (1959-1970)*. Dissertação de Mestrado em Design. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica - PUC, 2005. p. 24.

²⁰¹ HALLEWELL, Laurence, op. cit., p. 253.

está relacionado à política do governo do então presidente Arthur Bernardes, que “suspendeu o desconto de duplicatas”, o que impediu o “crédito imediato” para a editora.²⁰² Fábio Franzini ainda acrescenta que a crise financeira foi acentuada pela revolta tenentista de 1924, ocorrida em São Paulo.²⁰³

Dois meses depois do fechamento da editora, porém, os sócios Lobato e Marcondes Ferreira resolveram abrir uma nova editora, chamada de Companhia Editora Nacional. Marcondes Ferreira passou a tomar a frente dos negócios e Lobato passou a gerenciar a filial, localizada no Rio de Janeiro.²⁰⁴ A editora se destacou por publicações voltadas para o mercado educacional, na produção de livros didáticos e também de literatura infantil.

Lobato continuou a escrever para o público infantil e foi nomeado, em 1925, pelo presidente Washington Luís, para ser adido comercial brasileiro nos Estados Unidos. Lá, em 1929, acabou sofrendo com a quebra da Bolsa de valores de Nova York, sendo obrigado a vender sua parte na Companhia Editora Nacional.²⁰⁵

A crise de 1929 teve como “estopim” a economia americana. O cientista político Christian Lohbauer afirmou que embora houvesse uma superprodução de matérias-primas, de alimentos e investimento considerável na indústria automobilística, não havia, por outro lado, consumidores que pudessem adquirir tais produtos. Com isso, a economia do país se desestabiliza levando a uma recessão econômica, não só nos Estados Unidos como também em todo o mundo.²⁰⁶

Paul Singer afirmou que os efeitos da crise de 29 foram sentidos aqui no Brasil, causando a queda na produção industrial, que durou até 1933.²⁰⁷ Mas, como veremos mais adiante, a crise não impediu o estabelecimento e a criação de novas editoras no Brasil. Até porque, segundo Singer, o governo adotou uma medida de prioridade à industrialização, para que a economia do país dependesse o mínimo possível do mercado estrangeiro.²⁰⁸

De qualquer modo, no período que antecede ao ano de 1929, o Brasil tinha uma atividade editorial pequena, “o volume de livros produzidos pelas editoras brasileiras era menor que o volume de livros editados e impressos no estrangeiro”. Segundo a historiadora

²⁰² MARIZ, Ana Sofia, op.cit., p. 26.

²⁰³ FRANZINI, Fábio, op. cit. p. 63-64.

²⁰⁴ MARIZ, Ana Sofia, op. cit., p. 31.

²⁰⁵ FRANZINI, Fábio, op. cit., p. 65.

²⁰⁶ LOHBAUER, Christian. *História das Relações Internacionais II: o século XX: o declínio europeu à Era Global*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. p. 55.

²⁰⁷ SINGER, Paul, op. cit., p. 217.

²⁰⁸ Idem. p. 218.

Andréa Galucio, um dos motivos para esse mercado restrito seria o alto preço da importação do papel, em comparação com o preço da importação dos livros.²⁰⁹

Nesta mesma época, Sérgio Miceli lembra que o mercado editorial do Brasil estava concentrado em três Estados: São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande Sul. De acordo com sua pesquisa, Miceli afirmou que esses Estados reuniam 61% das editoras do país, isso significa que em cada dez livros publicados no país, seis eram do Rio de Janeiro, dois de São Paulo e um do Rio Grande do Sul.²¹⁰

A partir da década de 1930, esse cenário começou a mudar, outras editoras começaram a consolidar-se no mercado editorial brasileiro, alterando completamente o cenário nas décadas seguintes, ou seja, nas décadas de 40 e 50. Andréa Galucio afirmou que esse foi o momento de criação das “pequenas” e “médias” editoras a partir da vontade de alguns editores em desenvolver tal mercado. Dentre os pioneiros, a historiadora destaca, além dos nomes de Monteiro Lobato e Octalles Marcondes Ferreira, José Olympio, José de Barros Martins, Caio Prado Jr, Arthur Neves e Ênio Silveira.²¹¹

De acordo com Fábio Franzini, no mesmo período em que Monteiro Lobato estava na editora da Revista do Brasil, chegava a São Paulo o paulistano José Olympio para trabalhar na Casa Garraux, tendo o seu primeiro contato com os livros.²¹²

Ainda segundo o pesquisador, quando a “maior biblioteca particular do Estado de São Paulo”, do proprietário Alfredo Pujol, foi colocada à venda, José Olympio procurou alguns amigos para arrecadar fundos para comprar o acervo. José Olympio não só se tornou dono deste acervo como também se tornou dono da biblioteca particular de Estevão de Almeida, intelectual e colecionador de livros raros. A partir dessas conquistas, José Olympio abriu sua própria loja e lançou seu primeiro título chamado “Conhece-te pela Psicanálise”, do americano Joseph Ralph. Embora o lançamento fosse estrangeiro, o perfil da editora era voltado para a produção brasileira.²¹³

Um ano antes da fundação da editora José Olympio, foi inaugurada no Rio de Janeiro, em 1929, a editora Civilização Brasileira, por Ribeiro Couto, Gustavo Barroso e Getúlio Costa, donos da editora. Um dos maiores sucessos de venda da editora foi o “Pequeno

²⁰⁹ GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. *Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias intelectuais, empresários e militância política*. Tese de doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense – UFF, 2009. p. 42.

²¹⁰ MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 151.

²¹¹ GALUCIO, Andréa Lemos Xavier, op. cit., p. 45.

²¹² FRANZINI, Fábio, op. cit., p. 65-66.

²¹³ Idem. p. 66-67.

Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa”, de Hilberto Mateus de Lima e Gustavo Barroso.²¹⁴

Embora um dos maiores sucessos de venda tenha sido o dicionário, Andréa Galucio destaca que o perfil da editora Civilização Brasileira era a publicação de títulos de ficção e de literatura estrangeira. Segundo a historiadora, poucos títulos nacionais foram publicados pela editora nos primeiros vinte anos.²¹⁵

Em 1932, a editora Civilização Brasileira foi adquirida pela Companhia Editora Nacional, de Marcondes Ferreira e Lobato. Com isso, a Civilização Brasileira ficou responsável pela publicação de obras literárias, enquanto a Companhia Editora Nacional ficou responsável pela publicação dos livros didáticos e infantis.²¹⁶

Um destaque de publicação da Companhia Editora Nacional foi a Coleção Brasileira, um empreendimento que tinha o objetivo de trazer conhecimento sobre a história do Brasil a um público mais amplo. A Coleção era composta de títulos raros e também de novos lançamentos, formando uma obra de cultura nacionalista. Segundo a historiadora Eliana de Freitas Dutra, os autores que escreviam para a Coleção eram intelectuais que estavam vinculados a instituições importantes do saber como, por exemplo, as universidades, os museus e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.²¹⁷

Onze anos depois, em 1943, a Companhia Editora Nacional contratou o estudante de sociologia Ênio Silveira, que substituiu Arthur Neves na editora. Este, no entanto, juntou-se a Monteiro Lobato e Caio Prado Jr. na criação da editora Brasiliense, como veremos mais adiante.²¹⁸

Embora comunista, Ênio Silveira, como editor, não se limitou ao pensamento do partido, fato que pode ser observado na diversidade das publicações da editora.²¹⁹ Hallewell chamou atenção para a pluralidade de títulos, que incluíam desde livros de ficção e filosofia até educação sexual. Todos publicados pela editora Civilização Brasileira.²²⁰

Ainda na década de 30 se destacaram outras editoras no Rio de Janeiro. Uma delas foi a Livraria Schmidt Editora, que nasceu com o nome de Livraria Católica, mas que mudou

²¹⁴ MARIZ, Ana Sofia, op. cit., p. 46.

²¹⁵ GALUCIO, Andréa Lemos Xavier, op. cit., p. 121.

²¹⁶ MARIZ, Ana Sofia, op. cit., p. 46.

²¹⁷ DUTRA, Eliana de Freitas. A Nação nos Livros: a biblioteca ideal na coleção Brasileira. In: Dutra, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean Yves. *Política, Nação e Edição: o lugar dos impressos na construção da vida política – Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Editora Annablume, 2006. p. 299-314.

²¹⁸ GALUCIO, Andréa Lemos Xavier, op. cit., p. 121-122.

²¹⁹ MARIZ, Ana Sofia, op. cit., p. 56.

²²⁰ HALLEWELL, Laurence, op. cit., p. 449.

posteriormente para Livraria Schmidt Editora, tendo sido criada pelo poeta Augusto Frederico Schmidt. O primeiro livro publicado pela editora, segundo Hallewell, foi uma coletânea de contos de Eddy Dias da Cruz, que mostravam a realidade da classe urbana brasileira menos favorecida. A editora também publicou “Caetés”, do romancista Graciliano Ramos, e “Casa Grande & Senzala”, do sociólogo Gilberto Freyre.²²¹

Outra editora inaugurada na mesma época, no Rio de Janeiro, foi a editora Ariel. Fundada pelos escritores Gastão Cruls e Agripino Grieco, a editora, segundo Hallewell, era maior que a editora Schmidt e com publicações voltadas para obras estrangeiras traduzidas, assim como obras de ficção e livros jurídicos.²²²

Em 1944, nascia também no Rio de Janeiro a editora Vitória, que teria sido a editora oficial do Partido Comunista. Embora a historiadora Júlia Barbosa afirme que sua relação com o Partido não era “explícita”, era diretamente influenciada pela “Secretaria Nacional de Agitação e Propaganda do PCB”.²²³

Seu fundador foi Leôncio Basbaum e a especialidade da editora era a publicações de literatura marxista. Embora tenha se dedicado nos primeiros anos a romances, nacionais e estrangeiros, logo depois a editora passou a publicar as obras de “história e teoria marxistas”.²²⁴

Em São Paulo, entre os anos 30 e 40, também se firmam algumas pequenas editoras. Em 1937, foi inaugurada a Livraria Martins Editora, por José de Barros Martins, especializada em livros importados. Ainda segundo o pesquisador, a editora era um local muito frequentado por americanos e britânicos que moravam em São Paulo.²²⁵

Mas isso não significa que a Livraria Martins Editora não tenha publicado obras de autores brasileiros. Um autor de destaque foi Jorge Amado, que teve várias obras publicadas pela casa, sendo quase, segundo Hallewell, um autor exclusivo da editora.²²⁶

Em 1943 foi inaugurada também na cidade de São Paulo a editora Brasiliense, por Caio Prado Jr e dois colaboradores: Monteiro Lobato e Arthur Neves. Embora publicasse conteúdos variados, tais como administração e ciências sociais, a editora tinha uma tendência

²²¹ HALLEWELL, Laurence, op. cit., p. 340-342.

²²² Idem. p. 344.

²²³ BARBOSA, Júlia Monnerat. *Militância Política e Produção Literária no Brasil (dos anos 30 aos anos 50): Trajetórias de Graciliano Ramos e Jorge Amado e o PCB*. Tese de doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense – UFF, 2010. p. 247.

²²⁴ HALLEWELL, Laurence, op. cit., p. 420.

²²⁵ Idem. p. 414.

²²⁶ Idem. p. 425.

para temas de esquerda, tendo vindo a se interessar, em 1952, pela publicação de “*Rebeliões da Senzala*”, do então jovem e desconhecido jornalista Clóvis Moura.²²⁷

Para a historiadora Andréa Galucio, a editora Brasiliense nasceu a partir de uma revista chamada “*Hoje – O Mundo em Letra de Forma*”, criada com o objetivo de discutir a realidade brasileira e fazer também crítica ao Estado Novo de Getúlio Vargas. Seus idealizadores, Caio Prado Jr, Monteiro Lobato e Arthur Neves viam na revista a possibilidade de um empreendimento maior. A partir desse desejo, os idealizadores buscaram recursos financeiros para criar uma editora que pudesse valorizar os escritores brasileiros.²²⁸

Mas, de início, a editora não teve uma grande projeção no mercado de livros no Brasil. Ainda segundo Galucio, embora a editora tivesse sido criada por comunistas, a mesma não se firmou exclusivamente em publicações vinculadas ao Partido. Somente na década seguinte é que a Brasiliense ganhará maior destaque no mercado, publicando, entre outras obras, coleções coordenadas pelo próprio Caio Prado Jr.²²⁹

Podemos perceber que o mercado editorial estava concentrado no eixo Rio de Janeiro e São Paulo. Mas não podemos deixar de mencionar uma editora de Porto Alegre, que também marcou a história editorial do Brasil nesta época: a editora Globo.

Segundo Paula Viviane Ramos, o pequeno empreendedor, Laudelino Barcellos, em 1909, comprou a primeira impressora da cidade e publicou, oito anos depois, em 1917, o “*Almanaque do Globo*”. Nesse mesmo ano, Barcellos faleceu e José Bertaso assumiu o controle da empresa. Com o sucesso do “*Almanaque do Globo*”, a editora criou recursos para publicar outros títulos.²³⁰

O grande momento de estruturação da editora Globo aconteceu nos anos 30, quando Henrique, filho de José Bertaso, assumiu sua direção e contratou Érico Veríssimo como conselheiro editorial. A partir de então, a editora se destacou por publicar livros de literatura estrangeira, muitos traduzidos pelo próprio Veríssimo.²³¹

²²⁷ HALLEWELL, Laurence, op. cit., p. 289.

²²⁸ GALUCIO, Andréa Lemos Xavier, op. cit., p. 174.

²²⁹ Idem. p. 175.

²³⁰ RAMOS, Paula Viviane, op. cit., p. 100.

²³¹ Idem. p. 100-104.

II.4. Sobre a editora Edições Zumbi.

Esse esforço em traçar as linhas gerais do espaço editorial brasileiro, tentando buscar as principais editoras que marcaram o cenário editorial de então, está relacionado com o interesse de inserirmos neste contexto a editora Edições Zumbi, uma editora pequena e que sobreviveu por alguns anos publicando obras de caráter “esquerdista”, dentre elas, a primeira edição do livro “*Rebeliões da Senzala*”, de Clóvis Moura.

O caminho da pesquisa, para tentar traçar o perfil da editora, foi longo. No Rio de Janeiro buscamos informações na Biblioteca Nacional, no Sindicato Nacional dos Editores de Livros e na Associação Brasileira de Imprensa, mas o resultado foi nulo. Foi em São Paulo que tivemos a primeira pista. Depois de vários contatos com a Câmara Brasileira do Livro e com a Biblioteca Mário de Andrade, obtivemos no Arquivo Público do Estado de São Paulo uma informação valiosa. Foi-nos, então, sugerido que buscássemos informação na Junta Comercial da cidade.

A Junta Comercial de São Paulo é uma instituição vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia de São Paulo e tem como objetivo registrar oficialmente o comércio em geral. Segundo informações colhidas no próprio site, a Junta existe desde de 1808, quando a Corte portuguesa chegou ao Brasil. Seu objetivo sempre foi o de fiscalizar o comércio, definir uma política mercantil e reprimir o contrabando. Em 1808, a Junta Comercial era chamada de “Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegações do Brasil e seus Domínios Ultramarinos”.²³²

Na Junta Comercial, conseguimos localizar um documento sobre a editora Edições Zumbi. Na verdade, o contrato social da firma. Neste documento, tivemos acesso a algumas informações importantes como, por exemplo, a data de criação da editora e o nome de seus fundadores. Além disso, tivemos a certeza, com este documento, de que a editora existiu oficialmente no mercado editorial brasileiro. Já trabalhávamos, então, com a hipótese das Edições Zumbi serem uma gráfica muito pequena, cuja existência não teria sequer sido formalizada.

²³² Para conhecer a Junta Comercial de São Paulo ver: <http://www.jucesp.fazenda.sp.gov.br/>. Acesso em 16/04/2012.

Neste contrato, de dezembro de 1957, aparecem o nome dos três fundadores da editora: Elvio Eligio Romero, Maria Antonietta Dias de Moraes e Emiliano Daspett. Vejamos um trecho do documento:

“Os signatários do presente instrumento de contrato social, Sr. Elvio Eligio Romero, solteiro, paraguaio, portador da carteira modelo nº 19 R.G. 2057249, residente nesta capital, na Rua Barão de Tatui, nº 351, apto. 81, comerciante; Sra. Maria Antonietta Dias de Moraes, brasileira, desquitada, maior, residente nesta capital a Rua Barão de Tatui, nº 351, apto. 81, comerciante; e o Sr. Emiliano Daspett, paraguaio, portador da carteira modelo nº 19 R.G. 506730, maior, residente nesta capital a Rua Barão de Tatui, nº 214, tem juntos e contratados uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que se regerá pelas cláusulas seguintes e disposições legais em vigor:..”²³³

Nesse trecho do documento, podemos perceber que a editora foi criada por dois paraguaios e uma brasileira, que residiam a Rua Barão de Tatui, em São Paulo. Na primeira cláusula do Contrato fica definido o local exato da sede da editora: “1º) Fica constituída a sociedade por quotas que girará nesta praça sob a denominação social de “Edições Zumbi Ltda”, tendo sua sede a Rua Barão de Tatui nº 214, nesta capital.”²³⁴

Tendo como sede a residência do Sr. Emiliano Daspett, na Rua Barão de Tatui, nº 214, como mostra o trecho da primeira cláusula do contrato, a editora Zumbi nasceu, em 1957, num período em que o Brasil passava por transformações importantes no setor político, com a posse, em 1955, do presidente Juscelino Kubitschek.²³⁵

O Contrato Social ainda nos informa que a empresa estava destinada a edições de livros em geral e que cada sócio possuía uma parte igual nos lucros, e também nos prejuízos da empresa. O valor do capital social era de CR\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros), representando cento e cinquenta cotas no valor de um mil cruzeiros cada. Ou seja, cada sócio possuía cinquenta cotas.

Outro ponto importante, no qual logo começamos a trabalhar, foi a busca de mais informações sobre seus fundadores. Descobrimos que Elvio Romero e Maria Antonietta Dias de Moraes já eram falecidos. Mas, por um golpe de sorte, conseguimos encontrar pela internet a filha de Emiliano Daspett, Tânia, e, através dela, chegamos a seu pai. Em entrevista,

²³³ Para ter acesso ao documento citado é preciso ser cadastrado no site da Junta Comercial de São Paulo e pedir a digitalização do documento mediante a identificação pelo Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e o pagamento de um DARE. Para maiores informações ver: <http://www.jucesp.fazenda.sp.gov.br/>. Acesso em 16/04/2012.

²³⁴ Cf. <http://www.jucesp.fazenda.sp.gov.br/>. Acesso em 16/04/2012.

²³⁵ SINGER, Paul, op. cit., p. 225.

Emiliano Daspett nos informou que a editora tinha sido a realização de um sonho dos três amigos: Elvio, Maria Antonietta e ele próprio. A editora Edições Zumbi, segundo Emiliano, tinha poucos recursos financeiros e, portanto, era preciso esperar a publicação de uma obra para que com o dinheiro das vendas, pudessem investir em outro lançamento.²³⁶

Emiliano também nos informou que os três pertenciam ao Partido Comunista e que, por isso, privilegiavam livros que, de alguma forma, tivessem ligação com a ideologia do partido. Ao ser perguntado sobre como se conheceram, Emiliano Daspett nos informou que ele e Elvio eram paraguaios, e participaram juntos da guerra civil contra a ditadura do General Higinio Morínigo, entre janeiro e setembro de 1947.²³⁷ Elvio refugiou-se na Argentina e Emiliano no Brasil. Mas foi num Congresso, ocorrido em Santiago do Chile em 1954, que os três, Emiliano, Elvio e Maria Antonietta, se encontraram. Elvio mudou-se para São Paulo em 1955.²³⁸

O que uniu os três em torno do projeto de criação de uma editora foi - segundo Emiliano - a “afinidade”, a “ideologia” e o “ofício”. Elvio trabalhou por algum tempo em uma editora em Buenos Aires e Emiliano era o seu representante comercial em São Paulo. Daí podemos compreender com mais clareza a afinidade destacada por Emiliano.²³⁹

Emiliano nos informou ainda que o nome Zumbi foi escolhido por Elvio Romero, que “nutria admiração” pela história de Zumbi dos Palmares. Perguntado sobre um possível envolvimento com o Movimento Negro, Emiliano afirmou com objetividade que não tinham qualquer vínculo com o movimento. Afirmou ainda que, mesmo estando os três vinculados ao

²³⁶ Entrevista concedida por Emiliano Daspett 17/03/ 2012.

²³⁷ O trabalho da historiadora Ceres Moraes nos ajuda a entender como ocorreu essa guerra civil no Paraguai. Segundo ela, no contexto da Segunda Guerra Mundial, o Paraguai vivia sob a ditadura do General Higinio Morínigo. Acerca de cinco anos a frente do governo, Morínigo não era bem aceito por todos. Muitos reivindicavam o “reconhecimento dos partidos políticos”, assim como, uma “Assembleia Nacional Constituinte”. Sob pressão, Morínigo foi obrigado a realizar algumas aberturas políticas como, formar um governo com o apoio dos principais partidos do país (Partido Colorado e Partido Febrerista) e também com as Forças Armadas. O governo de “coalizão”, como ficou conhecido, não tinha uma estrutura sólida. Os febreristas não demoram muito e, logo saíram do grupo, defendendo um gabinete formado por militares. Morínigo vendo os rumos da situação, dissolveu o governo de “coalizão”, adotando um novo, formado apenas por colorados e militares. Em 07 de março de 1947, “jovens febreristas” com o apoio dos comunistas e dos liberais se organizaram e atacaram o regime de Morínigo. Cf. MORAES, Ceres. A Guerra Civil de 1947 nas Relações do Brasil com o Paraguai. In: *Revista Diálogos & Confrontos Revista em Humanidades*, vol. 02, edição especial. Dourados-MS: Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul-UEMS, 2013. Disponível na internet via: http://www.uems.br/dialogoseconfrontos/Arquivos/vol2_2013/iforo/04.pdf. Acesso em: 09/08/2013.

²³⁸ Entrevista concedida por Emiliano Daspett 17/03/ 2012.

²³⁹ Idem.

Partido Comunista, guardavam uma certa autonomia da editora, que possuía pensamentos próprios.²⁴⁰

A editora Edições Zumbi não possuía funcionário, os três sócios fundadores cuidavam de tudo. Desde sua inauguração, em 1957, a editora publicou dezesseis livros, sendo que um deles teve duas edições.²⁴¹ Em relação à publicação do livro “*Rebeliões da Senzala*”, único relacionado à questão negra, Emiliano nos informou que a decisão foi de Elvio e Maria Antonietta, que tiveram um relacionamento mais “estrito” com Clóvis Moura.²⁴² O livro teve uma tiragem bem alta, em torno de três mil exemplares. Na época, as editoras arriscavam no máximo uma tiragem de mil e quinhentos exemplares. Mas não foi somente no livro de Clóvis Moura que os sócios apostaram. Segundo informou Daspett, todos os livros publicados pela editora Edições Zumbi tiveram uma tiragem de três mil exemplares, que era distribuída da seguinte forma: em São Paulo eram vendidos cerca de oitocentos exemplares, no Rio de Janeiro quinhentos, no Rio Grande do Sul trezentos, Curitiba duzentos, Santos cinquenta e Campinas cinquenta. Emiliano Daspett, que era o responsável pela distribuição dos exemplares junto as livrarias, afirmou ainda que os mil e cem exemplares restantes eram repostos, conforme a necessidade.²⁴³

A aposta parece ter sido equivocada. Em 1960, apenas três anos após sua criação, a editora Edições Zumbi foi fechada por razões financeiras. O estoque da editora Edições Zumbi foi transferido, em consignação, para a livraria Bandeiras, que era vinculada ao Partido Comunista. Só que em abril de 1964, com o golpe militar, policiais e militares do Exército invadiram a livraria Bandeiras, confiscando livros e danificando as instalações da livraria.²⁴⁴

Conseguimos verificar também que a primeira edição do livro “*Rebeliões da Senzala*” foi lançada com direito a uma cerimônia oficial, na sede da União Brasileira de Escritores (UBE), em São Paulo. Segundo informações colhidas no próprio site da instituição, a UBE foi criada em 1958, sendo resultado da junção da Sociedade Paulista de Escritores com

²⁴⁰ Entrevista concedida por Emiliano Daspett 17/03/ 2012.

²⁴¹ Na entrevista, Emiliano Daspett nos informou o título dos dezesseis livros publicados pela editora Edições Zumbi. Em 1957: O Senhor Presidente, de Miguel Angel Astúrias; Diário de um Louco (Contos Chineses), de Lu Shim. Em 1958: Moscou não Crê em Lágrimas, de Ilya Ehreburg; 10 Dias que abalaram o Mundo, de John Reed; Vencendo a Velhice, de A. A. Bogomolets; Viagens Interplanetárias, de B. L. Liapunov; O Amor Rege o Mundo, de Wilned. Em 1959: A Locomotiva, de Afonso Schmidt; Sierra Maestra – A revolução de Fidel Castro (2 edições), de Armando Gimenez; México Rebelde, de John Reed; A Tortura, de Henri Alleg; Brincando com a Morte, de Albert Khan; Aforismos, de Hipócrates; Prodígios da Vida Animal, de T. C. Sehneida; Rebeliões da Senzala, de Clóvis Moura.

²⁴² Entrevista concedida por Emiliano Daspett 17/03/2012.

²⁴³ Idem.

²⁴⁴ Idem.

a Associação Brasileira de Escritores (ABDE). A UBE tinha como objetivo discutir os interesses de seus mais de três mil associados, assim como também defender seus interesses no que diz respeito às manifestações de cunho literário.²⁴⁵

O livro “*Rebeliões da Senzala*” foi lançado junto com outro livro, da escritora Ida Laura, chamado “*Curupira de Branco e Leda e a Garça*”, publicado pela editora Edições Mestre Jou, também de São Paulo. O livro de Ida Laura abordava peças poéticas com personagens indígenas. O lançamento pode ser conferido em uma nota contendo as fotos dos escritores no jornal paulista *A Gazeta*, de 26 de dezembro de 1959:

“Duas novidades merecem registro especial na crônica literária paulistana na semana última: o volume contendo as “peças poéticas” de Ida Laura – “*Curupira de Branco*” e “*Leda e a Garça*”, e o livro de Clóvis Moura – “*Rebeliões da Senzala*” (Edições Zumbi – S. Paulo), cujo lançamento se realizou na sede da União dos Escritores. Os escritores Ida Laura e Clóvis Moura em nosso clichê.”²⁴⁶

Algumas semanas depois, uma nova nota é lançada no mesmo jornal elogiando o livro “*Rebeliões da Senzala*”. Nesta nota, o jornal já enfatizava o trabalho inédito feito por Moura:

“... *Rebeliões da Senzala*, de Clóvis Moura, está certamente um dos mais interessantes trabalhos sobre o drama da escravidão do Brasil. Natural do Piauí, Clóvis Moura, jovem estudioso dos problemas sociais relacionados com a situação do negro em nosso país, conseguiu coletar precioso material inédito, especialmente os manuscritos existentes no Arquivo Público da Bahia, e que aqui são divulgados pela primeira vez (...) um trabalho de reunião e interpretação histórica realmente notável em torno da verdadeira posição dos escravos nas lutas que se estenderam desde o Quilombo dos Palmares a Abolição (...).”²⁴⁷

Com exceção dessas duas notas lançadas pelo jornal *A Gazeta*, de São Paulo, não encontramos no Centro de Documentação e Memória outras notas de jornais que tenham feito algum tipo de referência ao lançamento da primeira edição do livro “*Rebeliões da Senzala*”. Acreditamos que não devem ter sido muitos os veículos de comunicação que tenham feito

²⁴⁵ Para conhecer a União Brasileira de Escritores (UBE), ver: <http://www.ube.org.br/historico.asp>. Acesso em: 01/05/2012.

²⁴⁶ *A Gazeta*, 26/12/1959. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 42. Pasta: 1. Grupo Produção Intelectual: Série: recortes de jornal. Subsérie: reportagens.

²⁴⁷ *A Gazeta*, 09/01/1960. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 42. Pasta: 1. Grupo Produção Intelectual: Série: recortes de jornal. Subsérie: reportagens.

algum tipo de referência ao livro de Moura. Como observamos em uma carta do escritor Jorge Amado ao amigo Clóvis Moura, o lançamento da edição de 1959 parece não ter tido grande repercussão:

“Creio que uma nova edição de “Rebeliões da Senzala”, lançada pelas “Zahar”, seria excelente. A primeira edição passou meio despercebida devido ao mau lançamento. Um dia desses irei a São Paulo e te procurarei. Um grande abraço do teu amigo, Jorge Amado.”²⁴⁸

Após a avaliação, Jorge Amado sugere a Moura que reedite o livro pela editora Zahar, do Rio de Janeiro. Para Jorge Amado, esta certamente poderia dar uma projeção maior ao livro. A segunda edição, no entanto, só ocorreria em 1972, e sairia pela editora Conquista do Rio de Janeiro.

A avaliação e o conselho de Jorge Amado parecem ter sido valiosos. Tão logo saiu a segunda edição, Clóvis Moura presenteou o amigo com um exemplar. Em carta, Jorge Amado agradeceu e se mostrou confiante, assegurando que agora o livro teria melhor repercussão:

“Receba os parabéns pela edição que está muito bonita (...). Você já sabe da minha opinião sobre o seu livro que eu acho importantíssimo. Espero que nessa segunda edição ele obtenha a repercussão nacional que merece. Você devia mandar dois exemplares ao Raymundo de Magalhães Jr.(...) um, autografado para ele e outro para a Biblioteca da Academia Brasileira de Letras. Magalhães é ótimo sujeito e certamente terá o prazer em falar sobre o seu livro na Academia e talvez escrever sobre ele em manchete”.²⁴⁹

À época Jorge Amado já era membro da Academia Brasileira de Letras. Daí a sugestão para que Moura enviasse exemplares para Raymundo de Magalhães Jr, também acadêmico, e para própria Academia Brasileira de Letras. Jorge Amado pretendia divulgar o livro de Moura nos círculos estreitos e elitizado da Academia. Se Clóvis Moura seguiu ou não as orientações do amigo, não foi possível descobrir. Mas certamente a reedição não passou despercebida, já que foi publicada por uma editora maior e de prestígio no mercado de livros.

A primeira edição, porém, já havia deixado Clóvis Moura bastante satisfeito. Isso porque há pelo menos sete anos, desde 1952, ele tentava uma entrada no mercado editorial.

²⁴⁸ Carta de Jorge Amado, 26/08/1963. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).

²⁴⁹ Carta de Jorge Amado, 23/08/1972. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).

Tal afirmação pode ser confirmada, em parte, através de uma carta de Caio Prado Jr., que nesta época já era o editor da editora Brasiliense:

“Li com grande prazer os originais de seu livro (...). Em resumo, considero seu trabalho uma grande contribuição para o assunto que anda esparso em nossa literatura histórica (...). Quanto à edição de seu trabalho, estamos ainda no ponto que tive ocasião de lhe comunicar verbalmente: a Editora encontra-se com suas atividades paralisadas no que diz respeito a obras extra-programa. Estamos concentrados exclusivamente, por motivos de ordem comercial e financeira de que infelizmente não podemos nos afastar, nas edições de Monteiro Lobato, e daí não podemos, tão breve, desviar nossas atenções e recursos”.²⁵⁰

O esforço de Clóvis Moura fica claro na correspondência. Em 1952, Moura já havia até mesmo conversado pessoalmente com o amigo sobre a possibilidade de publicar seu livro na editora Brasiliense. A vontade de ver seu trabalho publicado, talvez o impedisse de refletir sobre algumas barreiras impostas pelo mercado da época. No caso da Brasiliense, por exemplo, vemos que a editora estava concentrada em um projeto que tinha um retorno comercial e financeiro certo, o que inviabilizava a publicação de seu livro naquele momento. Mas, nem por isso, Caio Prado se mostrou contrário à publicação do livro na Brasiliense:

“A Editora teria a maior satisfação e desvanecimento em editar seu livro, mas para isso seria preciso que você não tivesse pressa. Não conheço suas disposições a respeito, e deixo por isso o assunto a seu critério. Receba um grande abraço muito cordial”.²⁵¹

Possivelmente, após essa carta, Moura tenha percebido que não seria tão fácil publicar seu livro, e teve que aguardar sete anos para publicá-lo pela editora Edições Zumbi.

²⁵⁰ Carta de Caio Prado Júnior, 21/07/1952. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).

²⁵¹ Idem.

III- AS VÁRIAS EDIÇÕES DO LIVRO “REBELIÕES DA SENZALA”.

“Rebeliões da Senzala não foi uma obra para obter títulos universitários, mas debruçada sobre a realidade dramática em que a população negra vivia (e vive) em Salvador e no resto do Brasil até hoje.”
Clóvis Moura²⁵²

O livro “*Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas*”, primeiro da carreira de Clóvis Moura, teve quatro edições. A primeira foi 1959, publicada por uma pequena editora. Já as outras edições foram realizadas por editoras maiores e mais conhecidas no cenário intelectual e acadêmico. Esse reposicionamento dará maior projeção ao livro. Como vimos no primeiro capítulo, o livro é consagrado. Considerado - tanto por uma memória instituída, como pela historiografia especializada - pioneiro em um determinado tipo de abordagem, que apresenta o escravo como um homem ativo e atuante, que não aceitava submisso as imposições de seus senhores.

As quatro edições de “*Rebeliões da Senzala*” foram elaboradas de formas muito distintas. Todavia, as alterações mais significativas estão entre a primeira e a segunda edição, quando houve um acréscimo considerável de novos capítulos, resultado de uma ampliação expressiva da pesquisa empírica realizada pelo autor. Já as outras edições, a terceira e a quarta, possuem mudanças mais pontuais, que não alteraram a estrutura da obra.

²⁵² MOURA, Clóvis. Um Breve Depoimento. In: ALMEIDA. Luiz Sávio de. (org.). *O Negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura*. Maceió: EDUFAL, 2003. p. 10.

Vale lembrar que as mudanças não aparecem somente no acréscimo de novos capítulos. De uma edição para a outra, é possível perceber, através dos elementos introdutórios, uma preocupação com a reapresentação do livro de Clóvis Moura. Por elementos introdutórios, estamos considerando as capas, a “orelha”, o prefácio e a introdução. Elementos que criam não somente uma roupagem diferente, mas contribuíram para uma nova perspectiva de leitura da mesma obra. Com já lembrou o antropólogo Clifford Geertz, em relação aos livros de etnografia, são “as páginas de abertura que situam o cenário”, ou seja, são elas que “descrevem a tarefa e apresentam a obra”.²⁵³

Desse modo, este capítulo será dividido em duas partes. Na primeira, nosso objetivo é entender como os elementos introdutórios das quatro edições contribuíram para tornar a obra de Clóvis Moura atual e atraente. Em outras palavras, veremos como o livro “*Rebeliões da Senzala*” foi apresentado na primeira edição e, de certo modo, reinventado nas edições seguintes. Acreditamos que o livro vai sendo reinscrito no debate historiográfico até tornar-se símbolo de uma abordagem inovadora.

Na segunda parte, nosso objetivo é analisar parte do conteúdo do livro. Nessa reinvenção, o livro “*Rebeliões da Senzala*” é destacado pela historiografia como inovador, tendo rompido com antigas interpretações, nas quais o escravo era visto como passivo diante de sua condição. Portanto, analisaremos um capítulo do livro para verificarmos como o autor construiu a imagem do escravo rebelde, que não ficou submisso a violência e aos maus tratos sofridos pelo sistema escravista ao qual estavam submetidos.

III.1- Cores e Sombras no Livro “*Rebeliões da Senzala*”: suas quatro edições.

A partir de agora, as capas se tornaram o elemento principal de nossa atenção, pois é através delas que poderemos perceber as estratégias adotadas pelas editoras para atrair seu público leitor, além de indicar tendências ideológicas sobre o livro e o autor. O estudo da imagem ainda é um campo novo para os historiadores, mas que tem ganhado força na historiografia. Gradativamente a imagem está deixando de ser uma mera ilustração que reforça o escrito, ou que chama atenção do leitor pelas cores, para se tornar uma fonte

²⁵³ GEERTZ, Clifford. *Obras e Vidas: o antropólogo como autor*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005. p. 22-23.

histórica, que deve ser observada como um elemento que traz escolhas particulares e um contexto específico de produção e idealização.²⁵⁴ Por ser um campo novo de pesquisa, e com poucos trabalhos produzidos, dialogaremos neste capítulo com outras áreas como, por exemplo, artes, design gráfico e estudos da linguagem.

A partir da década de 1930 houve uma valorização das ilustrações de capa, onde o tradicional “padrão francês” foi sendo substituído pela ousadia.²⁵⁵ Um exemplo desta mudança das ilustrações de capa puderam ser vistas nos livros produzidos pela editora Monteiro Lobato & Cia, ainda na década de 1920. Nas capas da editora de Lobato predominavam cores mais intensas como, por exemplo, o vermelho e o verde, que eram utilizadas para atrair e chamar a atenção do leitor.²⁵⁶

Monteiro Lobato, com o objetivo de estruturar sua editora, logo procurou ilustradores que pudessem criar capas desenhadas para atrair os consumidores, deixando de lado as velhas capas tipográficas. Em grande parte, os ilustradores de Monteiro Lobato eram, de acordo com Paula Ramos, caricaturistas já conhecidos por trabalharem na imprensa da época.²⁵⁷

Para Laurence Hallewell, nos anos de 1920, as capas não eram expressivas, o papel era cinza ou amarelo. As capas traziam os mesmos caracteres que apareciam na folha de rosto. Monteiro Lobato - também para Hallewell - foi um marco, rompendo com esta perspectiva e trazendo para seus livros capas ilustradas e desenhadas.²⁵⁸

Algumas editoras, para desenvolver suas capas e criar seu estilo próprio, contratavam artistas plásticos. Um caso particular levantado por Ana Sofia Mariz é o da editora José Olympio. De acordo com a autora, a editora, interessada em inovar, contratou o artista plástico Tomás Santa Rosa para criar um o projeto gráfico da editora, que vinha sendo considerado já bastante superado.²⁵⁹

Santa Rosa era paraibano, mas veio morar no Rio de Janeiro em 1932. Antes de trabalhar na editora José Olympio, em 1935, já era um artista bastante conhecido. Foi nas

²⁵⁴ TORRES, Juliana Dela. *A Representação Visual da Mulher na Imprensa Comunista Brasileira (1945/1957)*. Dissertação de Mestrado em História. Londrina - PR: Universidade Estadual de Londrina - UEL, 2009. p. 20 e 24.

²⁵⁵ Sobre o “padrão francês”, Ana Sofia Mariz destaca: “o chamado “padrão francês”, ao qual alguns autores se referem, corresponde a brochuras impressas geralmente em papel branco que, naquela época, tinha um tom creme, cinza ou amarelo em uma ou duas cores. Compostas apenas por texto impresso tipograficamente, as brochuras reproduziam a diagramação já presente na folha de rosto.” Cf. MARIZ, op. cit., p. 30.

²⁵⁶ MARIZ, Ana Sofia, op. cit., p. 28-31.

²⁵⁷ RAMOS, Paula Viviane, op. cit., p. 56.

²⁵⁸ HALLEWELL, Laurence, op. cit., p. 251.

²⁵⁹ MARIZ, Ana Sofia, op. cit., p. 42.

capas dos livros da Livraria Editora Schmidt que começou a mostrar o seu talento. Santa Rosa foi assistente de Cândido Portinari, não por acaso é considerado um artista bastante versátil.²⁶⁰

Tendo o modernismo como inspiração, Santa Rosa foi o responsável por quase todos os projetos gráficos da casa editorial, produzindo uma nova roupagem estética para o livro no país. Tendo a cor branca e preta como preferência, Santa Rosa estabeleceu um padrão gráfico para José Olympio, e hoje é considerado o primeiro “designer” do mercado editorial, embora esta palavra não fosse utilizada na época.²⁶¹

O que estamos querendo mostrar é que a imagem de capa foi se tornando ao longo das décadas de 1940 e 1950, um elemento importante na elaboração de um livro. O que inicialmente era apenas uma forma de proteção para o miolo do livro, aos poucos, foi ganhando outra característica e tornando-se elemento de marketing, devendo expressar e chamar atenção para o conteúdo do livro.²⁶² A imagem de capa tornava-se, assim, um item importante para entendermos a identidade e os interesses de uma editora. Como uma espécie de cartão de visitas, a capa é o primeiro contato com o leitor: o visual. Para além disso, a análise da imagem de capa rompe com aquilo que o historiador Elias Thomé Saliba chamou de imagem canônica. Ou seja, aquelas imagens que são impostas ao expectador sem causar estranheza.

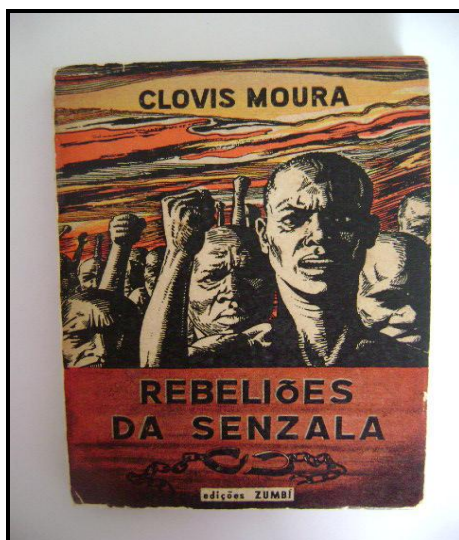
A primeira edição de “*Rebeliões da Senzala*” já não possui mais uma capa canônica. Ao contrário, ela nos faz refletir e traz informações bastante objetivas sobre o livro e o público que a editora Edições Zumbi pretendia atingir com sua publicação como, por exemplo, algumas características comunistas de sua abordagem.²⁶³ Vejamos:

²⁶⁰ NOGUEIRA, Julio César Giacomelli. *Letra e Imagem: a tipografia nas capas de livros desenhadas por Eugênio Hirsch*. Dissertação de mestrado em Artes. Campinas – SP: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2009. p. 29-30.

²⁶¹ RAMOS, Paula Viviane, op. cit., p. 84.

²⁶² Idem. p. 65.

²⁶³ SALIBA, Elias Thomé. As Imagens Canônicas e a História. In: CAPELATO, Maria Helena; NAPOLITANO, Marcos; SALIBA, Elias Tomé; MORETTIN, Eduardo (org.). *História e Cinema*. São Paulo: Alameda, 2011. p. 88.



(Foto 5 - Capa do livro
“Rebeliões da Senzala” – 1959).

A capa da edição de 1959 foi concebida e desenhada por Otávio Araújo, um artista plástico comunista.²⁶⁴ É possível perceber nela a opção por três cores: vermelho, laranja e preto. Essas cores são as mesmas que predominam nas peças de propaganda do realismo socialista soviético, diretamente vinculadas aos símbolos do Partido Comunista. Não por acaso são estas as mesmas cores que encontramos na bandeira do Partido Comunista do Brasil: um fundo vermelho, e a foice e o martelo em laranja ou amarelo.²⁶⁵

Maria Irene Pellegrino Oliveira Souza, que defendeu uma tese na área de estudos da linguagem, afirma que o produtor de uma obra está inserido em um “tempo” e “espaço” determinados, além de fazer parte de um “grupo social” específico. O que significa que a obra é fruto de um contexto “histórico” e “cultural” no qual o produtor se encontra.²⁶⁶ Desde a formação do Partido Comunista, em 1922, já era defendida a ideia de criar periódicos que pudessem divulgar a imagem do Partido para a população. A imprensa vinculada aos comunistas procurava sensibilizar os militantes para a necessidade de divulgar as causas

²⁶⁴ MAESTRI, Mário. Filhos de Cam, Filhos do Cão: o trabalhador escravizado na historiografia brasileira. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de. *O Negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura*. Maceió-AL: Editora da Universidade Federal de Alagoas-EDUFAL, 2003. p.49.

²⁶⁵ A foice e o martelo representam a união entre o camponês e o proletário urbano. Sendo, portanto, o símbolo do Partido Comunista Brasileiro.

²⁶⁶ SOUZA, Maria Irene Pellegrino. *Imagem e Texto: uma experiência de leitura e produção de texto com alunos do ensino médio*. Tese de doutorado em Estudos da Linguagem. Londrina - PR: Universidade Estadual de Londrina - UEL, 2007. p. 38.

defendidas pelo partido. Ou seja, devia-se chamar a atenção da população, através do uso de imagens, para a filosofia do Partido.²⁶⁷

As imagens ilustrativas divulgadas pela imprensa comunista estavam ligadas sempre a contextos do dia-a-dia, expressando o homem no trabalho, mulheres com lata d'água na cabeça, favelas e outros. Muitas dessas ilustrações seguiam uma tendência crítica, evidenciando os problemas enfrentados pela população comum, oprimida em seu cotidiano.²⁶⁸

Embora já houvesse desde a criação do Partido Comunista a preocupação em divulgar o partido, o realismo socialista surge, de fato, em 1934 no “I Congresso de Escritores Soviéticos”, realizado em Moscou, liderado por Andrei Alekandrovitch Zdanov. Segundo a historiadora Julia Monnerat Barbosa, o realismo socialista teria sido apresentado como doutrina oficial em relação às artes e também à cultura do Partido. Neste Congresso, teria sido discutido a necessidade de criar uma “consciência proletária”, através da valorização do “socialismo” e do “herói proletário”.²⁶⁹

Portanto, as cores que predominam na ilustração de capa do livro “*Rebeliões da Senzala*” já é o primeiro indício de que a abordagem do tema é orientada por essa corrente ideológica. No caso de Clóvis Moura, o autor é um comunista. Ainda que as fontes sejam limitadas sobre esse tema, é possível afirmar que nessa época, em 1959, Clóvis Moura já fosse vinculado ao Partido Comunista.²⁷⁰

Voltando-se para a capa, é possível verificar um grupo de homens negros, todos com uma aparência dura, de quem parte para a luta, tendo alguns deles o braço erguido e o punho fechado, uma demonstração clara de bravura e indignação. Outros possuem a boca entreaberta, o que pode ser interpretado como um grito que finalmente ganha o espaço público, como se tratasse de pessoas que começam a se posicionar politicamente e a se preparar para a luta - com palavras de ordem. A definição da fisionomia desses homens negros fica ainda mais evidente com a luz colocada pelo ilustrador, da esquerda para a direita. Essa ideia de ênfase no “povo”, na “ação”, no “movimento” é ainda, segundo Juliana Torres,

²⁶⁷ TORRES, Juliana Dela, op. cit., p. 57 e 89.

²⁶⁸ Idem. p. 90.

²⁶⁹ BARBOSA, Júlia Monnerat. *Militância Política e Produção Literária no Brasil (dos anos 30 aos anos 50): Trajetórias de Graciliano Ramos e Jorge Amado e o PCB*. Tese de doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense – UFF, 2010. p. 192-193.

²⁷⁰ Entrevista concedida por Soraya Moura em 10/04/2012.

característica do realismo socialista, que busca o “belo”, o “sublime”, na representação da solidariedade revolucionária.²⁷¹

A iluminação produz ainda um aumento do contraste nos rostos, algumas expressões ficam mais vivas como, por exemplo, as testas franzidas, demonstrando o descontentamento, o sofrimento e a exploração. Lábios grossos e narizes largos, o que permite entender se tratar de um movimento de um grupo de indivíduos com o mesmo fenótipo, uma "classe", escravos e seus descendentes em luta pela liberdade e inclusão social.

Todas as características são comuns nas imagens produzidas pela imprensa comunista. Ainda segundo Juliana Torres, trazer traços de “tristeza”, “cansaço” e “desânimo diante dos problemas cotidianos” era uma maneira de despertar “emoções” e “reações”, chamando atenção do receptor para um problema social que precisaria ser resolvido pelos comunistas.²⁷²

Essa imagem, que retrata um grupo de homens, reivindicando, tendo um líder a frente, traz outra ideia defendida pelos socialistas, que é a solidariedade revolucionária, e a ideia de vanguarda revolucionária, segundo a qual a grande transformação deveria ser feita pelos proletários. No caso do livro, pelos negros trabalhadores.

Podemos comparar essa imagem com a imagem de outro livro, publicado também pela editora Edições Zumbi, um ano antes de “*Rebeliões da Senzala*”. Trata-se do clássico “10 Dias Que Abalaram o Mundo”, do americano John Reed.²⁷³ O que queremos mostrar é que o estilo de capa é muito parecido com o livro “*Rebeliões da Senzala*”, de Clóvis Moura.

²⁷¹ TORRES, Juliana Dela, op. cit., p. 96.

²⁷² Idem. p. 95.

²⁷³ O livro 10 Dias Que Abalaram o Mundo foi escrito pelo jornalista John Reed e publicado pelas Edições Zumbi em 1958. O autor conta neste livro a história da Revolução de 1917 na Rússia que acabou com o regime czarista no país e instaurou a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Cf. REED, John. *10 Dias Que Abalaram o Mundo*. São Paulo: Edições Zumbi, 1958.



(Foto 6 - Capa do livro “10 Dias Que Abalaram o Mundo” – 1958).

O que podemos perceber é que o realismo socialista também está bastante presente na ilustração de capa. As cores vermelha, amarela e preta marcam a tonalidade da imagem. Um líder, à frente, com o braço erguido, demonstrando força e capacidade de luta muito semelhante àquela retratada na capa do livro “*Rebeliões da Senzala*”. A diferença é que no livro sobre a Revolução Russa há um elemento importante, que não está presente no livro de Clóvis Moura: o símbolo do Partido Comunista, a foice e o martelo. O símbolo justifica-se ainda dentro da lógica de marketing. A capa deveria expressar o conteúdo do livro que, no caso específico, versa sobre a primeira revolução comunista no mundo.

O livro conta a história da Revolução de Outubro ocorrida na Rússia, em 1917, quando os bolcheviques, liderados por Vladimir Lênin, representando a classe operária do país, tomam o poder e acabam com a monarquia absolutista.

Como já mostramos no capítulo II, a editora Edições Zumbi foi criada por militantes comunistas, ficando clara sua preferência por autores e temas identificados com o Partido, ou ao menos com simpatizantes do comunismo.

Voltando à capa do livro “*Rebeliões da Senzala*”, podemos perceber que, ao fundo, temos a imagem de um céu, onde o jogo das cores vermelha, laranja e preta fica ainda mais visível. Parece um céu de fim de tarde, podendo ser comparado com um crepúsculo, quando a luminosidade já não é tão forte. Ou seja, nos dá a ideia de que, após um dia de trabalho árduo, os negros se uniram para um protesto. Ou, quem sabe, mudando um pouco a interpretação,

esse mesmo céu pode ser o de um amanhecer, um amanhecer para novos tempos. É nesse céu que foi colocado o nome do autor – Clóvis Moura – ainda numa luminosidade mais forte, o que nos permite entender que o ilustrador se preocupou em colocar o nome do autor numa brecha maior de luz, apresentando-o como alguém identificado com a causa do grupo.

Por fim, mas não menos importante, temos a imagem das duas correntes rompidas, logo abaixo do título do livro. A corrente é o grande símbolo do sistema escravista, representando a dominação, a força e a violência. Na imagem, as correntes aparecem rompidas, remetendo à ideia de ruptura com toda essa estrutura de poder e opressão.

Como afirmou o historiador João José Reis, com o título do livro, “Clóvis Moura dizia de cara, na capa, a que veio”.²⁷⁴ O jogo das três cores já nos permite afirmar que se trata de um livro marxista; a expressão do grupo de negros nos permite entender que se trata de uma revolta; e as correntes abertas, a ruptura com um sistema.

As capas que ilustram as edições posteriores provocam um impacto visual diferente do da primeira edição, mostrando uma opção diferente das editoras ao (re)apresentarem o livro de Moura. A capa da segunda edição, por exemplo, está associada a uma coleção, que tem a capa padronizada:



(Foto 7 - Capa do livro “Rebeliões da Senzala” – 1972).

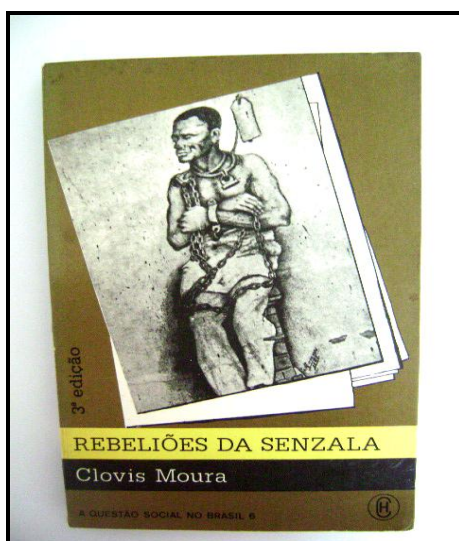
²⁷⁴ REIS, João José. A Conspiração Haussá de 1807 na Bahia. In: *O Negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura*. Maceió: EDUFAL, 2003. p. 75.

A imagem de capa da segunda edição é um mapa histórico do Brasil, evidenciando suas peculiaridades como, por exemplo, sua fauna e flora. Este mapa, do cartógrafo francês Pierre Desceliers, é padrão em todos os títulos da coleção “Temas Brasileiros”.

O mapa é cortado por várias linhas. Essas linhas saem de uma rosa dos ventos que encontra-se na contra capa. As linhas são irregulares, formando uma espécie de quebra-cabeça, provocando exatamente a ideia de entender o Brasil através de suas diversas partes, ou melhor, “ângulos” – para utilizarmos a expressão da própria editora.

Já a capa da terceira edição foi assinada por Yvonne Saruê, que optou por trazer uma imagem em preto e branco de um homem negro sentado e acorrentado do pescoço até as pernas. Este mesmo homem aparece de olhos fechados e com o rosto sem nenhum tipo de expressão. Uma imagem bem diferente da primeira edição em que os negros aparecem com os olhos bem abertos e com os rostos demonstrando raiva e descontentamento.

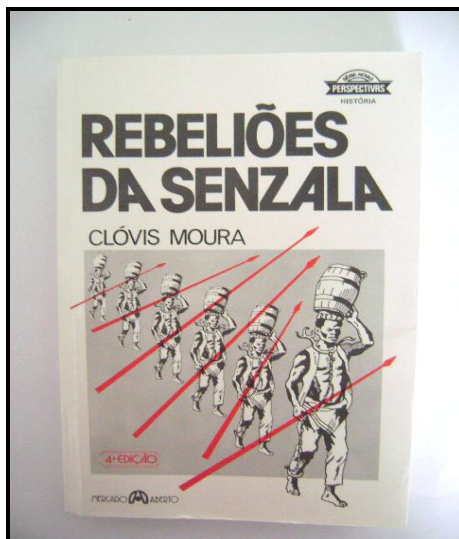
Acreditamos que a ilustradora buscou justamente mostrar um escravo impotente, calado e inexpressivo para chamar atenção do oposto que seria discutido no livro: um escravo ativo e dinâmico contra o sistema de repressão:



(Foto 8 - Capa do livro
“Rebeliões da Senzala” – 1981).

A ideia de trazer uma fotografia na capa também merece atenção, pois permite uma linguagem mais pessoal, por meio da qual se estabelece uma maior proximidade com o leitor. Vale ressaltar que todos os títulos desta coleção tem o mesmo padrão, mudando apenas a fotografia e as cores.

A capa da quarta edição também é bastante original e assinada por Leonardo Menna Barreto Gomes, onde podemos perceber seis negros, todos com a mesma aparência, equilibrando um barril em suas cabeças e presos do pescoço ao pé por uma corrente.



(Foto 9 - Capa do livro
“Rebeliões da Senzala” – 1988).

Observando da esquerda para a direita, o primeiro escravo aparece menor e mais longe e, os que vem em seguida, são aumentados gradativamente de tamanho. Essa imagem proposta pelo ilustrador nos traz a ideia, primeiramente, de uma evolução.

Mas, ao mesmo tempo, essa ideia de evolução é rompida pelo ilustrador. Analisando com atenção a ilustração, podemos perceber que os seis escravos aparecem com as mesmas características ao longo do tempo, ou seja, sendo tratados da mesma forma, recebendo os mesmos castigos e sendo presos pelo mesmo sistema.

Além dos negros nessa linha de tempo, o ilustrador inseriu algumas lanças na direção de suas mãos na cor vermelha. Cada negro recebe uma lança, como se cada um estivesse pronto para combate, no caso, para combater o sistema escravista. Ou quem sabe, mudando um pouco a interpretação, essas mesmas lanças também podem sugerir que os escravos estivessem sendo atingidos pela repressão e violência do mesmo sistema.

Vale ressaltar que diferentemente da segunda e terceira edição, em que as capas seguem um certo padrão de apresentação, na capa da quarta edição isso não acontece. Embora os títulos façam parte de uma coleção, as capas são diferentes uma das outras. O único

elemento que permanece igual é o selo na parte superior que consta o nome da coleção: “Série Novas Perspectivas”.

III.2- “Rebeliões da Senzala”: as reivencões de um obra.

O historiador Fernando Nicolazzi faz uma reflexão importante sobre os prefácios dos livros. Ancorado no historiador alemão Leopold Von Ranke, afirma que o prefácio é “algo além da obra propriamente dita” e também é “algo aquém da obra, aquilo que define, de dentro e anterior a ela mesma, já que remete à figura importante do autor, seus contornos”.²⁷⁵ A partir de seu estudo, procuraremos a partir de agora analisar as edições do livro “*Rebeliões da Senzala*”, ampliando a proposta de Nicolazzi a fim de incluir também os elementos de apresentação do livro como, por exemplo, “orelha” e introdução. A intenção, no entanto, é a mesma: identificar os “contornos” específicos, que vão “além da obra” e que, a um só tempo, a definem “de dentro”. Em outras palavras, analisaremos como esses outros elementos textuais ajudaram na reivencão do livro de Clóvis Moura, assim como aconteceu com as capas das quatro edições.

Aos 34 anos de idade, no ano de 1959, após mais de sete anos tentando publicar seu primeiro livro, Moura conseguiu ver seu sonho transformado em realidade. Publicado pelas Edições Zumbi, uma pequena editora paulista, o livro “*Rebeliões da Senzala*” foi lançado, e dedicado aos seus pais Francisco e Elvira e a sua filha Soraya.²⁷⁶

Treze anos depois, em 1972, aos 47 anos de idade, Clóvis Moura conseguiu reeditar o livro na coleção “Temas Brasileiros”²⁷⁷ da editora Conquista, uma coleção de prestígio

²⁷⁵ NICOLAZZI, Fernando. *Um Estilo de História: viagem, a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa Grande & Senzala e a representação do passado*. Tese de doutorado em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. p. 79.

²⁷⁶ MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala...* São Paulo: Edições Zumbi, 1959.

²⁷⁷ A Editora Conquista optou em evidenciar nesta coleção, intitulada Temas Brasileiros, obras que retratam problemas políticos e sociais ocorridos, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, durante o período colonial e imperial. A coleção composta por treze títulos: 1) *Êxodo Rural no Brasil*, de José Francisco de Camargo; 2) *Amazônia: natureza, homem e tempo*, de Leandro Tocantins; 3) *Insurreição Praeira*, de Edison Carneiro; 4) *Tropais e Tropeiros na Formação do Brasil*, de José Alípio Goulart; 5) *Formação Histórica do Acre*, de Leandro Tocantins; 6) *Memórias de um Sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de Almeida; 7) *A Guerra dos Cabanos*, de Manuel Correia de Andrade; 8) *A Guerra do Paraguai*, de George Thompson; 9) *História da Política Revolucionária, 1º vol.*, de Abguar Bastos; 10) *História da Política Revolucionária, 2º vol.*, Abguar Bastos; 11) *Rebeliões da Senzala*, de Clóvis Moura; 12) *Da Palmatória ao Patíbulo: castigos de escravos no Brasil*, de José Alípio Goulart; 13) *Da Fuga ao Suicídio: aspectos da rebeldia dos escravos*, de José Alípio Goulart.

dirigida pelo intelectual e político Arthur Cezar Ferreira Reis.²⁷⁸ A nova edição tinha passado por uma completa reformulação, resultado de um grande investimento de Clóvis Moura, que voltou aos arquivos para poder incluir novos temas, não abordados na primeira edição, como por exemplo, a atuação dos escravos rebeldes na região de São Paulo. Se a primeira edição foi elaborada a partir de um arquivo, o Arquivo Público da Bahia, agora Clóvis Moura teve outros arquivos como referência. Dentre os arquivos que Moura circulou para complementar a sua obra destacam-se: em São Paulo, o Instituto Brasileiro de Filosofia de São Paulo, o Arquivo do Estado de São Paulo e a Prefeitura Municipal de São Paulo (Departamento de Cultura); no Rio de Janeiro, a Biblioteca Nacional.

A primeira edição possui apenas “orelha” com comentários da própria editora. No comentário feito na “orelha” da primeira edição do livro, o trabalho de Moura é enaltecido, principalmente em relação ao seu pioneirismo em usar como fontes primárias os manuscritos do Arquivo Público da Bahia. Para além disso, a editora destacou, mesmo sem apontar nomes, que Moura rompeu com a interpretação de que o negro deveria ser visto através de um contexto “etnográfico” e “folclórico, defendendo o campo histórico como alternativa para explicar a situação do negro no Brasil.²⁷⁹ Certamente o texto fazia referência aos trabalhos dos antropólogos que vinham se destacando entre as décadas de 1930 e 1940 nesse campo de pesquisa sobre negros como, por exemplo, Gilberto Freyre e Arthur Ramos.

Já na segunda edição, também há uma “orelha” elaborada pela editora. Mas, diferentemente da primeira, em que o comentário é sobre o livro, nesta “orelha”, o comentário segue um padrão editorial, que caracteriza a coleção “Temas Brasileiros”. O texto apresenta o mapa que ilustra a capa, de autoria do cartógrafo francês Pierre Desceliers, de 1550, considerado o “criador da hidrografia francesa”. Ainda consta na “orelha” do livro, que Desceliers reproduzia em seus trabalhos aquilo que os cartógrafos portugueses indicavam em suas cartas. Como já vimos anteriormente neste capítulo, todos os títulos desta coleção possuem a mesma capa, com o mapa histórico que representa o Brasil e algumas de suas peculiaridades, com destaque para sua fauna e sua flora.²⁸⁰

Mas, nesta segunda edição, a editora se preocupou em oferecer nas primeiras páginas um breve histórico da vida de Clóvis Moura, com dados sobre o local de nascimento, as

²⁷⁸ Pesquisamos trabalhos acadêmicos sobre a coleção “Temas Brasileiros”, assim como, trabalhos sobre a trajetória de Arthur Cezar Reis. Mas infelizmente, não localizamos sequer um trabalho.

²⁷⁹ MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala...* São Paulo: Edições Zumbi, 1959.

²⁸⁰ MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala...* Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1972.

cidades onde residiu e os primeiros trabalhos, a fim de apresentar e aproximar o autor de seu público leitor. Neste breve histórico, que não foi intitulado pela editora, afirma-se também que a intenção era fazer dois volumes de “*Rebeliões da Senzala*”, mas que, por motivos editoriais – não explicitados no texto – foi preciso condensar o livro em apenas um volume.²⁸¹

Arthur Reis, diretor da coleção, destacou nas páginas seguintes, numa apresentação, a importância do livro. Embora não explicitando o que distingue a segunda edição da primeira, Reis deixa claro que a edição de 1972 do livro “*Rebeliões da Senzala*” não é “uma edição que repita a primeira”. O que o coordenador da coleção procura deixar explícito é que o livro de Moura trouxe uma nova abordagem em relação aos demais trabalhos sobre o negro. Para ele, Moura trouxe uma “continuidade geográfica ou temporal” das revoltas negras, o que pouco se percebia nos estudos sobre o negro.²⁸²

Vemos, então, que Reis ao destacar essa “continuidade geográfica ou temporal”, está evidenciando uma originalidade na obra de Moura, que não foi mencionada na primeira edição. Para além disso, Reis também destacou que a interpretação de Clóvis Moura é nova por trazer um “espírito de reação”, “da multidão negra”, que contraria as interpretações de um “escravo sossegado”, “conformado” e “incapaz de atos coletivos de rebeldia”.²⁸³ Arthur Reis ainda afirmou que o livro de Moura ofereceu:

“(…) uma contribuição preciosa para o estudo e compreensão da sociedade brasileira nos quatrocentos anos de funcionamento do sistema sócio-econômico da mão-de-obra escrava. É, por isso, um livro que abre perspectivas, propõe, sugere, informa, sustenta posições a serem examinadas para a formulação de uma exegese não simplista nem prejudicada por pressões ideológicas.”²⁸⁴

Fica bem claro neste posicionamento de Reis, que o mesmo está considerando o trabalho de Moura um estudo propositivo, que apresenta uma nova proposta de interpretação sobre a escravidão. Um livro que, para Reis, ultrapassa as expectativas de qualquer leitor, porque além de informar sobre um tema, ele também levanta hipóteses a serem pensadas.

Arthur Reis, ao adotar esse posicionamento em relação ao livro de Moura, estava certamente influenciado pelo contexto de mudança na historiografia, que começou por volta

²⁸¹ MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala...* Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1972. p. 13-14.

²⁸² Apresentação de Arthur Reis. In: MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala...* Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1972. p. 16.

²⁸³ Idem. *Ibidem*.

²⁸⁴ Idem. *Ibidem*.

de 1960. Segundo as historiadoras Ana Lugão Rios e Hebe Mattos foi em 1960 que começou uma grande revisão historiográfica. A partir desse momento, a escravidão passou a ser entendida pelos estudiosos como um sistema de violência e de luta, rompendo com uma certa visão harmoniosa produzida na década de 1930, e que teria orientado os trabalhos elaborados nas décadas de 1940 e 1950.²⁸⁵

A segunda edição do livro “*Rebeliões da Senzala*” sai justamente no bojo desse movimento revisionista, em 1972. Ou seja, quando essas críticas à produção da geração de 1930 já estão consolidadas. Como evidenciou Rios e Mattos, há uma inversão nos estudos sobre a escravidão neste momento. Antigos “paradigmas” são deixados para trás, e o escravo para a ser visto como um agente social dentro do sistema escravista.²⁸⁶

O livro publicado pela Editora Conquista traz ainda uma introdução, o que não havia na primeira edição. Nesta introdução, Clóvis Moura fez algumas afirmações sobre o seu novo trabalho, por meio das quais reinventa seu próprio livro. Afirmou, por exemplo, que o material “não foi apenas revisto”, mas também “enriquecido”. Ressaltou que na segunda edição tentou corrigir algumas das “deficiências” existentes na primeira edição. Nesse ponto, destaca que iniciou a pesquisa em 1948, ainda bem jovem, e que esta ainda teria ficado guardada por vários anos por falta de uma editora que se interessasse em publicar o material.²⁸⁷ Em outras palavras, ela precisava ser reescrita, o que ele fez nessa segunda edição.

Moura também destacou nessa introdução as dificuldades encontradas para escrever “*Rebeliões da Senzala*”, principalmente devido ao que ele chamou de “barreiras históricas”. Uma dessas barreiras é marca de sua própria historicidade: à época, faltavam estudos que mostrassem o negro lutando contra a escravidão. Em seguida, faz uma crítica muito precisa aos trabalhos até então produzidos. Segundo ele, seus autores optaram por repetir “esteriótipos” sobre a interpretação dos negros ao invés de realizar uma investigação em arquivos, e procurar documentos para fazer uma análise mais substancial, que pudesse mostrar o outro lado da escravidão.²⁸⁸

²⁸⁵ RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. Experiência e Narrativa – o “pós-abolição” como problema histórico. In: *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 17-22.

²⁸⁶ Idem. p. 25-26.

²⁸⁷ MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala...* Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1972. p. 19.

²⁸⁸ Idem. Ibidem.

Essas críticas já apontam para um reposicionamento de Moura no campo temático sobre "escravidão". Nessa introdução, de 1972, ele já se via como um escritor original e que tinha uma proposta nova em relação aos estudos sobre os negros no Brasil:

“Nosso trabalho procura estudar a participação do escravo como forma dinâmica, como contribuinte ativo no processo histórico. A outra parte, do escravo como elemento dócil, masoquista, conservador do regime, termo passivo no processo social já foi por demais estudada. Há mesmo uma verdadeira indústria nesse sentido.”²⁸⁹

Essa proposta nova é, sem dúvida, resultado de treze anos de experiência intelectual. Depois da primeira publicação do *“Rebeliões da Senzala”*, em 1959, Clóvis Moura foi se afirmando como escritor, tendo publicado quatro títulos: “Espantalho na Feira”, em 1962; “Argila da Memória”, em 1962; “Introdução ao Pensamento de Euclides da Cunha”, em 1964; e *Âncora no Planalto*, em 1964. Três desses livros são de poesia - “Espantalho na Feira”, “Argila da Memória” e “Âncora do Planalto” -, já o livro “Introdução ao Pensamento de Euclides da Cunha”, é de crítica literária. Após treze anos da publicação da primeira edição de *“Rebeliões da Senzala”*, e com quarenta e sete anos de idade, Moura já era agora um intelectual.

Moura dialogou também com vários intelectuais durante esses anos, tendo participado de vários eventos acadêmicos; além de ter mantido seu trabalho como jornalista, ocupando os cargos de diretor e redator em jornais paulistas de grande circulação, tais como: *Diário da Noite*, *Diário de São Paulo* e a *Folha de São Carlos*. Foi ainda, entre 1954 e 1968, professor no curso de Literatura Brasileira na União Brasileira de Escritores, em parceria com o Conselho de Cultura de São Paulo e ministrou nessa mesma época o curso “O Escravo Negro: de escravo a marginalizado”, na Universidade Estadual de Londrina.²⁹⁰ Tratava-se, portanto, de um intelectual mais maduro e já inserido nos debates políticos e intelectuais da época.

A terceira e quarta edição de *“Rebeliões da Senzala”* foram publicadas ainda na mesma década; uma em 1981 e a outra sete anos depois, em 1988, em plena comemoração do centenário da abolição. As duas edições mantiveram a mesma estrutura de capítulos da

²⁸⁹ MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala...* Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1972. p. 22.

²⁹⁰ Fábio Oliveira traz em sua dissertação de mestrado, na parte dos anexos, o currículo de Clóvis Moura cedido por sua segunda esposa, Griselda Moura. Neste currículo, é possível observar algumas atividades didáticas e culturais realizadas por Moura. Cf. OLIVEIRA, Fábio Nogueira de, op. cit., p. 136-142.

segunda edição, apresentando apenas mudanças pontuais. E é para essas edições que vamos direcionar nossa atenção a partir de agora.

Quando da publicação da terceira edição do livro “*Rebeliões da Senzala*”, pela editora Ciências Humanas de São Paulo, Moura tinha 56 anos de idade.²⁹¹ Desde a época da segunda edição do livro até esta terceira edição, Clóvis Moura já havia publicado mais seis títulos: “O Preconceito de Cor na Literatura de Cordel”, em 1976; “Sociologia de la Práxis”, em 1977; “O Negro: de bom escravo a mau cidadão?”, em 1977; “Manequins Corcundas”, em 1978; “A Sociologia Posta em Questão”, em 1978; “Saco e Vanzetti: o protesto brasileiro”, em 1979. E, ainda em 1981, além da terceira edição de “*Rebeliões da Senzala*”, foi publicado também “Os Quilombos e a Rebelião Negra”.²⁹²

Percebemos que diferentemente do início de sua carreira, quando a poesia estava em primerio plano, neste momento da publicação da terceira edição de “*Rebeliões da Senzala*”, Moura estava mais focado em temas que tinham como destaque o negro e a teoria sociológica.

Assim como aconteceu nas décadas de 1960 e 1970, a década de 1980 também foi marcada por uma revisão historiográfica. Segundo a historiadora Ângela de Castro Gomes, essa nova historiografia tinha começado a tomar forma em meados da década de 1970, através da influência teórica e metodológica internacional da História Política e da História Cultural. Ao mesmo tempo, ocorreu no Brasil uma expansão dos cursos de pós-graduação. Os pós graduandos começaram a trabalhar, segundo a historiadora, mais diretamente em temas que estavam ligados a movimentos sociais, como por exemplo, “história do trabalho, na qual os protagonistas eram escravos, libertos, homens livres, camponeses, artesãos, operários e assalariados em geral”.²⁹³

Ainda de acordo com Gomes, esse novo modelo interpretativo que marca a década de 1980, visa romper com as antigas interpretações em relação à questão da dominação. Ou seja, até então, era defendida a ideia de que as classes dominantes eram capazes de “controlar

²⁹¹ MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala...* São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.

²⁹² Cf. MOURA, Clóvis. *O Preconceito de Cor na Literatura de Cordel*. São Paulo: Editora Resenha Universitária, 1976; MOURA, Clóvis. *Sociologia de 1º Práxis*. México: Editora Siglo XXI, 1977; MOURA, Clóvis. *O Negro: de bom escravo a mau cidadão?*. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1977; MOURA, Clóvis. *Manequins Corcundas*. São Paulo: Ila-Parma, Palermo, 1978; MOURA, Clóvis. *A Sociologia Posta em Questão*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978; *Saco e Vanzetti: o protesto brasileiro*. São Paulo: Editora Brasil/Debates, 1979. MOURA, Clóvis. *Os Quilombos e a Rebelião Negra*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

²⁹³ GOMES, Ângela de Castro. História, Historiografia e Cultura Política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (org.). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 22-23.

e anular” a ação dos dominados. Nesta nova historiografia, os estudos que têm como recorte os movimentos sociais sustentam a ideia de que os trabalhadores, inclusive os escravos, foram “sujeitos de sua própria história”. Os estudos, então produzidos a partir desse novo modelo interpretativo, tiveram alguns estudiosos como referência, como por exemplo, Edward Palmer Thompson, Robert Darnton e Carlo Ginzburg.²⁹⁴

Vemos, então, que o livro “*Rebeliões da Senzala*” foi publicado por duas vezes, na mesma década, em momento de revisão historiográfica importante, em que antigas interpretações são questionadas e novos estudos sobre os movimentos sociais aparecem no meio acadêmico, dando um sentido maior aos “protagonistas” do trabalho.

Assim como na segunda edição, a terceira edição de “*Rebeliões da Senzala*” também faz parte de uma coleção. O título da coleção é “A Questão Social no Brasil”²⁹⁵, idealizada pelo historiador e professor da USP, Reinaldo Xavier Carneiro Pessoa.²⁹⁶

Na “orelha” dessa edição, observamos mais uma vez, assim como aconteceu na primeira edição, uma exaltação ao trabalho de Moura. A editora resumiu o trabalho do autor como um “obra de consulta obrigatória” para quem quer conhecer o problema do negro no país. Tratava-se de um trabalho “pioneiro”, leitura obrigatória para quem quer entender a formação da sociedade brasileira através da intervenção do negro ao longo do sistema escravista.²⁹⁷

Percebemos ainda nesta “orelha” que a editora destacou duas características na obra de Moura: a primeira é que o autor “oferece ao leitor uma brilhante descrição das condições das lutas negras no interior da nossa sociedade escravocrata”, e a segunda é que o autor traz em relação ao negro “uma convincente explicação do seu papel nas lutas sociais brasileiras até finais do século XIX”.²⁹⁸

²⁹⁴ GOMES, Ângela de Castro, op. cit., p. 24-25.

²⁹⁵ Percebemos que a proposta da Livraria Editora Ciências Humanas com a coleção A Questão Social no Brasil, foi trazer obras que tinham comprometimento com temas relacionados ao operariado e com o Partido Comunista Brasileiro. A coleção é composta por sete títulos: 1) *O Movimento Sindical no Brasil*, de Jover Telles; 2) *Construindo o PCB*, de Astrojildo Pereira; 3) *A Questão Social no Brasil: países para os quais não se deve emigrar*, de Gigi Damiani; 4) *Os Quebra-Quilos e a Crise da Lavoura*, de Henrique Augusto Millet; 5) *Memórias*, de Abílio Naquete; 6) *Rebeliões da Senzala*, de Clóvis Moura; 7) *PCB: Vinte Anos de Política – 1958-197 (Documentos)*.

²⁹⁶ Pesquisamos trabalhos acadêmicos sobre a coleção “A Questão Social no Brasil”, assim como, trabalhos sobre a trajetória de Reinaldo Xavier Carneiro Pessoa. Mas infelizmente, não localizamos nenhum trabalho.

²⁹⁷ MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala...* São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.

²⁹⁸ Idem.

Entendemos que os dois pontos destacados pela editora, o potencial descritivo e explicativo da obra, são novas em relação à primeira e à segunda edições do livro. Portanto, são características que ajudaram a reiventarmos a terceira edição.

Na parte nova do livro que é um comentário do próprio Clóvis Moura nas primeiras páginas, intitulado “Duas Palavras Necessárias”, Moura reposiciona e reafirma sua originalidade. Segundo ele seu livro foi “solitário” e “pioneiro”. Ao assumir esse lugar de pioneiro na exploração da temática, Moura está, indiscutivelmente, começando a construir uma memória de si e de sua obra.²⁹⁹ O autor afirmou que “*Rebeliões da Senzala*” veio, na época, colocar em discussão o tema das relações entre senhores e escravos em questão e que, a partir de seu estudo, outros trabalhos surgiram interpretando o escravo como um agente “coletivo”, assim como ele fez no livro “*Rebeliões da Senzala*”. Dentre os autores que adotaram sua perspectiva de análise, Moura destacou: Décio Freitas, José Alípio Goulart, Ariosvaldo de Figueredo, Suely Robles Reis de Queiroz, Martiniano José da Silva e Luís Luna.³⁰⁰ Todos esses autores, de um modo geral, teriam feito - segundo Moura - trabalhos parecidos com o seu, dedicando-se a questão da atuação dos escravos rebeldes. Moura ainda acrescentou no tópico “Duas Palavras Necessárias” que seu livro “*Rebeliões da Senzala*” teve apenas um mérito:

“(…) haver despertado não apenas a inteligência, mas a comunidade negra para o debate de um assunto/problema que era considerado tabu pelos historiadores e sociólogos acadêmicos, especialmente em consequência da herança da obra de Gilberto Freyre que apontava o Brasil como o paraíso da democracia racial, fruto e decorrência da benignidade inicial do nosso escravismo patriarcal, e, depois, das relações inter-étnicas democráticas surgidas após o 13 de maio.”³⁰¹

Esse é o primeiro momento em que Moura faz uma crítica direta e aberta a Gilberto Freyre e à tese da democracia racial. Antes disso, a crítica era sempre discreta, como ele fez na segunda edição de seu livro, quando afirmou que seu trabalho não teve a pretensão de “estudar as lutas dos escravos do ponto de vista de simpatia ou piedade para com os oprimidos, vistos através de uma ótica partenalista ou filantrópica”, fugindo, dessa forma, de interpretações “românticas”, que considerava ser “deformada” e “desfigurada”.³⁰² Portanto, na

²⁹⁹ MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala...* São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981. p. 11.

³⁰⁰ Idem. p. 12.

³⁰¹ Idem. p. 11-12.

³⁰² MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala...* Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1972. p. 20.

edição de 1981, a crítica ganhou contornos definidos, com a explicitação da herança interpretativa de Gilberto Freyre.

Já a quarta edição do livro “*Rebeliões da Senzala*” foi publicada pela editora Mercado Aberto, de Porto Alegre, em 1988.³⁰³ Ou seja, sete anos depois da terceira edição, quando Clóvis Moura completou sessenta e três anos de idade. Mais uma vez, o livro integrava uma coleção, intitulada “Série Novas Perspectivas”.³⁰⁴ Aqui vale dizer que o livro não sofreu mudanças significativas como na segunda edição, apresentando apenas uma nova introdução e alterações pontuais no corpo do texto.

A reedição aqui está certamente associada às comemorações do centenário da Abolição. Segundo o historiador Stuart B. Schwartz, neste período ocorreu uma grande mobilização por vários setores da sociedade no sentido de lembrar da abolição. Diversos eventos públicos e acadêmicos foram realizados, vários livros sobre a questão negra – com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) – foram publicados, e inúmeros “congressos” e “simpósios” ocorrem pelo país.³⁰⁵

Desde a publicação da terceira edição, Clóvis Moura já havia publicado mais sete títulos: “Argila da Memória” (2ª edição), em 1982; “Os Quilombos e a Rebelião Negra”, em 1981 (1ª e 2ª edição) e em 1983 (3ª edição); “Brasil: Raízes do Protesto Negro”, em 1983; “O

³⁰³ MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala...* Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1988.

³⁰⁴ Percebemos que a proposta da coleção Série Novas Perspectivas foi reunir obras que estivessem ligadas a prática de ensino em sala de aula. Vemos que a coleção possui livros com conteúdo de educação infantil, assim como, livros com conteúdo de Português, Literatura, Ciências e História. A coleção é composta por vinte e seis títulos: 1) *Leitura em Crise na Escola – as alternativas do professor*, vários autores; 2) *A Estrutura do Autoritarismo Brasileiro*, de José Antônio G. Tavares; 3) *A Produção Cultural para a Criança*, vários autores; 4) *Escravos e Senhores de Escravos*, de Décio Freitas; 5) *Leitura & Realidade Brasileira*, de Ezequiel Theodoro da Silva; 6) *Invasão da Catedral : literatura e ensino em debate*, de Lígia Chiappini M. Leite; 7) *Raça & Cor na Literatura Brasileira*, de David Brookshaw; 8) *Atualidade de Monteiro Lobato*, vários autores; 9) *Metodologia e Prática de Ensino da Língua Portuguesa*, de Luiz Carlos Travaglia, Maria Helena Santos Araújo, Maria Teonila F. A. Pinto; 10) *Materialismo Histórico e Crise Contemporânea*, de Otto Alcides Ohlweiler; 11) *Linguística Aplicada ao Ensino do Português*, vários autores; 12) *Palmares: a guerra dos escravos*, de Décio Freitas; 13) *Nordeste: a urbanização do subdesenvolvimento*, de Walnei Moraes Sarmento; 14) *A Educação Nacional*, de José Veríssimo; 15) *Ensino e Literatura no 2º Grau: problemas & perspectivas*, de Letícia Malard; 16) *Comunicação e Transição Democrática*, vários autores; 17) *Metodologia do Ensino de Ciências*, de George Hennig; 18) *Literatura Infanto-Juvenil : um gênero polêmico*, vários autores; 19) *A Escolarização do Leitor: a didática da destruição da leitura*, de Lilian Lopes Martin da Silva; 20) *Teorias Poéticas do Romantismo*, de Luíza Lobo; 21) *Alfabetização Sem Be-A-Bá*, de Maria Tereza Cardoso, Dolores Machado; 22) *Ideologia, Educação e Repressão*, de Nize Pellanda; 23) *Rebeliões da Senzala*, de Clóvis Moura; 24) *Negritude e Literatura na América Latina*, de Zilá Bernad; 25) *A Servidão Negra*, de Mário Maestri; 26) *Nova Narrativa épica no Brasil*, de José Hildebrando Dacanal. Pesquisamos trabalhos acadêmicos sobre a coleção “Série Novas Perspectivas”, mas infelizmente, não localizamos nenhum trabalho.

³⁰⁵ SCHWARTZ, Stuart B., op. cit., p. 21.

Negro no Mercado de Trabalho”, em 1986; “História de João da Silva”, em 1986; “Sociologia do Negro Brasileiro”, em 1988.³⁰⁶

Com exceção de “Argila da Memória” e “História de João da Silva”, que são de poesia, todos os outros títulos têm como temática a questão negra. Na década de 1980, Moura já era uma referência importante sobre a situação do negro no Brasil.

A editora Mercado Aberto também afirmou, na “orelha”, que o livro “*Rebeliões da Senzala*” veio contestar uma visão “parcial” do negro que por muito tempo foi defendida pela historiografia. A editora destacou que o livro desconstruiu a interpretação “a-histórica” do negro na sociedade, assim como desfez a ideia de “convivência harmônica” entre senhor e escravo.³⁰⁷ Ao final, acrescentou ainda:

“Obra fundamental da historiografia brasileira sobre a escravidão, *Rebeliões da Senzala*, nesta edição revista e definitiva, restituiu ao escravo negro o seu papel como elemento dinâmico que contribuiu para solapar as bases econômicas da sociedade que o engendrou.”³⁰⁸

Vemos, então, que nesta quarta edição a editora teve a preocupação em reafirmar que o livro de Moura trouxe um escravo “dinâmico” que ajudou a “solapar”, ou seja, abalar as bases do sistema econômico ao qual estavam submetidos. Mas o que mais nos chamou atenção nesta quarta edição foi a inclusão de um novo elemento que reinventa e legitima Clóvis Moura e sua obra. Na folha de rosto, logo após o título, aparece: “Clóvis Moura-sociólogo”. Tal informação não aparece em nenhuma das três edições anteriores. Ou seja, nesta quarta edição há um reconhecimento de seu trabalho e de sua trajetória, que o reinventa e autentica Moura como sociólogo. Pois com vimos no capítulo I, Moura não tinha diploma universitário.

Essa quarta edição também traz uma introdução nova, onde o autor mais uma vez realiza uma crítica clara e direta aos trabalhos que antecederam à primeira edição do livro “*Rebeliões da Senzala*”. Segundo Moura, ainda quando estava fazendo sua pesquisa para construir o livro, percebia que o problema da luta dos escravos não era um assunto muito

³⁰⁶ Cf. MOURA, Clóvis. *Argila da Memória*. 2ª ed. Teresina: Editora Corisco, 1982; MOURA, Clóvis. *Os Quilombos e a Rebelião Negra*. São Paulo: Editora Brasiliense, de 1983; MOURA, Clóvis. *Brasil: Raízes do Protesto Negro*. São Paulo: Editora Global, 1983; MOURA, Clóvis. *O Negro no Mercado de Trabalho*. São Paulo: Editora Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, 1986; MOURA, Clóvis. *História de João da Silva*. Teresina: Editora Corisco, de 1986; MOURA, Clóvis. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

³⁰⁷ MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*... Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1988.

³⁰⁸ Idem.

debatido, e quando evidenciado em algum trabalho, estava relacionado a movimentos “antiaculturativos”. Os movimentos eram vistos como “rejeição” do negro para com a cultura imposta pelo branco, e não como uma contestação do negro para com a sua condição de “escravo”, de “homem desumanizado”, de “coisa”.³⁰⁹

A referência aqui é sem dúvida aos trabalhos da corrente “culturalista” da década de 1930. Dentre os autores que se destacaram nesta época, Flávio Gomes, apropriando-se de uma interpretação de João José Reis, chamou atenção para estudiosos como Arthur Ramos e Edison Carneiro. Esses intelectuais, seguiam a interpretação de Nina Rodrigues, defendendo a tese de que os quilombos eram um “fenômeno contra-aculturativo”, ou seja, que a resistência estava relacionada à necessidade de manter viva a cultura africana.³¹⁰

Moura quis chamar atenção com essa crítica para o fato de que esses estudiosos, que seguiram Nina Rodrigues, deixaram transparecer em seus trabalhos que o “comportamento do escravo” era resultado de sua diferença cultural em relação à “civilização ocidental”. Desta forma, os trabalhos produzidos por esta “corrente” deixaram de mostrar a “dinâmica social” e permitiram uma interpretação de que, superando os problemas culturais entre negros e brancos, tudo poderia “se ajustar”.³¹¹

Por meio dessas reedições, e dos vários textos que as rerepresentavam, alguns de autoria do próprio Moura, "*Rebeliões da Senzala*" ia ganhando um lugar muito particular, o de pioneiro na produção de uma nova interpretação sobre o negro no Brasil, que objetivava entender o escravo como um “agente coletivo”, e não simplesmente como um “objeto histórico”.³¹²

III.3- O Escravo Atuante e Participativo no Livro “*Rebeliões da Senzala*”.

A questão agora é entender parte do conteúdo do livro “*Rebeliões da Senzala*”: como Clóvis Moura construiu no livro essa imagem, apontada por toda a historiografia como original, do escravo atuante e participativo no sistema escravista, ou seja, o escravo como “agente coletivo”. Vale ressaltar, no entanto, que não é nossa intenção fazer uma análise

³⁰⁹ MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*... Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1988. p. 09-10.

³¹⁰ GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas*... op. cit., p. 10-11.

³¹¹ MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*... Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1988. p. 10.

³¹² Idem. p. 29.

exaustiva de sua obra. Faremos apenas uma incursão em um capítulo do livro, “Participação do Escravo nos Movimentos Políticos”³¹³, com o objetivo único de observarmos como o autor constrói sua interpretação. Escolhemos este capítulo porque o consideramos importante na construção do livro. Seu esforço em mostrar, mesmo com fontes restritas, a participação dos escravos em movimentos que são classificados pela historiografia como movimentos de elite, merece toda a nossa atenção. Por fim, é importante destacar que nosso enfoque será nas duas primeiras edições, a de 1959 e a de 1972, já que é entre essas duas edições que as mudanças mais significativas ocorreram.

Vale lembrar que, “Participação do Escravo em Movimentos Políticos”, é o segundo capítulo nas duas edições do livro, vindo logo após de um capítulo introdutório, intitulado “Características Gerais”, onde Clóvis Moura fez uma síntese geral da história do Brasil colonial até o período abolicionista. Essa síntese foi toda construída com fontes bibliográficas, dentre elas, livros produzidos pela “geração de 1930” como, por exemplo, de Gilberto Freyre, de Sérgio Buarque de Holanda e de Caio Prado Jr, que eram aqueles consagrados pela historiografia nos anos de 1930 e 1940.

Percebemos que esse capítulo introdutório foi a primeira estratégia do autor para construir “*Rebeliões da Senzala*”. Utilizando o que havia de mais legítimo dentro da historiografia, ele construiu um capítulo de análise geral para atrair e preparar o leitor para a história que iria narrar ao longo do livro. História essa, que é resultado de uma pesquisa cuidadosa que o autor fez ainda na década de 1940.

No segundo capítulo, então, Moura começou a mostrar o resultado dessa pesquisa, através de recortes mais precisos dentro da história da escravidão. O objetivo do capítulo “Participação do Escravo nos Movimentos Políticos”, foi analisar a participação dos escravos em movimentos de caráter político, que foram organizados por outros setores da sociedade. A proposta em si é bastante original. Busca identificar a presença de escravos para além dos movimentos típicos, como os quilombos. Ou seja, Clóvis Moura quis mostrar que os mesmos foram importantes na composição e na dinâmica de vários movimentos insurrecionais ocorridos no Brasil entre o século XVIII e XIX.

Moura afirmou que a participação do escravo nesses movimentos estava relacionada a dois motivos: a “situação social” em que eles se encontravam e a “fácil aliciação” dos

³¹³ Este título do segundo capítulo da primeira edição sofreu alteração na segunda edição, passando a ser intitulado apenas “Os Escravos nos Movimentos Políticos”. Porém, gostaríamos de lembrar que tal alteração não comprometeu o sentido do capítulo.

mesmos. Dentre os movimentos analisados pelo autor estão: a Inconfidência Mineira de 1789; a Revolução dos Alfaiates de 1798; a Revolução Pernambucana de 1817; o movimento em Minas Gerais de 1820; o movimento da Bahia de 1823; e o movimento da Paraíba de 1874.³¹⁴ Na segunda edição do livro, tem ainda o acréscimo da Revolução Farroupilha, de 1835.³¹⁵

A participação de negros na revolução dos alfaiates não é assim tão estranha para nós, já que essa presença é destacada nos manuais didáticos da atualidade. Mas Moura traz neste capítulo a participação dos negros em movimentos em que não é tão óbvia a sua participação como, por exemplo, em movimentos de elite. E como ele fez isso? Tentando responder a essa questão, observamos que o autor buscou indicar para o leitor, através de fontes primárias e bibliográficas, que o negro esteve presente em todos eles, e sua participação foi chave no desenrolar dos acontecimentos.

Ao narrar esses movimentos políticos ocorridos no Brasil entre os séculos XVIII e XIX, percebemos outra estratégia utilizada por Moura: a escolha dos movimentos a serem analisados. Mesmo não deixando explícito para o leitor, percebemos que o autor procurou dividir o capítulo em dois blocos. No primeiro, Moura trouxe os movimentos mais conhecidos de grande público, como foi o caso da Inconfidência Mineira, de 1789; a Revolução dos Alfaiates, de 1798; e a Revolução Pernambucana de 1817. Já no segundo, vemos a opção do autor por movimentos menos conhecidos como, por exemplo, o caso do movimento de Minas Gerais, de 1820; o movimento da Bahia, de 1823; e o movimento da Paraíba, de 1874. Essa proposta feita por Clóvis Moura nos faz pensar que, possivelmente, o autor, num primeiro momento, estava preocupado em se aproximar de seu público, escolhendo movimentos mais famosos. Em seguida, já no segundo momento, propôs a mesma reflexão que fez para os movimentos mais conhecidos, para aqueles não tão conhecidos pelo senso comum. Em outras palavras, Moura quis conceber visibilidade, criar uma nova proposta de reflexão e trazer também para o primeiro plano, movimentos que foram menos dotados de atenção pela historiografia.

Sobre a Inconfidência Mineira, hoje há uma gama enorme de pesquisas. Desse modo, é possível afirmar que os principais motivos que levaram ao movimento, destacam-se: a derrama; e o desejo de independência. A derrama refere-se a cobrança de impostos atrasados, anunciada pelo, então governador da capitania, o Visconde de Barbacena. Por outro lado,

³¹⁴ MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala...* São Paulo: Edições Zumbi, 1959. p. 47-67.

³¹⁵ MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala...* Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1972. p. 57-86.

como destaca historiador britânico e brasilianista Kenneth Maxwell, existia também forte desejo por “abastados empresários” na conquista da independência e da instauração de um poder republicano, pois só assim, poderiam “proteger seus próprios interesses”. Mesmo Barbacena suspendendo a cobrança da derrama, em 1789, não foi suficiente para impedir o conflito.³¹⁶

Dentre aqueles que estiveram envolvidos na conspiração, a historiografia destaca hoje a presença expressiva de militares e religiosos. Dentre os militares os principais nomes foram: Francisco de Paula Freyre de Andrade (tenente coronel), José Alvares Maciel (comandante do regimento da cavalaria de Minas Gerais), Joaquim José da Silva Xavier (alferes) e Alvarenga Peixoto (ex ouvidor e coronel de milícias). Já entre os religiosos, destacam-se: José da Silva de Oliveira Rolim (padre) e Carlos Correia (vigário).³¹⁷

Este foi o primeiro movimento analisado por Moura na primeira edição de seu livro, cuja pesquisa já afirmamos foi realizada nos anos 40. Para além do fato de não contar com a vasta produção bibliográfica de que dispomos hoje, menor ainda era a produção de estudos sobre o papel dos negros escravos nesse movimento. Moura se ressentiu disso em seu texto, destacando essa ausência de trabalhos, e lança a hipótese de que sobre os escravos é possível supor que o papel deles foi como o de “aliados” e “fundamental” na maioria dos casos.³¹⁸ Temos que considerar que nesta época, demograficamente, Minas Gerais era das maiores capitâncias do Brasil. Kenneth Maxwell destacou que, em 1776, excluindo os índios, a população mineira girava em torno de trezentos mil habitantes. Deste total, mais de 50% da população era de negros.³¹⁹ Mesmo com a escassez de fontes e escrevendo mais de quarenta anos antes de Maxwell, Moura conseguiu encontrar vestígios, através dos Autos de Devassa, da participação dos escravos na Inconfidência Mineira. Embora não fazendo uma análise bem detalhada sobre o movimento, reconhecemos o seu esforço na busca por elementos para justificar sua hipótese: de que o escravo esteve presente e foi atuante no movimento.

O próprio uso dos Autos da Devassa já é bastante considerável. Ele expressa o esforço de Moura em buscar fontes que lhe permitissem identificar e analisar um pouco do comportamento dos escravos. Neles é possível encontrar alguns depoimentos de inconfidentes

³¹⁶ MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*. 6 ed. São Paulo: Editora Paz & Terra, 2005. p. 168.

³¹⁷ MAXWELL, Kenneth. Conjuração Mineira: novos aspectos. In: *Revista Estudos Avançados*, vol. 03, n.06. São Paulo: USP, 1989. Disponível na internet via: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141989000200002&script=sci_arttext. Acesso em 14/07/2013.

³¹⁸ MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala...* São Paulo: Edições Zumbi, 1959. p. 50.

³¹⁹ MAXWELL, Kenneth. Conjuração Mineira: novos aspectos... op. cit.

que viam os escravos como “material humano” importante, e que poderiam ajudar na luta contra a Coroa portuguesa. Nesses documentos, Clóvis Moura destacou, por exemplo, os depoimentos de José Alvares Maciel e Alvarenga Peixoto. Segundo consta nos Autos, José Alvares Maciel teria afirmado que o número expressivo de negros e escravos em relação ao número de brancos era um dado que precisava ser levado em consideração, já que qualquer revolução promovida pelos brancos poderia ter como contraste a rebeldia dos negros escravos. Já Alvarenga Peixoto “endossa”, segundo Moura, esse receio que se tinha com a revolta dos escravos. Peixoto teria dito que para o sucesso da inconfidência seria preciso, antes de tudo, abolir a escravidão.³²⁰ Com esses depoimentos, Clóvis Moura conseguiu mostrar que havia homens no movimento interessados em discutir a participação escrava e, ao mesmo tempo, serviu para o autor comprovar a participação expressiva do escravo no movimento mineiro de 1789.

Mas uma dúvida que nos incomodou foi como Clóvis Moura teria conseguido ter acesso aos Autos de Devassa, já que o autor não fez nem uma referência em nota de rodapé sobre a origem dos documentos. Recorremos, então, a segunda edição do livro na tentativa de encontrar alguma explicação. E, na edição de 1972, encontramos a resposta para a nossa dúvida. Nesta edição, o autor fez a referência. O livro citado foi “Terra do Brasil”, de 1939, do historiador e intelectual Afonso Arinos de Melo Franco. Esse livro é composto por duas partes: sendo a primeira uma “tentativa de fixar as ideias da inconfidência”, já que o movimento pareceu “um pouco abafado pelo peso inútil das excessivas minudências do método histórico simplesmente descritivo”, e a segunda refere-se a um curso professado pelo autor na cidade de Montevidéu, na Argentina, sobre História Econômica do Brasil.³²¹ Tal livro de Afonso Franco, citado na segunda edição, nos faz compreender que os Autos de Devassa, utilizados por Moura, vieram de uma fonte bibliográfica.

Percebemos também que a escassez de fontes sobre a participação do escravo na Inconfidência Mineira não comprometeu a análise de Clóvis Moura, pelo contrário, o autor diante dessa situação, estabeleceu um limite para a sua análise, deixando claro para o leitor que “na Inconfidência Mineira o papel dos escravos como reserva do movimento ainda não foi suficientemente estudado”.³²² Certamente, este posicionamento de Moura foi influência do

³²⁰ MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala...* São Paulo: Edições Zumbi, 1959. p. 50 e 51.

³²¹ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Terra do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. p. VII-VIII.

³²² MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala...* São Paulo: Edições Zumbi, 1959. p. 50.

diálogo que manteve com o amigo Caio Prado Jr. Clóvis Moura sabia dos limites que envolviam seu trabalho. Em uma carta datada de 1949, Caio Prado dizia que Moura, ao se dedicar as revoltas escravas no Brasil, não encontraria ao seu alcance – considerando que morava, à época, na região de Juazeiro (BA) – “fontes informativas convincentes”. Diante desta limitação, Caio Prado conclui: “você terá que realizar um esforço descomunal, e ele não alcançará com certeza o nível a que você aspira”.³²³

Sem dúvida, esse empenho em mostrar o escravo como “agente coletivo” caracterizou seu esforço analítico. Todos os outros movimentos abordados nesse mesmo capítulo trazem essa marca. O segundo movimento analisado foi a Revolução dos Alfaiates, ocorrido na Bahia, em 1798.

Segundo o historiador Luiz Carlos Villalta, que pertence a uma historiografia recente, este movimento foi diferente do ocorrido em Minas Gerais, pois a ideia de revolução se espalhou rapidamente, ultrapassando as “fronteiras das elites, atingindo a ‘gente ordinária’”. Entre os motivos que levaram ao movimento, Villalta destaca: os limites impostos pelo sistema colonial, que impedia a “acumulação da camada senhorial”; e a circulação das ideias liberais da França, aumentando o “repúdio à exploração colonial”. Ainda em 1797, a parcela mais pobre da população como multatos, artesãos e ex-escravos, já tinham a ideia de criar um movimento para instalar uma república, que pudesse garantir a igualdade.³²⁴

Para este movimento, Moura contou com um número maior de fontes, tanto primárias como bibliográficas. Como fontes primárias destacam-se as Cartas do Senado (1673-1684). Já como fontes bibliográficas destacam-se: o clássico “História Geral do Brasil”, Tomo V, publicada na década de 1850, do historiador Francisco Adolfo de Varnhagen; “A Inconfidência Baiana de 1798. In: *Seiva*”, de 1951, do historiador sergipano Aluísio Sampaio; “A Primeira Revolução Social Brasileira – 1798”, de 1951, do historiador e jornalista baiano Afonso Ruy de Souza. Vemos que Moura está usando um livro que por muito tempo foi considerado um “referencial”, como é o caso de “História do Brasil” de Varnhagen. Embora muito criticado a época dos “primeiros historiadores republicanos”, foi a primeira obra produzida por um cidadão brasileiro sobre a história da nação.³²⁵ Já os outros trabalhos, como o de Aluísio Sampaio e Afonso Ruy, são mais atuais dentro da historiografia de seu tempo e

³²³ Carta de Caio Prado Júnior, 08/03/1949. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).

³²⁴ VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808 – O Império Luso-Brasileiro e os Brasis*. São Paulo: Editora Companhia da Letras, 2000. p. 99-102.

³²⁵ GONTIJO, Rebeca, op. cit. p. 235.

também mais específicos sobre Inconfidência Baiana. Não tivemos acesso ao trabalho de Aluísio Sampaio, mas sobre o livro de Afonso Ruy vimos que também foi uma referência sobre o tema. De acordo com uma nota dos editores na segunda edição, a bibliografia sobre Inconfidência Baiana era pequena, sendo o livro de Afonso Ruy, “o principal título” sobre o assunto, pois “representa a reconstituição notável do acontecimento, desde suas origens, com a preparação da revolta, a trama imaginada e desenvolvida, os principais participantes, a documentação que ficou, até a condenação dos cabeças à morte.”³²⁶ Essas fontes, tanto primárias como bibliográficas, que eram as principais referências da época, ajudaram Moura a contextualizar o movimento.

Através do livro de Francisco Varnhagen, Clóvis Moura cita alguns trechos que caracterizam o movimento como sendo mais socialista em relação a Inconfidência Mineira. Em um desses trechos, por exemplo, Moura destacou que a maior participação dos “componentes” eram de libertos, escravos e pardos, mesmo sendo um movimento que teve a sua origem entre os membros da intelectualidade.³²⁷

Já com o trabalho de Aluísio Sampaio, Moura explicou como foi a atuação dos intelectuais no desenrolar desse movimento. Moura chamou atenção, por exemplo, para uma sociedade secreta formada por esses letrados, conhecida como “Cavaleiros da Luz”, que se reuniam regularmente para discutir, a partir de ideias liberais da França, a situação política econômica da Bahia, que nesse momento não era muito favorável. E para mostrar essa situação da Bahia, Moura lançou mão das Cartas do Senado (1673-1684). Em uma dessas cartas, o autor destacou um trecho que dizia “fazemos manifestos a Vossa Alteza do miserável estado deste povo pelas muitas cargas e opressões que em tempo tão cansado carregam sobre a fraqueza de seus tenuíssimos cabedais”.³²⁸ Tal trecho nos faz refletir sobre o apelo desesperado de um povo carente e com desejo de mudança.

Moura continuou narrando esse evento mostrando a repercussão que ele causou na sociedade baiana. Para isso, o autor retoma ao trabalho de Aluísio Sampaio que destacou alguns manuscritos que mostram cinco itens defendidos pelos revolucionários. São eles: a “independência da capitania”; o “governo republicano”; a “liberdade de comércio”; o “soldo

³²⁶ SOUZA, Afonso Ruy. *Primeira Revolução Social Brasileira (1798)*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1978. p. 02.

³²⁷ MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala...* São Paulo: Edições Zumbi, 1959. p. 52.

³²⁸ Idem. *Ibidem*.

de 200 reis por dia” para os soldados; e a “libertação dos escravos”.³²⁹ Vemos que aqui o autor chegou num ponto importante de sua análise. Ao apresentar as propostas defendidas pelos revolucionários, ele consegue deixar evidente que uma delas era específica para atender as exigências dos escravos. Nesse momento de seu texto, o autor começou a demonstrar que a participação escrava foi expressiva no movimento.

Para dar conta de tal demonstração, o autor buscou informações no contra ataque do governo, observando como ocorreu a condenação dos revolucionários. Nesse contra ataque, Moura destacou que quase todos os presos eram de origem popular. Resumindo as informações em dados estatísticos – para deixar visível para o leitor o expressivo número de negros e escravos - Moura afirmou que “do total de presos quatorze eram pardos fôrros ou livres; nove eram pardos escravos; um era negro escravo e dez eram brancos”. E além disso, “entre os suspeitos, treze eram pardos livres ou fôrros; um era negro e um branco”.³³⁰ Em outras palavras, o que esse trecho nos diz é que juntando negros fôrros e escravos , o número era bem maior do que o de condenados brancos.

Ao narrar a Revolução dos Alfaiates e ao destacar o número de presos, percebemos que o esforço de Clóvis Moura esteve voltado em dois pontos importantes: o primeiro foi deixar claro para o leitor que o movimento partiu de um grupo elitizado, concentrado na intelectualidade; e o segundo foi mostrar que este mesmo movimento ganhou a participação de grupos populares, dentre eles, de escravos e fôrros.

Além da Inconfidência Mineira e da Revolução dos Alfaiates, a revolução de Pernambuco de 1817, um movimento também liderado pela elite, que pretendia a instalação da república pernambucana, contou com a participação escrava. Segundo o historiador Luiz Geraldo Santos da Silva, também de uma historiografia recente, neste movimento, “amplos setores da sociedade pernambucana e das demais províncias do Norte ensejaram uma separação radical da monarquia portuguesa”. Os revolucionários pernambucanos defendiam um ideal de liberdade, e tinham inspiração nos modelos presentes em outras nações republicanas da América como, por exemplo, dos Estados Unidos.³³¹

Para essa revolução, Moura está basicamente apoiado, na primeira edição, em duas fontes bibliográficas: “O Abolicionismo”, de Joaquim Nabuco e “O Conde dos Arcos e a

³²⁹ MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala...* São Paulo: Edições Zumbi, 1959. p. 55.

³³⁰ Idem. p. 56.

³³¹ SILVA, Luiz Geraldo Santos da. O Averso da Independência: Pernambuco (1817-24). In: MALERBA, Jurandir. *A Independência Brasileira - Novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 344 e 366.

Revolução de 1817”, de Sebastião Pagano. O primeiro livro, de Joaquim Nabuco, apareceu pela primeira vez em 1883, e ainda hoje é considerado um clássico. Escrito como “um programa político a ser elaborado, divulgado e, logicamente, implementado por um grupo favorável à ideia de apressar a extinção do trabalho servil no Império”. Em outras palavras, livro que apresentou a “necessidade e a urgência da extinção do cativo”.³³² O outro livro utilizado por Moura, de Sebastião Pagano, também é outra referência. Este livro procurou abordar como tema central “um episódio da vida de um estadista – o Conde dos Arcos e a Revolução de 1817”.³³³ O que estamos percebendo é que Clóvis Moura tinha domínio da historiografia brasileira, e procurava lançar mão de seus principais nomes.

Do livro de Joaquim Nabuco, Moura transcreveu uma fonte utilizada pelo autor, onde o governo se mostrava indignado com uma das propostas do movimento: a emancipação dos escravos. Tentando acalmar a população da época, o governo prometeu controlar a situação, colocando um fim na revolta.³³⁴

O controle da revolta é narrado por Sebastião Pagano, que destacou a repressão violenta empreendida pelo Conde dos Arcos para por fim ao movimento. Mas ao utilizar esta fonte bibliográfica, Moura mais uma vez chamou atenção para um dado importante que nela aparece de forma discreta e que, por isso, pode passar despercebida pelos leitores: o número de escravos mortos na repressão. Segundo consta no livro de Pagano, foram “inúmeros” os escravos condenados ao fuzilamento.³³⁵ Mesmo não informando o número exato de escravos mortos que, certamente, não foram poucos, Clóvis Moura está insistindo em apresentar fontes com dados numéricos, o que não nos deixa dúvida que foi sua estratégia para convencer o seu leitor da presença e da participação escrava.

Após destacar a Revolução Pernambuco de 1817, Moura segue o seu texto destacando uma revolta ocorrida em Minas Gerais, em 1820, pouco antes da independência do Brasil. Segundo um historiador atual, Wlamir Silva, o movimento de 1820 consistiu em uma disputa política entre liberais e o governo. Após a Revolução do Porto, no mesmo ano, teria reacendido a “chama liberal na capital da província”. Isso significa que os liberais buscavam um “caminho autônomo”, um governo próprio. Por outro lado, Manuel de Portugal e Castro,

³³² Introdução de Izabel A. Marson e Célio R. Tasifano. In: NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003. p. 12-13.

³³³ PAGANO, Sebastião. *O Conde dos Arcos e a Revolução de 1817*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. p. 05.

³³⁴ MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala...* São Paulo: Edições Zumbi, 1959. p. 58-59.

³³⁵ Idem. p. 60.

então governador da Província, com apoio das autoridades civis e eclesiásticas, negava a necessidade de se criar um governo novo.³³⁶

A agitação que tomou conta da Província mineira fez com que D. Pedro fosse obrigado a tomar uma atitude para conter o avanço da oposição. Não vendo outra alternativa, percebeu a necessidade de mudar o poder. Então, em 1821, os liberais elegeram um novo governo. Manuel de Portugal e Castro foi reeleito, porém, com um vice liberal, o político José Teixeira da Fonseca de Vasconcellos. Isso nos mostra que mesmo com um caráter mais liberal, o governo continuou intervindo no novo modelo político.³³⁷

Para dar conta desse movimento, Clóvis Moura utilizou uma única fonte: o livro “A Escravidão no Brasil”, de João Dornas Filho, de 1939, que infelizmente não conseguimos ter acesso. Deste livro, Moura destacou um depoimento do líder do movimento: Argoins, um negro de amplas posses. Essa fonte, destacada por João Dornas Filho e utilizada por Moura, mostra como o líder defendia a revolução. Dentre sua fala, destaca-se que o negro, com a nova Constituição, que seria proposta pelo governo provisório, deveria igualar-se ao branco; e que deveriam ser mortos todos aqueles que fossem contra os ideais da revolução.³³⁸

Moura não avança muito neste movimento, dedicando apenas dois parágrafos a ele. Mas não deixa de destacar o número expressivo de partipantes escravos. Ainda baseando-se no livro de João Dornas Filho, apresenta uma estimativa de mais de quinze mil adeptos ao movimento. Aqui, mais uma vez, vemos Moura lançando mão de sua estratégia, ou seja, convencendo seu leitor com dados estatísticos de que a participação escrava nesse movimento também foi significativa.

Continuando sua análise sobre movimentos ocorridos próximo a independência, Moura também destacou a participação escrava em um ocorrido em 1823, na Bahia. Vale lembrar que a Bahia se diferenciou um pouco de outras províncias como, por exemplo, a do Rio de Janeiro e a de Pernambuco, que lutavam contra as “tendências centralizadoras da corte entre 1817 e 1824”. Segundo o historiador Hendrik Kraay, a Bahia não havia produzido, até aquele momento, um projeto “político exaltado ou federalista” muito claro.³³⁹

³³⁶ SILVA, Wladimir. Autonomismo, Contratualismo e Projeto Pedrino: Minas Gerais na Independência. In: *Revista História Regional*, vol. 10, n. 01. Paraná: Editora UEPG, 2006. Disponível na internet via: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2206/1686>. Acesso em: 31/07/2013. p. 60-61.

³³⁷ Idem 63-64.

³³⁸ MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala...* São Paulo: Edições Zumbi, 1959. p. 62-63.

³³⁹ KRAAY, Hendrik. Muralhas da Independência e Liberdade do Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-25). In: MALERBA, Jurandir. *A Independência Brasileira - Novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 309.

Em 1820, a Bahia também aderiu ao regime constitucional. Após conflitos rápidos entre constitucionalistas e monarquistas, foi estabelecida uma junta provisória composta, em maior parte, pelos constitucionalistas. Mas, o momento de maior agitação aconteceu em 1822, quando o governo decidiu substituir o brigadeiro Freitas Guimarães pelo coronel Inácio Madeira de Melo, que era contra o regime constitucional.³⁴⁰

A guerra, então, estava formada. Kraay lembra ainda que neste momento a sociedade baiana ficou dividida em três grandes blocos: um formado por portugueses constitucionalistas; um formado por “baianos ricos”; e um terceiro, formado por “classes menos abastadas”, onde estão os escravos. O conflito durou até 1823, quando o Exército Pacificador, comandado nesta época pelo coronel Joaquim José de Lima e Silva, cercou a cidade de Salvador. Não vendo outra alternativa, o general Madeira de Melo, reirou-se da Bahia.³⁴¹

Esse episódio baiano serviu para que os escravos tomassem consciência de sua importância. Segundo Kraay, depois de 1823, os senhores de engenho não ficaram numa situação confortável. Pelo contrário, tiveram que “restaurar sua autoridade” diante da população de escravos que, neste momento, já sabia de sua força.³⁴²

O movimento baiano, assim como aconteceu com os outros, não foi narrado com detalhes por Clóvis Moura, apenas brevemente citado. O autor contou apenas com o apoio de duas fontes bibliográficas: o livro “Antologia do Negro Brasileiro”, de Edison Carneiro, de 1950; e o livro “O Negro na Bahia”, de Luís Vianna Filho, de 1946.

O livro de Edison Carneiro foi e ainda hoje é uma referência importante sobre a história do negro no Brasil. Classificando seu livro como uma “crônica da longa, difícil e árdua luta do negro”, Carneiro afirmou que a coletânea dos mais de cem autores nacionais e internacionais que reuniu no livro, contribuiu para “provar que os negros e mulatos brasileiros estão unidos com todo o povo na defesa da democracia, sem abdicar de sua qualidade de brasileiros, de parte integrante da nacionalidade”.³⁴³ Não menos importante foi o livro de Luís Vianna Filho, considerado uma “contribuição de importância capital para o estudo do problema da formação étnica do Brasil”.³⁴⁴ Segundo Vianna, quando publicou o seu livro,

³⁴⁰ KRAAY, Hendrik, op. cit., p. 312 e 314.

³⁴¹ Idem. p. 317.

³⁴² Idem. p. 322-323.

³⁴³ CARNEIRO, Edison. *Antologia do Negro Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2005. p. 07-11.

³⁴⁴ Orelha do livro escrita por Américo Jacobina Lacombe. In: VIANNA FILHO, Luís. *O Negro na Bahia*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988.

ainda eram “poucos os estudos sobre o assunto”, que mostrassem através de pesquisas em arquivos a contribuição do negro na história do país.³⁴⁵

Do livro de Edison Carneiro, Moura utilizou uma carta de 1824, de um escravo que participou do Exército Pacificador e teve sua liberdade conquistada. Nesta carta, ficou evidente que alguns escravos que apoiaram a independência foram beneficiados com a liberdade.³⁴⁶ Sabemos que não foram muitos. Mas o esforço de Clóvis Moura aqui foi, como não poderia ser diferente, deixar explícita a participação do escravo neste movimento. Esse empenho do autor também pode ser visto quando ele traz uma passagem do livro Luís Vianna Filho, que mostra que no recrutamento para o Exército, era expressivo o número de homens de “cor”. Ao trazer a presença do negro e do escravo, mesmo através de fontes bibliográficas, mostra como Clóvis Moura teve a preocupação de comprovar os seus argumentos e dar sustentação ao seu objetivo. Como assinalou Kraay recentemente, poucas fontes mostram a participação da camada popular neste movimento. Segundo ele, a única fonte que oferece algumas “pistas” sobre essa participação foi um inquérito de 1822, das lutas ocorridas em decorrência do general Madeira de Melo. Nessa fonte, Kraay afirmou que aparecem “testemunhas” que concordam que, entre os patriotas, estavam presentes pretos, pardos e escravos.³⁴⁷ Fonte esta que, certamente, Clóvis Moura não teve acesso.

O último movimento analisado por Moura na primeira edição do livro foi um ocorrido na Paraíba, em 1874. Como nos mostra a historiografia de hoje, este movimento teve um caráter mais popular e a presença escrava foi mais nítida. O movimento, que também ficou conhecido na história como Quebra-Quilos teve sua origem na cidade de Campina Grande, depois que o governo adotou um novo sistema métrico-decimal. Acreditando se tratar de um novo imposto, um grupo composto por “agricultores pobres, artesãos, feirantes e desocupados” se reuniram para protestar na cidade. Aproveitando o calor da confusão, os escravos também se uniram para protestar e reivindicar a sua liberdade. Ameaçado, o presidente da câmara, Bento Gomes Pereira Luna refugiou-se com sua família em um sítio próximo a cidade de Campina Grande. Refúgio este que logo foi descoberto. Um grupo liderado pelos negros Firmindo e Manoel do Carmo invadiram a residência, fazendo todos prisioneiros. Mesmo colocando as forças políticas da época em situação bastante complicada,

³⁴⁵ VIANNA FILHO, Luís. *O Negro na Bahia*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988. p. 19.

³⁴⁶ MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala...* São Paulo: Edições Zumbi, 1959. p. 64.

³⁴⁷ KRAAY, Hendrik, op. cit. p. 314.

os escravos não conseguiram alcançar seu objetivo, que era a liberdade. Depois do episódio, muitos fugiram para as matas formando quilombos.³⁴⁸

Tal movimento que acabamos de contextualizar através do trabalho do historiador Luciano Mendonça de Lima, não teve sua história narrada de forma muito diferente por Clóvis Moura. Ele cita apenas um livro como referência, “Insurreições Negras no Brasil”, de 1935, de Aderbal Jurema. Este livro, segundo o próprio Aderbal Jurema, foi uma tentativa de “demonstrar que o negro brasileiro não foi, não é, e jamais será um elemento incapaz de reagir contra qualquer forma de opressão”. Ou seja, “desde a fuga isolada até as revoltas em massa ele sempre se mostrou um rebelado contra o cativoiro”.³⁴⁹ Moura, através desse livro, destacou a presença do escravo no movimento. Embora não tenha contado com dados estatísticos, tão utilizado para narrar os outros movimentos, o autor não deixou de mencionar a liderança de Manoel do Carmo na condução do movimento contra o presidente do Conselho Municipal, Bento Luna, nem mesmo deixou de destacar que o movimento paraibano ganhou contorno mais substancial quando o escravo se insere nele.³⁵⁰

Vale lembrar que todos esses movimentos que acabamos de analisar, também estão presentes na segunda edição do livro. Mas como já observamos neste capítulo, a edição de 1972, passou por consideráveis mudanças. Essas mudanças consistiram em novas fontes primárias e também bibliográficas utilizadas pelo autor. Isso comprova que, para a segunda edição, Moura fez novas leituras, aperfeiçoando o seu texto. Mas não é nossa intenção aqui pontuar todas essas mudanças ocorridas, até porque nosso objetivo é verificar como o escravo atuante e participativo apareceu no texto de Moura. Diante disso, escolhemos analisar apenas uma mudança, que consideramos a mais importante na edição de 1972, em relação ao capítulo que estamos analisando. Trata-se da inserção da Revolução Farroupilha, de 1835. Como é um movimento novo acrescentado pelo autor, e ocorrido no sul do país, merece ser analisado com mais atenção. Vale lembrar que este movimento foi liderado também pela elite, mas em que a presença escrava também se fez muito presente. Como lembrou a historiadora Margaret

³⁴⁸ LIMA, Luciano Mendonça de. Sombras em Movimento: os escravos e o Quebra-Quilos em Campina Grande. In: *Revista Afro-Ásia*, edição 31. Salvador: Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2004. Disponível na internet via: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n31_p163.pdf. Acesso em: 31/07/2013.

³⁴⁹ JUREMA, Aderbal. *Insurreições Negras no Brasil*. Recife: Edições da Casa Mozart, 1935. p. 09.

³⁵⁰ MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala...* São Paulo: Edições Zumbi, 1959. p. 65-67.

Marchiori Bakos, no recrutamento de homens para compor as tropas do exército farroupilha o destaque era para “solteiros, entre 18 e 35 anos, brancos, pardos, índios e pretos libertos.”³⁵¹

Não fica claro os motivos que levaram Clóvis Moura a inserir a Revolução Farroupilha na segunda edição do livro “*Rebeliões da Senzala*”. Mas acreditamos que a influência de alguns intelectuais pode ter contribuído na sua decisão. Caio Prado Jr, em 1952, lamentou não ver contemplado no estudo de Moura “o movimento abolicionista aqui no sul do país”, mais especificamente, da região de São Paulo.³⁵² Não há dúvida que Caio Prado estava se referindo mais a região sudeste. Mas, de qualquer forma, sua sugestão, certamente, levou a Moura a refletir sobre o assunto, levando o mesmo a olhar com mais atenção para as outras regiões do Brasil.

Outra influência possível pode ter vindo dos intelectuais da “escola paulista”. Mesmo não possuindo nem uma nota referente aos intelectuais paulistas neste capítulo, temos que considerar que, no momento, eram eles que dominavam a historiografia. Como vimos no capítulo II, os trabalhos de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni, eram destaque na historiografia brasileira na década de 1960. Nos estudos desses intelectuais, a escravidão na região sul se tornou o principal alvo de análise. A formação da sociedade escrava e a situação do negro em regiões como Porto Alegre, Pelotas, Florianópolis, Curitiba e Paraná fizeram parte do campo de estudo desses pesquisadores paulistas.

A Revolução Farroupilha, ocorrida entre os anos de 1835 e 1845, teve diversas causas. Uma dessas causas apontadas pela historiografia recente foi em decorrência de problemas políticos-administrativos provocados, principalmente, pelo aumento de impostos e a concorrência do charque uruguaio. A Revolução Farroupilha se caracterizou pelo conflito organizado pela elite da região como, por exemplo, “charquadores, comerciantes e representantes da cúpula militar”, que tinham o objetivo de proclamar a República Rio-Grandense.³⁵³

Para essa passagem inédita na edição de 1972, Moura conseguiu mostrar para o leitor, apenas através de fontes bibliográficas, que não foi somente nos movimentos políticos

³⁵¹ BAKOS, Margaret Marchiori. A Escravidão Negra e os Farroupilhas. In: DACANAL, José Hildebrando (org.) e outros. *A Revolução Farroupilha: história & interpretação*. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1985. p. 90 e 93.

³⁵² Carta de Caio Prado Júnior, 21/07/1952. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).

³⁵³ DORNELLES, Laura de Leão. Guerra Farroupilha: considerações acerca das tensões internas, reivindicações e ganhos reais do decênio revoltoso. In: *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, vol. 2, n. 04. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010. p. 169. Disponível na internet via: http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.GuerraFarroupilha.pdf. Acesso em: 07/08/2013.

do Nordeste que os escravos tiveram participação ativa. Moura chamou atenção para o sul do país, que também foi palco de revoltas, desconstruindo com a ideia de que a escravidão não teria existido na região sul. Para termos uma noção sobre a falta de estudos sobre a participação do escravo na região em questão, recorremos a interpretação do historiador Mário Maestri. Segundo ele, que escreveu no final da década de 1970, ainda há poucos trabalhos produzidos sobre o “papel determinante” do escravo no Rio Grande do Sul, “fora raras exceções”, os escravos não foram pensados “mais que referências e indicações circunstanciais”.³⁵⁴

Dentre o trabalhos que serviram de referência para Clóvis Moura destacam-se: “História da República Rio-Grandense”, de Dante de Laytano, de 1936; e “Mi Lucha por la Libertad en América y Europa”, de Giuseppe Garibaldi, de 1944. Todos já publicados a época da primeira edição. O livro de Dante de Laytano, por exemplo, começou a ser produzido ainda em 1934, num curso oferecido pela Rádio Sociedade Gaúcha. O livro foi escrito numa “linguagem popular”, ou seja, sem “artifícios literários”. A preocupação apenas foi em “ocupar um lugar que está, há muitos anos, vago na bibliografia gaúcha: síntese do movimento de 1835”.³⁵⁵ Não tivemos acesso ao livro de Giuseppe Garibaldi, mas pelo título, podemos perceber que se trata de uma análise do autor em relação a sua luta pela liberdade política e econômica.

Com as fontes bibliográficas utilizadas, Moura afirmou que a Revolução Farroupilha, ocorrida no Rio Grande do Sul, em 1835, tinha o ideal antiescravista bem explícito e contou com a participação dos escravos como soldados do movimento, que lutavam pela libertação de seu estado, e não simplesmente para reagir à violência da escravidão.³⁵⁶

Com o trabalho de Dante Laytano, Moura consegue deixar explícito a composição demográfica do Rio Grande do Sul no ano que o ocorreu a Revolução Farroupilha. Segundo um dado destacado por Laytano, e utilizado por Moura, no ano de 1835, a população negra girava em torno de 100.000 habitantes.³⁵⁷ Como esse dado apresentado, Moura não deixou de lado a estratégia utilizada para construir a primeira edição. Pelo contrário, continuou buscando dados numéricos e estatísticos para chamar atenção da presença escrava. Ainda utilizando o

³⁵⁴ MAESTRI FILHO, Mário José. *Quilombos e Quilombolas em Terras Gauchas*. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST e Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1979. p. 67.

³⁵⁵ LAYTANO, Dante. *História da República Rio-Grandense (1835-1845)*. 2 ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 1983. p. 11.

³⁵⁶ MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala...* Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1972. p. 80-82.

³⁵⁷ Idem. p. 81.

mesmo autor, Moura destacou uma passagem em que Laytano observou que os revolucionários não viram os negros apenas como “mercenários e passivos”, mas também como aliados que poderiam muito contribuir para o sucesso do movimento.³⁵⁸

Para enfatizar a participação do escravo na Revolução Farroupilha, Clóvis Moura continuou lançando mão de outros dados estatísticos levantados por Laytano. Em outro momento da narração, Moura afirmou que o escravo esteve presente desde que Porto Alegre foi tomada pelas tropas comandadas por Bento Gonçalves. Utilizando o depoimento de uma testemunha – que não teve o nome informado por Moura – aparece o número de trezentos a quatrocentos escravos envolvidos na causa, na cidade de Pelotas.³⁵⁹

Do do trabalho de Giuseppe Garibaldi, “Mi Lucha por la Libertad”, Moura extraiu uma informação importante, que reforça seu argumento central que é mostrar a participação ativa do escravo. Moura destacou a participação do negro escravo também na Marinha. Num primeiro momento, pode parecer estranho pensarmos na existência de uma Marinha. Mas o que Moura está entendendo por Marinha, nada mais é do que alguns “lanchões armados”, que eram tripulados por ex escravos, e que fez parte da “pequena frota farroupilha”.³⁶⁰ Entendemos que aqui a autor está demonstrando que o negro escravo tinha uma função importante dentro movimento, não sendo apenas um número para apoiar os farrapos.

Sem mais delonga, percebemos analisando o capítulo “Participação do Escravo nos Movimentos Políticos”, que Clóvis Moura fez um grande esforço, mesmo com a escassez de fontes, de mostrar o escravo como “agente coletivo”, participando de movimentos políticos organizados, em sua maioria, pelas elites. Além disso, percebemos também que o autor conseguiu mostrar que a independência do Brasil foi sustentada pelos escravos, ou seja, foram através de sua força e participação que os movimentos ganharam uma proporção maior, incomodando as autoridades da época. Esse nosso posicionamento se confirma, em parte, com uma crítica feita pelo próprio Clóvis Moura em relação ao seu trabalho no ano de 2003. Segundo ele, sua contribuição nos estudos sobre o negro no Brasil foi demonstrar que eles não foram apenas “material de estudo como vinha sendo feito, mas agentes ativos, com um passado radical e dinâmico e especialmente como construtores da nação brasileira”. Ainda na mesma crítica, Moura afirmou que “*Rebeliões da Senzala*” se tornou pioneiro porque mostrou

³⁵⁸ MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala...* Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1972. p. 82.

³⁵⁹ Idem. *Ibidem*.

³⁶⁰ Idem. p. 83.

o “dinamismo do negro escravo não apenas construindo, mas também exigindo e reivindicando direitos para formar uma sociedade justa...”³⁶¹

³⁶¹ MOURA, Clóvis. Um Breve Depoimento. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de (org.). *O Negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura*. Maceió-AL: Editora da Universidade Federal de Alagoas - EDUFAL, 2003. p. 13-14.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

“O que surpreende é como certos escritores e cientistas sociais diante desta história cheia de choques e assimetrias procurem descrever a nossa história social como idílica. Este processo de antagonismos entre senhor e o escravo com interesses e papéis sociais antagônicos foi a tese central do livro.”
Clóvis Moura³⁶²

De acordo com a epígrafe, fragmento de um depoimento de Clóvis Moura aos setenta e oito anos de idade, seu objetivo com o livro *“Rebeliões da Senzala”* foi conhecer a história social através dos “antagonismo entre senhor e o escravo” rompendo, dessa forma, com trabalhos que visavam apenas descrever a nossa história de uma forma “idílica”, ou seja, branda e suave.

Moura não cita nomes, mas fica claro para nós que o autor, neste depoimento, está fazendo uma crítica direta a Gilberto Freyre. Como vimos no segundo capítulo deste trabalho, Moura não seguia a linha interpretativa de Freyre, um dos representantes da “geração de 1930”, que via a relação entre senhor e escravo de forma harmoniosa. Alguns estudiosos como, por exemplo, Mário Maestri, o considerou o antípoda de Freyre. Outros estudiosos contemporâneos o consideraram como pioneiro. Isso porque além de romper com a proposta freyriana, não seguia também a corrente “culturalista” da escola de Nina Rodrigues, que via a revolta escrava como forma de manter viva a cultura africana. Clóvis Moura foi considerado um precursor na corrente “materialista”. Mostrou através de sua pesquisa empírica o escravo com um “agente coletivo”, que não ficou calado diante de sua condição. Pelo contrário, viu o

³⁶² MOURA, Clóvis. Um Breve Depoimento. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de. (org.). *O Negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura*. Maceió: EDUFAL, 2003. p. 11.

escravo como aquele que lutou contra toda a violência sofrida em cativeiro. Essa afirmação pode ser confirmada, em parte, pelo próprio Moura. Em outro trecho do depoimento ele diz:

“(...) procurei demonstrar o papel dos agentes sociais oprimidos, mesmo derrotados, o que vem negar a história como uma história de vencidos. Os vencidos são os vencedores da história porque eles, mesmo derrotados estabelecem as mudanças”.³⁶³

Essa proposta interpretativa de Moura pode ser conferida em todo o livro. Procuramos verificar parte dela no terceiro capítulo desta dissertação, quando analisamos o capítulo “Participação do Escravo nos Movimentos Políticos”, onde comprovamos o esforço de Moura, que, mesmo com poucas fontes, mostrou o escravo como agente atuante e participativo dentro movimentos políticos organizados, em sua maioria, pelas elites. Todavia, vale ressaltar que o livro conta ainda com mais onze capítulos que completa o objetivo central do autor, trazendo uma investigação da participação do escravo em diferentes revoltas ocorridas no nordeste brasileiro. Na segunda edição, vale destacar que além de todos esses capítulos existentes na primeira edição, Clóvis Moura inseriu quatro novos.

* * *

Nesta dissertação fizemos um estudo de história intelectual. Procuramos analisar parte da trajetória de Clóvis Moura, e da história de construção e publicação do livro “*Rebeliões da Senzala*”. Em outras palavras, realizamos um trabalho que consistiu não apenas em apresentar o conteúdo da obra, mas também identificar o “campo” de produção e a conjuntura em que ela foi produzida. Nossa intenção, em síntese, foi ter uma visão mais ampla do livro e das várias releituras de que ele foi alvo.

Começamos a análise com as homenagens póstumas a Clóvis Moura. A morte para nós foi o ponto de partida e um elemento chave para entender quem foi Moura. Através do que foi possível recuperar de sua atuação do Movimento Negro e no Partido Comunista Brasileiro, constatamos que após sua morte ocorreu uma tentativa, por parte desses grupos, de “institucionalizar” o seu nome, através da divulgação e da celebração de uma memória. Essa memória está fundada na imagem de um intelectual importante nos estudos sobre o negro no Brasil e que, portanto, deveria ser reconhecido e valorizado.

³⁶³ MOURA, Clóvis. Um Breve Depoimento...op. cit., p. 12.

Logo, nosso primeiro esforço foi o de analisar a produção dessa memória “institucionalizada”, para não correremos o risco de a reproduzirmos ingenuamente. Em seguida, procuramos conhecer o homem real, que se construiu ao longo do tempo. Em outras palavras, estávamos interessados no outro lado de Clóvis Moura. Vimos, através de suas raízes, um homem simples. Nascido em Amarante (PI), numa família de classe média, Clóvis Moura e os irmãos tiveram uma vida comum. Viveram alguns anos em Natal, um ano em Salvador, até se mudarem, em 1942, para Juazeiro (BA). Foi lá, em Juazeiro, que Moura começou a estreitar seus laços de amizade - de forma muito curiosa para os padrões atuais - com intelectuais já consagrados, e a escrever o livro “*Rebeliões da Senzala*”, ainda bem jovem, aos vinte e três anos de idade. Livro este que se tornaria um clássico da historiografia alguns anos mais tarde. Ainda que não tenha sido possível realizar um mapeamento minucioso sobre a constituição dessa rede de correspondências, as fontes, ainda que limitadas, nos permitiram perceber como Clóvis Moura se construiu como um intelectual.

Escrever o livro “*Rebeliões da Senzala*” parece não ter sido muito fácil. Vimos que o livro custou a Moura alguns desafios. Longe dos grandes centros acadêmicos, sem acesso a arquivos e bibliotecas importantes do país, Moura não deixou de narrar uma história que, segundo ele, precisava ser conhecida pelo grande público: a história dos escravos rebeldes.

O fato é que esse trabalho de Moura só foi publicado em 1959, sete anos após os originais já estarem prontos. Em 1952, Moura chegou a recorrer a Editora Brasiliense, do amigo Caio Prado Jr, para publicar o livro. Mas naquele momento a editora estava envolvida com outros projetos e impedida de publicar o trabalho de Moura. A editora Edições Zumbi, de São Paulo, foi a responsável por dar vida ao livro “*Rebeliões da Senzala*”. Uma editora paulista, pequena, fundada por três amigos militantes, Elvio Romero, Maria Antonietta Dias de Moraes e Emiliano Daspett, e que privilegiava livros que, de alguma forma, tinham ligação com a ideologia do Partido Comunista.

Vimos também que a primeira publicação passou meio despercebida do grande público. Isso se deve em parte ao próprio alcance da editora que, à época, não tinha destaque no cenário editorial; e também pelos trabalhos da “escola paulista”, que, por serem produzidos dentro de um centro universitário, ganhavam maior prestígio naquele momento.

Clóvis Moura sempre soube dos limites de seu trabalho, e decidiu trabalhar em sua reformulação para uma segunda edição. A reedição demorou bastante, cerca de treze anos. Mas em 1972, foi possível ver um livro novo, com o texto revisado e com acréscimos de

novos capítulos, fruto do investimento de Clóvis Moura em nova bibliografia e em pesquisas de arquivos. Dessa vez, o livro sairia pela editora Conquista, do Rio de Janeiro, como parte de uma coleção de prestígio, a “Temas Brasileiros”.

Já na terceira e na quarta edições, publicadas em 1981 e 1988 respectivamente, as alterações foram mais sutis. A terceira edição, por exemplo, saiu idêntica à segunda. Somente na quarta edição, Clóvis Moura se preocupou em dar um caráter definitivo à obra, acrescentado, por exemplo, algumas notas explicativas ao longo do texto. Mas vale ressaltar que isso não comprometeu o sentido, nem alterou o conteúdo dos capítulos.

Por fim, percebemos ainda que, em todas as publicações, o livro “*Rebeliões da Senzala*” foi apresentado de uma forma bastante original, o que pode ser observado pelo investimento nas capas, nas “orelhas”, prefácios e introduções. Esses elementos, que chamamos genericamente de introdutórios, funcionaram não apenas como uma nova roupagem, como rerepresentaram a obra de Moura, estabelecendo um lugar muito particular para o livro e para o autor: o de pioneiro de uma nova interpretação da resistência negra no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

FONTES PRIMÁRIAS:

1) Centro de Documentação e Memória da UNESP (CEDEM):

1.1. Fundo Clóvis Moura:

A *Gazeta*, 09/01/1960. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 42. Pasta: 1. Grupo Produção Intelectual: Série: recortes de jornal. Subsérie: reportagens.

A *Gazeta*, 26/12/1959. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 42. Pasta: 1. Grupo Produção Intelectual: Série: recortes de jornal. Subsérie: reportagens.

Carta de Caio Prado Júnior, 08/03/1949. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).

Carta de Caio Prado Júnior, 21/07/1952. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).

Carta de Darwin Brandão, 08/05/1949. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 1. Grupo 1: Correspondências. Série 1: família e amigos/Subsérie 2: amigos. Cartas recebidas: 1946-1977 (exceto: 1947, 1951, 1952, 1953,1954, 1959, 1961, 1967).

Carta de Darwin Brandão, 25/08/1949. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 1. Grupo 1: Correspondências. Série 1: família e amigos/Subsérie 2: amigos. Cartas recebidas: 1946-1977 (exceto: 1947, 1951, 1952, 1953,1954, 1959, 1961, 1967).

Carta de Donald Pierson, 19/05/1948. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).

Carta de Donald Pierson, 27/10/1947. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).

- Carta de Edison Carneiro, 17/07/1951. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).
- Carta de Emílio Willems, 05/12/1946. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).
- Carta de Emílio Willems, 26/04/1946. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).
- Carta de Ênio Silveira, 11/07/1967. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).
- Carta de Jorge Amado, 23/08/1972. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).
- Carta de Jorge Amado, 26/08/1963. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).
- Carta de Nelson Werneck Sodré, 04/01/1969. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).
- Carta de Nelson Werneck Sodré, 09/08/1966. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).
- Carta de Nelson Werneck Sodré, 17/04/1962. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).
- Carta de Nelson Werneck Sodré, 20/02/1964. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).
- Carta de Nelson Werneck Sodré, 26/12/1965. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).
- Carta de Nelson Werneck Sodré, 28/08/1963. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 4. Grupo 1: Correspondências. Série 2: intelectuais. Cartas recebidas: 1946-2002 (exceto 1959).
- VALENÇA, Silvana. Clóvis Moura – O Preconceito Racial e o Branqueamento Brasileiro. In: *O Jornal*, 18/02/1995. CEDEM-UNESP. Fundo Clóvis Moura. Caixa 42. Pasta: 1. Grupo Produção Intelectual: Série: recortes de jornal. Subsérie: reportagens.

2) Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ).

2.1. Periódicos.

3) Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ).

3.1. Fundo/Coleção: Anistias/Divisão de Polícia Política e Social – DPS 1944-1962.

4) Fundação Cultural Palmares do Rio de Janeiro.

4.1. Biblioteca Particular de Clóvis Moura.

5) Livros:

MOURA, Clóvis. *A Sociologia Posta em Questão*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978.

_____. *Argila da Memória*. 2. ed. Piauí: Editora Corisco, 1982.

_____. *Brasil: Raízes do Protesto Negro*. São Paulo: Editora Global, 1983.

_____. *História de João da Silva*. Teresina: Editora Corisco, de 1986.

_____. *Manequins Corcundas*. São Paulo: Ila-Parma, Palermo, 1978.

_____. *O Negro no Mercado de Trabalho*. São Paulo: Editora Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, 1986.

_____. *O Negro: de bom escravo a mau cidadão?*. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1977.

_____. *O Preconceito de Cor na Literatura de Cordel*. São Paulo: Editora Resenha Universitária, 1976.

_____. *Os Quilombos e a Rebelião Negra*. São Paulo: Editora Brasiliense, de 1983.

_____. *Os Quilombos e a Rebelião Negra*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

_____. *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1988.

_____. *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1972.

_____. *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Edições Zumbi, 1959.

_____. *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1981.

_____. *Saco e Vanzetti: o protesto brasileiro*. São Paulo: Editora Brasil/Debates, 1979.

_____. *Sociologia de 1º Práxis*. México: Editora Siglo XXI, 1977.

_____. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

_____. Um Breve Depoimento. In: ALMEIDA. Luiz Sávio de. (org.). *O Negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura*. Maceió: EDUFAL, 2003.

7) CD e DVD – homenagens a Clóvis Moura:

Clóvis Moura: fragmentos de vida e obra (CD-ROM). Brasília: Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura; 2006.

Consciência Negra – Clóvis Moura: a sua militância e intelectualidade (DVD). São Paulo: UNESP, 2009.

8) Entrevistas realizadas para a pesquisa:

Entrevista concedida por Emiliano Daspett 17/03/ 2012.

Entrevista concedida por Soraya Moura em 10/04/2012.

9) Periódicos:

Estadão, 24/12/2003. Disponível na internet via: <http://www.estadao.com.br/arquivo/arteelazer/2003/not20031224p3439.htm>. Acesso em: 15/10/2012.

Folha de São Paulo, 24/12/2003. Disponível na internet via: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2412200323.htm>. Acesso em: 15/10/2012.

10) Decretos:

Decreto nº 4.887. Disponível na internet via:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acesso em: 17/04/2013.

Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Disponível na internet via:
<http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais-1>. Acesso em: 17/04/2013.

11) Sites da internet:

Sobre a Fundação Cultural Palmares. Disponível na internet via:
<http://www.palmares.gov.br/quem-e-quem/>. Acesso em 19/02/2013.

Sobre a Junta Comercial de São Paulo ver: <http://www.jucesp.fazenda.sp.gov.br/>. Acesso em 16/04/2012.

Sobre a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Disponível na internet via: <http://www.seppir.gov.br/publicacoes/pquilombola>. Acesso em 09/04/2013.

Sobre a União Brasileira de Escritores (UBE), ver: <http://www.ube.org.br/historico.asp>. Acesso em: 01/05/2012.

Sobre o Centro de Documentação e Memória da UNESP. Disponível na internet via:
<http://www1.cedem.unesp.br/>. Acesso em: 13/05/2013.

Sobre o Grupo de Pesquisa Clóvis Moura. Disponível na internet via:
<http://www.quilombos.pr.gov.br/>. Acesso em 25/10/2012.

Sobre o Instituto de Estudos Brasileiros (ISEB). Disponível na internet via:
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>. Acesso em; 20/04/2012.

Sobre os Diários Associados. Disponível na internet via:
<http://www.diariosassociados.com.br/>. Acesso em 09/09/2012.

BIBLIOGRAFIA:

ABREU, Regina. *A Fabricação do Imortal – Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora LAPA/Rocco, 1996.

_____. Entre a Nação e a Alma: quando os mortos são comemorados. In: *Estudos Históricos*, vol. 7, n. 14. Rio de Janeiro, 1994. Disponível na internet via

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewArticle/1984>. Acesso em: 21/11/2012.

_____. *O Enigma de os Sertões*. Rio de Janeiro: Editora Funarte/Rocco, 1998.

ALMEIDA, Luiz Sávio de (org.). *O Negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura*. Maceió-AL: Editora da Universidade Federal de Alagoas - EDUFAL, 2003.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. Carro-Zero e Pau-de-Arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ANDRADE, Manoel Correia. Gilberto Freyre e o Impacto dos Anos 30. In: *Revista da USP*, n. 38. São Paulo: USP, 1998. p. 42. Disponível na internet via: <http://www.usp.br/revistausp/38/SUMARIO-38.htm>. Acesso em 24/07/2013.

ARRRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. In: MICELI, Sérgio. *História das Ciências Sociais no Brasil*, v. 2. São Paulo: Editora Sumaré, 1995.

BAKOS, Margaret Marchiori. A Escravidão Negra e os Farroupilhas. In: DACANAL, José Hildebrando (org.) e outros. *A Revolução Farroupilha: história & interpretação*. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1985.

BARBOSA, Júlia Monnerat. *Militância Política e Produção Literária no Brasil (dos anos 30 aos anos 50): Trajetórias de Graciliano Ramos e Jorge Amado e o PCB*. Tese de doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense – UFF, 2010.

BENTES, Ana Paula da Rocha Lima. *Da Internacionalização do Mercado ao Globalismo: a trajetória de Fernando Henrique Cardoso*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2006.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BORDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos & Abusos da História Oral*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

BOTELHO, André; LAHUERTA, Milton. Interpretações do Brasil, Pensamento Social e Cultura Política: tópicos de uma necessária agenda de investigação. In: *Perspectivas Revista de Ciências Sociais*, vol. 28. São Paulo: UNESP, 2005. Disponível na internet via: <http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/29/20>. Acesso em: 15/08/2013.

CANDIDO, Antonio. O Significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.

- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.
- _____; IANNI, Octávio. *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis – Aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional*. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1960.
- CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. *A Universidade da Comunhão Paulista (o projeto de criação da Universidade de São Paulo)*. São Paulo: Editora Cortez/Editora Autores Associados, 1982.
- CARNEIRO, Edison. *Antologia do Negro Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2005.
- CATROGA, Fernando. “Ritualizações da história”. In: CATROGA, Fernando, TORRALBA, Luís Reis e MENDES, José Amado. *História da história em Portugal, séculos XIX e XX*. S.l., Temas & Debates, [1998], vol. 2.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. Ortodoxia e Coerência de um General (Bom) de Briga (da). In: *Revista TOPOI*, v. 11, n. 20. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. Disponível na internet via: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi20.htm. Acesso em: 08/05/2012.
- DARNTON, Robert. *O Beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.
- DEL VECCHIO, Ângelo. Preâmbulo: as influências presentes nos anos de formação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. In: KANTOR, Iris; MACIEL, Débora A.; SIMÕES, Júlio de Assis. (org.). *A Escola Livre de Sociologia e Política – Anos de Formação 1933-1953 – Depoimentos*. 2. ed. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2009.
- DORNELLES, Laura de Leão. Guerra Farroupilha: considerações acerca das tensões internas, reivindicações e ganhos reais do decênio revoltoso. In: *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, vol. 2, n. 04. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2010. Disponível na internet via: http://www.rbhcs.com/index_arquivos/Artigo.GuerraFarroupilha.pdf. Acesso em: 07/08/2013.
- DUTRA. Eliana de Freitas. A Nação nos Livros: a biblioteca ideal na coleção Brasileira. In: Dutra, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean Yves. *Política, Nação e Edição: o lugar dos impressos na construção da vida política – Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Editora Annablume, 2006.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como Ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

- _____; Pinto, Surama Conde Sá. A Crise dos Anos de 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano; o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Terra do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- FRANZINI, Fábio. *À Sombra das Palmeiras: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*. Tese de doutorado em História. São Paulo: Universidade de São Paulo - USP, 2006.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da família patriarcal*. 51º ed. São Paulo: Editora Global, 2006.
- GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. *Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias intelectuais, empresários e militância política*. Tese de doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense – UFF, 2009.
- GEERTZ, Clifford. *Obras e Vidas: o antropólogo como autor*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.
- GOMES, Ângela de Castro. História, Historiografia e Cultura Política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda B.; GOUVÊA, Maria de Fátima S. (org.). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas – mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2006.
- GONTIJO, Rebeca. *O Velho Vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador*. Tese de Doutorado em História Social. Niterói – RJ: Universidade Federal Fluminense – UFF, 2006.
- GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo: Editora Ática/Secretaria Estadual de Cultura, 1990.
- HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil – sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz: EDUSP, 1985.
- IANNI, Octávio. *As Metamorfoses do Escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo: Editora Difusão Europeia do Livro, 1962.
- JACKSON, Luiz Carlos. Gerações Pioneiras na Sociologia Paulista (1934-1969). In: *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v. 19, n. 1. São Paulo: USP, 2007. Disponível na

internet via: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12537/14314>. Acesso em: 22/01/2013.

JUREMA, Aderbal. *Insurreições Negras no Brasil*. Recife: Edições da Casa Mozart, 1935.

KRAAY, Hendrik. Muralhas da Independência e Liberdade do Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-25). In: MALERBA, Jurandir. *A Independência Brasileira - Novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

LAYTANO, Dante. *História da República Rio-Grandense (1835-1845)*. 2 ed. Porto Alegre: Editora Sulina, 1983.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5 ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LIMA, Luciano Mendonça de. Sombras em Movimento: os escravos e o Quebra-Quilos em Campina Grande. In: *Revista Afro-Ásia*, edição 31. Salvador: Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2004. Disponível na internet via: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n31_p163.pdf. Acesso em: 31/07/2013.

LOHBAUER, Christian. *História das Relações Internacionais II: o século XX: o declínio europeu à Era Global*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

MACHADO, Hugo de Brito. Notório Saber. Disponível na Internet via: http://www.oab.org.br/editora/revista/revista_06/e-books/notorio_saber.pdf. Acesso em: 05/01/2013.

MAESTRI FILHO, Mário José. *Quilombos e Quilombolas em Terras Gauchas*. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST e Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1979.

_____. Filhos de Cam, Filhos do Cão: o trabalhador escravizado na historiografia brasileira. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de. *O Negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura*. Maceió-AL: Editora da Universidade Federal de Alagoas-EDUFAL, 2003.

_____. Uma Visão Revolucionária Precoce sobre o Brasil. In: FUNDAÇÃO PALMARES. *Clóvis Moura: fragmentos de vida e obra* (CD-ROM). Brasília: Ministério da Cultura; 2006.

MAIO, Marcos Chor. O Projeto UNESCO: ciências sociais é o “credo racial brasileiro”. In: *Revista USP*. São Paulo, n. 46, 2000. Disponível na internet via: <http://www.usp.br/revistausp/46/09-marcoschor.pdf>. Acesso em: 22/01/2013.

MARIZ, Ana Sofia. *Editora Civilização Brasileira: o design gráfico de um projeto editorial (1959-1970)*. Dissertação de Mestrado em Design. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica - PUC, 2005.

MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*. 6 ed. São Paulo: Editora Paz & Terra, 2005.

- _____. Conjuração Mineira: novos aspectos. In: *Revista Estudos Avançados*, vol. 03, n.06. São Paulo: USP, 1989. Disponível na internet via: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141989000200002&script=sci_arttext. Acesso em 14/07/2013.
- MELO, Ana Amélia de M. Cavalcante. Associação Brasileira de Escritores: dinâmicas de disputa. In: *Varia História*, vol. 27, n. 46. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- MESQUITA, Érika. Clóvis Moura (1925-2003). In: *Revista Afro-Ásia*, n. 31. Bahia: UFBA, 2004. p. 339-340. Disponível na internet via: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/31_5_clovis.PDF. Acesso em: 15/01/2013.
- _____. *Clóvis Moura: uma visão crítica da história social brasileira*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Campinas – SP: Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, 2002.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MORAES, Ceres. A Guerra Civil de 1947 nas Relações do Brasil com o Paraguai. In: *Revista Diálogos & Confrontos Revista em Humanidades*, vol. 02, edição especial. Dourados-MS: Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul-UEMS, 2013. Disponível na internet via: http://www.uems.br/dialogoseconfrontos/Arquivos/vol2_2013/iforo/04.pdf. Acesso em: 09/08/2013.
- MUNANGA, Kabengele. Professor Clóvis Moura: autor de uma obra complexa e ininterrupta sobre a história e os problemas do negro brasileiro. In: FUNDAÇÃO PALMARES. *Clóvis Moura: fragmentos de vida e obra* (CD-ROM). Brasília: Ministério da Cultura; 2006.
- NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2003.
- NICOLAZZI, Fernando. *Um Estilo de História: viagem, a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa Grande & Senzala e a representação do passado*. Tese de doutorado em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.
- NOGUEIRA, Julio César Giacomelli. *Letra e Imagem: a tipografia nas capas de livros desenhadas por Eugênio Hirsch*. Dissertação de mestrado em Artes. Campinas – SP: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2009.
- NOGUEIRA, Oracy. A Sociologia no Brasil. In: FERRI, Mário Guimarães; MOTOYAMA, Shozo. *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: EPU/EDUSP, 1979-1980.
- NOVAIS, Fernando Antônio. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2005.
- OLIVEIRA, Douglas Felício Silva de. *A Sociologia da Sociologia de Octávio Ianni: as razões da crítica e a crítica da razão no pensamento social*. Dissertação de Mestrado

em Sociologia. Campinas – SP: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2011.

OLIVEIRA, Fábio Nogueira de. *Clóvis Moura e a Sociologia da Práxis Negra*. Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas e Sociais. Niterói – RJ: Universidade Federal Fluminense - UFF, 2009.

PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984.

PAGANO, Sebastião. *O Conde dos Arcos e a Revolução de 1817*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

PEREIRA, João Baptista Borges. Emílio Willems e Egon Schaden na História da Antropologia. In: *Revista Estudos Avançados*, vol. 8, n. 22. São Paulo: USP, 1994. Disponível na internet via: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141994000300029&script=sci_arttext. Acesso em: 13/02/2013.

PIRES, João Marcelo Ramos. *Entre a Província e a Nação: centralização, descentralização e a obra de Sérgio Buarque de Holanda na década de 1930*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Rio de Janeiro – RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2005.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*, vol. 05, n. 10. CPDOC: Rio de Janeiro, 1992. Disponível na internet via: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/276>. Acesso em: 27/08/2013.

_____. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, vol. 2, n. 03. CPDOC: Rio de Janeiro, 1989. p. 09. Disponível na internet via: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh>. Acesso em: 14/03/2013.

PRADO JR, Caio. *Evolução Política do Brasil: colônia e império*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

Prefácio de Antonio Candido. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.

Prefácio de Roque de Barros Laraia. In: FERNANDES, Florestan. *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*. 3. Ed. São Paulo: Editora Globo, 2006.

RAMOS, Paula Viviane. *Artistas Ilustradores: a editora Globo e a constituição de uma visualidade moderna pela ilustração*. Tese de doutorado em Artes Visuais. Porto Alegre – RS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRS, 2007.

REED, John. *10 Dias Que Abalaram o Mundo*. São Paulo: Edições Zumbi, 1958.

- REIS, João José. A Conspiração Haussá de 1807 na Bahia. In: *O Negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura*. Maceió: EDUFAL, 2003.
- _____. Um Balanço dos Estudos Sobre as Revoltas Escravas da Bahia. In: REIS, João José (org.). *Escravidão e Invenção da Liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- _____; GOMES, Flávio dos Santos. Uma História da Liberdade. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Liberdade Por Um Fio*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1996.
- REIS, José Carlos. Anos de 1960: Caio Prado Jr e a “Revolução Brasileira”. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 19, n. 37. São Paulo: USP, 1999. Disponível na internet via: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881999000100012&script=sci_arttext. Acesso em: 20/04/2012.
- REZENDE, Renato Arruda de. *1947, O Ano Em Que O Brasil Foi Mais Realista Que O Rei: o fechamento do PCB e o rompimento das relações Brasil-União Soviética*. Dissertação de Mestrado em História. Mato Grosso do Sul-MS: Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), 2006.
- RICUPERO, Bernardo. *Sete Lições Sobre as Interpretações do Brasil*. São Paulo: Editora Alameda, 2007.
- RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. Experiência e Narrativa – o “pós-abolição” como problema histórico. In: RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- ROSSI, Luiz Gustavo Freitas. *O Intelectual “Feiticeiro”: Edison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Campinas – SP: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2011.
- RUY, José Carlos; FRANÇA, Edson; VIEIRA, Manoel Julião. *Um Olhar Negro Sobre o Brasil.: 18 anos de UNEGRO*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2007.
- SALIBA, Elias Thomé. As Imagens Canônicas e a História. In: CAPELATO, Maria Helena; NAPOLITANO, Marcos; SALIBA, Elias Tomé; MORETTIN, Eduardo (org.). *História e Cinema*. São Paulo: Editora Alameda, 2011.
- SAMPAIO, Aluysio de Mendonça. Clóvis Moura, o Homem. In: FUNDAÇÃO PALMARES. *Clóvis Moura: fragmentos de vida e obra* (CD-ROM). Brasília: Ministério da Cultura; 2006.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Escravos, Roceiros e Rebeldes*. Bauru-SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração – EDUSC, 2001.

- SILVA, Helenice Rodrigues da. *Fragmentos da História Intelectual – Entre Questionamentos e Perspectivas*. Campinas: Papirus Editora, 2002.
- SILVA, Luiz Geraldo Santos da. O Averso da Independência: Pernambuco (1817-24). In: MALERBA, Jurandir. *A Independência Brasileira - Novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- SILVA, Wladimir. Autonomismo, Contratualismo e Projeto Pedrino: Minas Gerais na Independência. In: *Revista História Regional*, vol. 10, n. 01. Paraná: Editora UEPG, 2006. Disponível na internet via: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2206/1686>. Acesso em: 31/07/2013.
- SIMÕES, João Francisco de Oliveira. *Casa Grande & Senzala e Radiografía de la Pampa: ensaios de interpretação nacional na América Latina*. Dissertação de mestrado em Sociologia. Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2007.
- SIMÕES, Júlio de Assis. Um Ponto de Vista sobre a Trajetória da escola de Sociologia e Política. In: KANTOR, Iris; MACIEL, Débora A.; SIMÕES, Júlio de Assis. (org.). *A Escola Livre de Sociologia e Política – Anos de Formação 1933-1953 – Depoimentos*. 2. ed. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2009.
- SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica do desenvolvimento. In: FAUSTO, Boris (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano. Economia e Cultura*. São Paulo: DIFEL, t. III, vol. 4, 1984.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.
- SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2008.
- SOUZA, Afonso Ruy. *Primeira Revolução Social Brasileira (1798)*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1978.
- SOUZA, Maria Irene Pellegrino. *Imagem e Texto: uma experiência de leitura e produção de texto com alunos do ensino médio*. Tese de doutorado em Estudos da Linguagem. Londrina - PR: Universidade Estadual de Londrina - UEL, 2007.
- Texto introdutório de Maria Odila Leite da Silva Dias. In: SANTIAGO, Silvano (org.). *Intérpretes do Brasil*, vol. III. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2002.
- TORRES, Juliana Dela. *A Representação Visual da Mulher na Imprensa Comunista Brasileira (1945/1957)*. Dissertação de Mestrado em História. Londrina - PR: Universidade Estadual de Londrina - UEL, 2009.
- VENÂNCIO, Giselle Martins. Presentes de Papel: cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna. In: *Revista Estudos Históricos*. vol. 2, n. 28. Rio

de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001. Disponível na internet via: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2146/1285>. Acesso em: 16/02/2013.

VIANNA FILHO, Luís. *O Negro na Bahia*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1988.

VIEIRA, Luiz Renato. Ênio Silveira e a Civilização Brasileira: notas para uma sociologia do mercado editorial no Brasil. In: *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, vol. 20, n. 2. Brasília: UNB, 1996. Disponível na internet via: http://www.brapci.ufpr.br/journal_edicao_artigos.php?dd0=8&dd1=1996&dd2=jul./dez.%201996&dd3=v.%2020&dd4=n.%202. Acesso em: 15/02/2013.

VILLALTA, Luiz Carlos. *1789-1808 – O Império Luso-Brasileiro e os Brasis*. São Paulo: Editora Companhia da Letras, 2000.